

RELATÓRIO INTEGRADO 2019

Grupo ML


Metropolitano de Lisboa


FERCONSULT
CONSULTORIA TÉCNICA E GESTÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA


metrocom
Lojas no metro

Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.

ÍNDICE

NATUREZA DO RELATÓRIO	3
I. SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE - DESTAQUES DO ANO.....	5
2. PRINCIPAIS INDICADORES.....	9
II. ORGANIZAÇÃO	10
1. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	10
2. ESTRUTURA DE GOVERNANCE.....	13
3. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	16
III. ANÁLISE DE CONTEXTO	19
1. ANÁLISE EXTERNA.....	20
2. ANÁLISE INTERNA.....	24
3. RISCOS E OPORTUNIDADES.....	26
IV. ESTRATÉGIA	28
1. PERSPECTIVAS.....	28
2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	30
V. DESEMPENHO	33
1. MODELO DE NEGÓCIO.....	33
2. DESEMPENHO POR CAPITAL.....	49
VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	64
VII. ANEXOS	65
i. DECLARAÇÕES FINAIS.....	65
ii. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC).....	66
iii. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC).....	67
iv. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E SEUS ANEXOS.....	68
v. PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.....	126
vi. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	138
vii. GRI.....	144
viii. GLOSSÁRIO.....	164
ix. SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	168

NATUREZA DO RELATÓRIO

O Relatório Integrado engloba a informação do Metropolitano de Lisboa e das empresas suas participadas e foi elaborado de acordo com as Diretrizes do IIRC – Internacional Integrated Reporting Council (Conselho Internacional para o Relato Integrado), respeitantes à informação relativa à estratégia, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

Adicionalmente, contém, ainda, informação sobre a governação, demonstrações financeiras e o desempenho das suas principais dimensões da sustentabilidade.

O presente Relatório, de natureza anual, contém informação financeira e não financeira, referente ao ano de 2019. No entanto, são apresentados dados relativos a anos anteriores para possibilitar a análise da evolução verificada.

Inserido numa economia global e que se pretende cada vez mais sustentável, este relatório tem como objetivo melhorar a perceção que os *stakeholders* têm relativamente ao negócio do Metropolitano de Lisboa e das suas empresas participadas, bem como divulgar o seu desempenho.

A informação apresentada no presente relatório evidencia o empenho e o rigor que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. adotaram na implementação contínua de medidas e de procedimentos que potenciam a criação de valor e o reforço da qualidade do serviço prestado, potenciando a mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e trabalhadores.

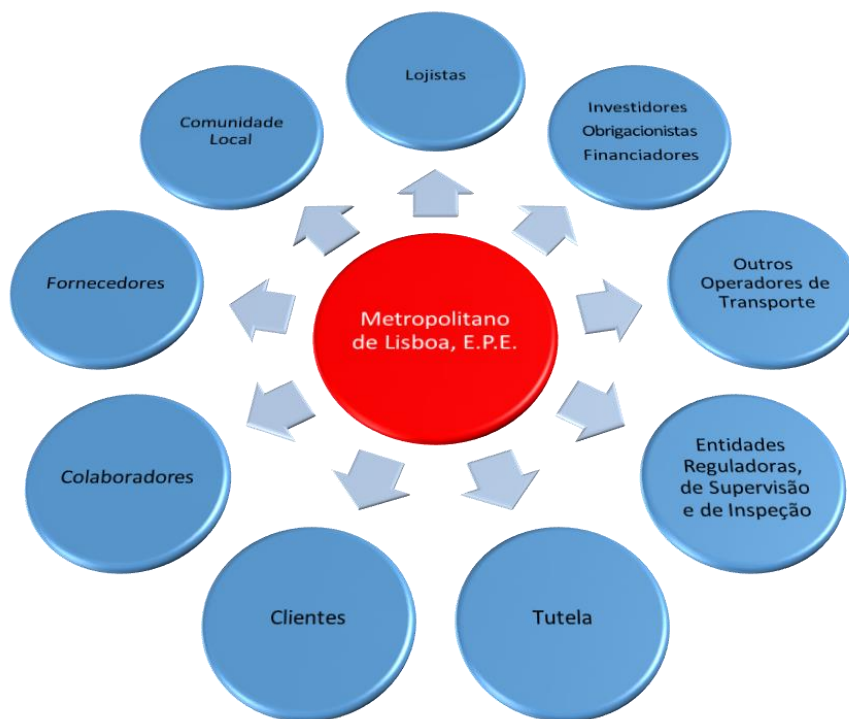
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE).

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards. De referir que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a verificação externa, tendo, no entanto, sido dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

De acordo com as orientações da *AA1000 Stakeholder Engagement Standard 2011* foram identificadas as partes interessadas, ou seja, todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela atividade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Ferconsult, S.A. e da Metrocom, S.A., tanto no presente, como no futuro.

Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com que estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores e reformados, fornecedores e tutela), foi efetuada uma análise do impacto da atividade destas empresas de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.

Ilustração 1 – Os stakeholders do Grupo METRO



Para as diversas partes interessadas são identificadas as obrigações de conformidade e os documentos que as traduzem, bem como a forma de auscultação.

Quadro 1 – Alinhamento dos stakeholders com as formas de auscultação

	OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE (TIPO DE DOCUMENTAÇÃO)	FORMAS DE AUSCULTAÇÃO / COMUNICAÇÃO
CLIENTES	Carta do Cliente NP 4475 - Transporte público de passageiros - Rede de Metro - Características e fornecimento do serviço <i>(em fase de implementação)</i>	Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC) Reclamações Site da Empresa
TUTELA	Contrato de concessão <i>(em fase de revisão)</i>	Reuniões Correio eletrónico Plataformas do SEE
ENTIDADES REGULADORAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO	Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade - Requisitos	Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira
COLABORADORES	Contrato de Trabalho Acordos de Empresa: AE II (Licenciados e Bachareis) e AE I (trabalhadores não licenciados) ISO 45001 - Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização <i>(em fase de implementação)</i>	Questionário de Satisfação dos Colaboradores (Estudo de Clima da Empresa) Portal da Empresa Correio eletrónico
FORNECEDORES	Contratos	Avaliação de Fornecedores Plataforma SaphetyGov
COMUNIDADE	ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 - Sistema de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização <i>(em fase de implementação)</i>	Site do ML Reclamações ambientais
OUTROS OPERADORES DE TRANSPORTE	Decisões documentadas tomadas na OTLIS	Reuniões Correio eletrónico
LOJISTAS DO ESPAÇO ML	Contratos de Arrendamento	Inquérito de Satisfação aos Lojistas Auditorias internas

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE - DESTAQUES DO ANO

A todos os interessados,

Apresentamos neste documento o Relatório Integrado que refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e das empresas por si detidas a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E., bem como os resultados obtidos no ano de 2019.

O facto mais relevante de 2019 foi a introdução do PART- Programa de Apoio à Redução Tarifária, que veio colocar novos desafios a esta empresa e a todos os operadores de transportes públicos, pelos impactos que teve na mobilidade de toda a AML e que ocasionou um considerável e imediato aumento da procura na utilização de transportes públicos.

O Metropolitano de Lisboa transportou 173 milhões de passageiros em 2019, tendo em conta as validações de títulos de transporte realizadas. Este indicador corresponde a mais 15 milhões de passageiros relativamente ao ano de 2018, um crescimento de 9%, em que foram transportados 158 milhões.

No tocante ao projeto de modernização da sua rede, e na sequência do concurso lançado, em setembro de 2018, referente à substituição do atual sistema de sinalização ferroviário por um sistema CBTC - Communications-Based Train Control e à aquisição de 14 novas unidades triplas (42 carruagens), a sua contratação foi efetuada em janeiro de 2020, concretizando, assim, um importante passo para o futuro do Metropolitano de Lisboa. A instalação do sistema CBTC irá possibilitar, igualmente, a adaptação de 70 unidades triplas existentes a esse novo sistema de sinalização.

Realce-se que este ambicioso projeto vem alterar um sistema com mais de 40 anos, tecnicamente desatualizado, obsoleto e descontinuado no seu fabrico, que vai ser substituído por um sistema com os desenvolvimentos tecnológicos mais atualizados, adequado às exigências da empresa, condição essencial para as necessidades atuais e futuras em matéria de qualidade, fiabilidade e de segurança do serviço prestado.

No tocante ao projeto de Expansão da Rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu os trabalhos relativos ao projeto de prolongamento Rato/Cais do Sodré, que culminaram com o lançamento, em janeiro de 2019, do concurso para a Construção dos Toscos dos Lotes Rato/Santos e Santos/Cais do Sodré, no âmbito do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa.

Durante o ano em análise foram rececionadas as propostas referentes ao referido concurso, com vista à celebração dos contratos relativos à execução das respetivas empreitadas para os Lotes 1 (construção entre o término da estação Rato e a estação Santos) e 2 (construção entre a estação Santos e o término da estação Cais do Sodré).

Considerando que as propostas para o Lote 2 apresentavam valores superiores ao preço base definido, o Metropolitano de Lisboa, nos termos da legislação aplicável do Código dos Contratos Públicos, procedeu à exclusão das propostas, estando previsto o lançamento, durante o ano de 2020, de novo concurso para adjudicação da empreitada de Execução dos toscos entre a estação Santos e o término da estação Cais do Sodré.

Em 2019, o Metropolitano de Lisboa continuou a desenvolver uma intensa atividade no que respeita ao investimento na infraestrutura, à continuidade no incremento de recuperação do material circulante e na melhoria da prestação de serviços aos seus clientes.

Ainda ao nível do material circulante, a renovação dos sistemas de portas das ML90 e a revisão profunda de portas das séries ML95, ML97 e ML99 deverá permitir um aumento significativo da fiabilidade do material circulante. Os respetivos contratos já se encontram em execução. Em fevereiro, o Metropolitano de Lisboa procedeu à assinatura do contrato n.º 27/2019 para substituição integral do mecanismo de portas ML90 por acionamento elétrico. Em julho assinou o contrato n.º 70/2019 para revisão dos mecanismos das séries ML95, ML97 e ML99, que obteve visto prévio do Tribunal de Contas em outubro.

Estas alterações têm um prazo de conclusão dos trabalhos previsto para o final de 2020 e 2022, respetivamente, e significam um investimento global de 7,4 milhões de euros ao longo de três anos.

Em termos financeiros, o Metropolitano de Lisboa viu, em 2019, o seu *rating* de longo prazo aumentado para BBB, *investment grade*, com Outlook positivo, medida que teve em conta o nivelamento da avaliação do Metropolitano de Lisboa com a notação da República.

No âmbito dos projetos de introdução de acessibilidades demos continuidade à empreitada de remodelação da estação de Arroios com o objetivo de proceder ao alargamento do cais para comportar seis carruagens. Recorde-se que a obra de remodelação e de ampliação da estação Arroios da linha Verde do Metropolitano de Lisboa teve início em julho de 2017, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2019. Por motivos de incumprimentos contratuais do empreiteiro e tendo em conta, igualmente, o interesse público subjacente à execução dessa empreitada, o Metropolitano de Lisboa, em janeiro de 2019, rescindiu o respetivo contrato, tendo lançado um novo concurso, em fevereiro do referido ano, e procedido à adjudicação e assinatura do contrato em setembro desse mesmo ano, estando previsto que a abertura da estação ocorra em 2021.

Procedeu-se, ainda, durante o ano de 2019, ao início dos trabalhos de requalificação e de modernização de algumas das estações, designadamente no tocante à iluminação, limpeza, refrescamento e melhoria de equipamentos, da sinalética e das acessibilidades, tendo intervencionado as estações Anjos, Intendente e Olivais. A salientar ainda a substituição de dois lances de escadas mecânicas na estação Baixa-Chiado, o lançamento do procedimento para a estação Colégio Militar, a revisão do projeto para a estação Areeiro, a substituição do elevador de superfície da estação Rato, entre outras.

Para 2020 prevemos a conclusão das intervenções nas estações Olivais, Colégio Militar e Areeiro. A substituição do elevador da estação Rato foi, também, efetuada, tendo o mesmo reaberto ao público em fevereiro.

Em 2020 prevemos, ainda, iniciar as obras para garantia de total acessibilidade às estações de Entre Campos e Cidade Universitária. Daremos, igualmente, continuidade às intervenções de substituição das escadas mecânicas da Baixa-Chiado (intervindo em mais 3 conjuntos de escadas), bem como das escadas das estações Rato e Avenida e continuaremos a desenvolver projetos para a implementação da acessibilidade plena nas estações Campo Grande, Campo Pequeno e Intendente.

Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa deu continuidade ao investimento, iniciado em 2018, dos sistemas que vão garantir, a curto prazo, o incremento da informação ao cliente, tendo, também, apostado no desenvolvimento das bases para uma futura alteração muito significativa do sistema de bilhética, o qual terá impactos relevantes na melhoria e na facilidade de acesso dos clientes à nossa rede.

De salientar, igualmente, a concretização do projeto de adjudicação da renovação do Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas (SSIT), lançado em 2018 e com previsão de conclusão para o último trimestre de 2020, bem como o contrato relativo ao procedimento para a aquisição e instalação de equipamento para o Sistema de Videovigilância C ITV, das linhas Azul, Amarela, Verde e Vermelha e Sistemas de Detecção de Descida à Via, realizado em julho de 2019, com conclusão prevista para o final de 2020.

Paralelamente, procurou-se, internamente, dar seguimento à implementação de medidas que consolidem a robustez da gestão, nomeadamente pela criação sistemas de controlo internos entre os quais salientamos as ferramentas de apoio à Contratação, ao *Compliance*, à implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados e à atualização da base informática SAP.

O Metropolitano de Lisboa subscreveu, também, a carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas, passando a ter o selo anticorrupção, o que representa o reforço do seu compromisso público e da adoção de medidas no combate à corrupção em cumprimento do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável.

A nível da gestão do capital humano cumpre, ainda, salientar, a continuidade desenvolvida pela empresa, durante o ano de 2019, na valorização da contratação coletiva como instrumento indispensável à promoção da paz social. Respondendo às necessidades de reforço do efetivo verificadas em 2019, o Metropolitano de Lisboa reforçou, também, o quadro de

pessoal, através da admissão de 40 Agentes de Tráfego, 2 Oficiais Eletromecânicos, 5 Técnicos de Eletrónica, 2 Oficiais de Via, 1 Oficial Eletricista e 1 Técnico Superior.

No âmbito do serviço público de transporte que Metropolitano de Lisboa presta aos seus clientes, a empresa tem vindo a implementar uma série de medidas e projetos que visam a redução progressiva dos consumos de água, energia e emissões de CO₂ (indiretas, por via do consumo de energia), bem como uma gestão racional desses mesmos recursos, sendo publicamente reconhecido como um agente promotor de sustentabilidade ambiental. Neste contexto, em 2019, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu as suas medidas com vista ao aumento da eficiência energética, alinhadas com o compromisso da mobilidade sustentável, tendo desenvolvido um conjunto de alterações tecnológicas para sistemas mais eficientes, designadamente ao nível da iluminação e do sistema de ventilação das estações e instalações.

Ainda no âmbito da sustentabilidade ambiental, o Metropolitano de Lisboa assinou em 2019 o Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa, juntando-se ao World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), à Câmara Municipal (CML), ao BCSD Portugal e a 53 outras empresas para criar soluções mais ecológicas e eficientes para responder às necessidades e desafios da mobilidade e, ao mesmo tempo, de conservação e proteção do planeta.

Subscreveu, igualmente, o Compromisso “Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática para 2030”, onde se compromete com a implementação de uma série de ações alinhadas com o cumprimento de metas ambientais para a cidade de Lisboa.

Na área do património não afeto à operação foram, também, dados passos significativos para a rentabilização do vasto património do ML, nomeadamente no referente aos terrenos do Parque de Material e Oficinas Sete Rios (PMO I) sendo expectável que tenham desenvolvimentos significativos no próximo ano.

Relativamente à Ferconsult, S.A., a sua atividade manteve-se focada em prestar serviços diretamente ao seu acionista, assegurando os compromissos assumidos dos projetos nacionais e procurando encerrar ou reduzir ao mínimo os projetos internacionais que se encontram em curso. Nesse sentido foram concretizados os estudos de projeto necessários para o lançamento, pelo Metropolitano de Lisboa, do concurso para a conceção/construção dos toscos da extensão Rato/Cais do Sodré e prestado o apoio necessário à concretização das empreitadas das estações Arroios e Areeiro.

No tocante à Metrocom, S.A., esta empresa prosseguiu, em 2019, a sua atividade, maximizando a rentabilização das áreas comerciais do Metropolitano de Lisboa e fomentando a melhoria da imagem das áreas comerciais, em termos de dinâmicas e atratividade, contribuindo proactivamente para uma consequente imagem positiva das estações da rede do Metropolitano de Lisboa, assim como da sua marca. Com um aumento de receitas e do espaço ocupado em 2019, adaptou-se às novas tendências de mercado e procurou novos modelos de negócio para ocupação de novos espaços em estação.

Em 2020 o Metropolitano de Lisboa continuará empenhado em reforçar o papel da organização enquanto operador e agente estruturante da mobilidade na cidade, contribuindo, indiscutivelmente, para a construção de um futuro melhor para Lisboa.

Este novo ano de 2020 será um ano de maiores desafios que, seguramente, saberemos enfrentar e vencer. Será o ano do início no terreno do projeto de Expansão da rede entre o Rato e o Cais do Sodré e do projeto de Substituição da Sinalização Ferroviária e compra de novo Material Circulante conforme atrás referido.

Estes são os projetos que, ao fim de tantos anos, irão promover uma melhor cobertura física da rede do Metropolitano de Lisboa, reforçando o papel desta empresa enquanto operador de transporte estruturante na mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa.

Em paralelo continuamos a nossa política de reforço das equipas com reforço do quadro de pessoal, com especial relevo para as áreas de gestão das estações e de manutenção.

Todas estas medidas terão especial impacto na atividade das empresas do grupo e no serviço público que o Metropolitano de Lisboa presta diariamente aos seus clientes.

Prova disso é o nível de satisfação dos nossos clientes que sofreu um aumento significativo em 2019, de acordo com o Inquérito de Satisfação do Cliente efetuado durante o mês de outubro, apresentando o melhor índice da última década.

Um agradecimento é, também, devido, a todos aqueles que, ao serviço das empresas do grupo ou com elas colaborando, contribuem diariamente para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos nossos clientes.

Por último, é devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento das empresas.

Nos dias em que escrevo esta nota o País, a Europa e toda a Humanidade está a passar por momentos de grande aflição, desespero e de algum receio pelo nosso comum futuro.

Espero sinceramente que Todos, repito Todos saibamos ter os comportamentos fundamentais para ultrapassar este incerto e duvidoso momento.

Lisboa, 27 de novembro de 2020

Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

2. PRINCIPAIS INDICADORES

Quadro 2 – Indicadores de atividade do Grupo ML 2019-2017

INDICADORES DE ATIVIDADE		2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
					Abs	%
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	183 073	169 150	161 490	13 923	8,2
PKT (Passageiros x km)	10 ³	877 509	823 308	777 684	54 201	6,6
Indicadores de OFERTA						
Ckm (Carruagens x km)	10 ³	27 623	25 953	24 828	1 670	6,4
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	3 536	3 322	3 178	214	6,4
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	98,7	98,3	96,4	-	0,4 p.p.
Taxa de Ocupação	%	24,8	24,8	24,5	-	0,0 p.p.
INDICADORES DE RH						
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 504	1 470	1 408	34	2,3
Número médio de efetivos	Un.	1 487	1 473	n.d.	14	1,0
Massa Salarial	m€	57 651	57 045	52 197	606	1,1
Indemnizações por Rescisão	m€	0	180	62	(180)	(100,00)
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	3 093,6	2 543,8	2 368,6	549,8	21,6
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	5 549,2	5 434,8	5 368,0	114,4	2,1
Ativo corrente	M€	88,7	81,6	89,9	7,1	8,7
Total Ativo	M€	5 637,9	5 516,4	5 457,8	121,5	2,2
Capital Próprio	M€	1 246,0	736,8	594,0	509,2	69,1
Passivo	M€	4 391,9	4 779,6	4 863,8	(387,7)	(8,1)
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5 637,9	5 516,4	5 457,8	121,5	2,2
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	9,7	11,3	2,2	-1,6	(14,5)
Outros Investimentos	M€	4,3	2,1	2,8	2,2	103,0
DESPESA DE INVESTIMENTO	M€	13,9	13,4	5,0	0,5	3,9
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado	M€	3 440	3 780	3 441	(340)	(9,0)
Autonomia Financeira %	%	22,10	13,36	10,88	-	8,7 p.p.
Solvabilidade %	%	28,37	15,42	12,21	-	13,0 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	47	12	19	35	291,7
Volume de Negócios	M€	120,1	116,4	111,2	3,6	3,1
EBITDA (corrigido) ¹	M€	6,15	2,30	(1,17)	3,85	166,9
Margem do EBITDA (corrigido)	%	5,12	1,98	(1,06)	-	3,1 p.p.
Rendimentos Operacionais (ajustados) ²	M€	125,52	120,91	114,01	4,61	3,8
Gastos Operacionais (ajustados) ³	M€	119,37	118,60	115,18	0,77	0,6
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (ajustados)	%	105,15	101,94	98,98	-	3,1 p.p.

¹ Exclui as rubricas identificadas nas notas 2) e 3).

² Exclui Reversões, Ajustamentos, TPE e Subsídios ao investimento.

³ Exclui Provisões, Ajustamentos e Amortizações.

II. ORGANIZAÇÃO

1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O “Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente” foi aprovado pela Deliberação n.º 1416182, de 15 de novembro de 2018, que autorizou a integração dos Sistemas de Gestão do Metropolitano de Lisboa e da Ferconsult e a sua extensão à Metrocom.

O referido Manual é um documento onde são definidas as diretrizes do “Sistema de Gestão” do Grupo Metro, bem como são enunciadas as principais linhas orientadoras referentes à Missão, Visão e Valores.

Missão

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano onde se insere a exploração, construção e gestão da infraestrutura incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

- Responsabilidade económica, social e ambiental como empresa sustentável e promotora da sustentabilidade.
- Rigor e transparência do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência com respeito pelas suas partes interessadas.
- Qualidade e segurança na prestação do serviço.

Política de Gestão

1. **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
2. **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
3. **Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
4. **O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
5. **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.

6. **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente - SGQA dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
7. **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
8. **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
9. **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
10. **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
11. **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementa-las sempre que adequado.

O Metropolitano de Lisboa assume a sua missão para com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” onde estão especificados os seguintes compromissos:

CARTA DO CLIENTE

I. Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondem às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que correspondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações, em permanente colaboração com as forças da autoridade.

III. Regularidade:

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação, seja por fatores externos.

IV. Informação e apoio ao cliente:

Disponibilizar de uma forma clara, perceptível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

V. Disponibilidade dos equipamentos:

Assegurar que os equipamentos existentes nas estações, designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso, se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

VI. Limpeza e conservação:

Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente, vistoriados e limpos.

VII. Recursos humanos:

Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança, conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

VIII. Acessibilidade:

Assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum motivo, reduzida, em colaboração com as entidades competentes. Neste âmbito, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidade nas estações ainda não preparadas para o efeito.

IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

2. ESTRUTURA DE GOVERNANCE

MODELO DE GOVERNO

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.: O Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos desta empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (R.C.M.), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações e todos são membros executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes. O Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do Conselho Consultivo está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.

ESTATUTO REMUNERATÓRIO

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, cujos efeitos foram prorrogados para o ano de 2017 pelo artigo 134º, alínea o), do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no seu ponto 1. que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €.

O estatuto remuneratório dos elementos do Conselho Fiscal, designado para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017.

A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por despacho conjunto dos Secretário de Estado do Ambiente e do Tesouro.

OBRIGAÇÕES LEGAIS

Quadro 3 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
<p>Art.º 3º (remetido para art.º 66º-B e 508º-G do CSC):</p> <p>A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:</p>		
a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo;	Missão, Visão e Valores Análise de Contexto Objetivos estratégicos	Pág. 10 Pág. 19 Pág. 30
b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas;	PPRCIC Código de Ética e de Conduta	Pág. 26 Pág. 152-154
c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo;	Relatório de execução PPRCIC Políticas do Sistema de Gestão	Pág. 27 Pág. 10
d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;	PPRCIC Relatório de execução do PPRCIC Relatório do Governo Societário 2019 (disponível no site ML)	Pág. 26 Pág. 27
e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência;	Riscos e Oportunidades Carta de Responsabilidade Social	Pág. 26 Pág. 60
f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.	Indicadores de Atividade Riscos e Oportunidades Indicadores GRI	Pág. 9, 45, 47 Pág. 26 Pág. 144
<p>Art.º 4º (remetido para art.º 245º, n.º 1, alínea r) e n.º 2 do CVM):</p> <p>Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.</p>	Desempenho Social Indicadores GRI Relatório do Governo Societário 2019 (disponível no site ML)	Pág. 57 Pág. 150

Quadro 4 – Tabela de correspondência com setor público empresarial

Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 4º: <i>Setor público empresarial</i>		
1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018.	Identificação dos Órgãos Sociais Relatório do Governo Societário 2019	Pág. 16-17, 152
2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.	Modelo de Governo Estatuto Remuneratório Relatório do Governo Societário 2019	Pág. 13 Pág. 13
3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.	Relatório do Governo Societário 2019	-
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário 2019	Pág. 13
5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário 2019	Pág. 13

Quadro 5 – Informação que consta no Site no SEE

Informação que consta no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data atualização	
Estatutos	✓			fev/2020	
Caraterização da Empresa	✓			jan/2020	
Função de tutela e acionista	✓			jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	✓				
- Identificação dos Órgãos Sociais	✓			jan/2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	✓			jan/2020	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	✓			jan/2020	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	✓			jan/2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	✓			jan/2020	
Esforço Financeiro Público	✓			jan/2020	
Ficha Síntese	✓			jan/2020	
Informação Financeira histórica e atual	✓			ago/2017	As contas dos anos de 2014 a 2018 aguardam aprovação pelo Acionista.
Princípios de Bom Governo:	✓				
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	✓			nov/2018	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	✓			nov/2018	
- Outras transações	✓			nov/2018	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	✓			nov/2018	
Económico	✓			nov/2018	
Social	✓			nov/2018	
Ambiental	✓			nov/2018	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	✓			nov/2018	
- Código de ética	✓			nov/2018	

3. ÓRGÃOS SOCIAIS

A. IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2019-2021, foi nomeado pela RCM n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), entrando em funções a 1 de março de 2019.

Quadro 6 – Identificação dos Membros do CA do Grupo METRO 2019-2021

Cargo(s)	Nome	Pelouros	Formação académica
Presidente dos Conselhos de Administração do METRO, da Ferconsult e da Metrocom	Eng. Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	Secretaria-Geral Direção de Capital Humano Direção de Tecnologias de Informação Gabinete de Auditoria Interna Gabinete de Valorização do Património Gabinete Jurídico e Contencioso Grupo para a Inovação	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional – Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Vogal dos Conselhos de Administração do METRO, da Ferconsult e da Metrocom	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Diretor Coordenador Direção de Manutenção Direção para a Expansão da Rede Direção de Empreendimentos Direção de Logística Direção de Segurança e Vigilância Direção de Ambiente e Qualidade	Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães Mestrado — Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães Pós-Graduação — Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Guimarães Licenciatura em Engenharia Civil — Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra Licenciamento em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa
Vogal dos Conselhos de Administração do METRO, da Ferconsult e da Metrocom	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	Direção Financeira Direção de Clientes Direção de Operação	Pós-graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Especialização em Corporate Finance pela Cass Business School Especialização em Leadership (essentials e transitions) pela Harvard Business School

O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019 através do Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado Adjuntos de Tesouro e Finanças (SETF) e do Ambiente (SEAMB), de 11 de janeiro de 2017, entrando em funções a 1 de janeiro de 2017.

Quadro 7 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal efetivo	Dr.ª Cristina Maria Pereira Freire	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal efetivo	Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017
2017-2019	Vogal suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	D.C. SETF e SEAMB	11/jan/2017

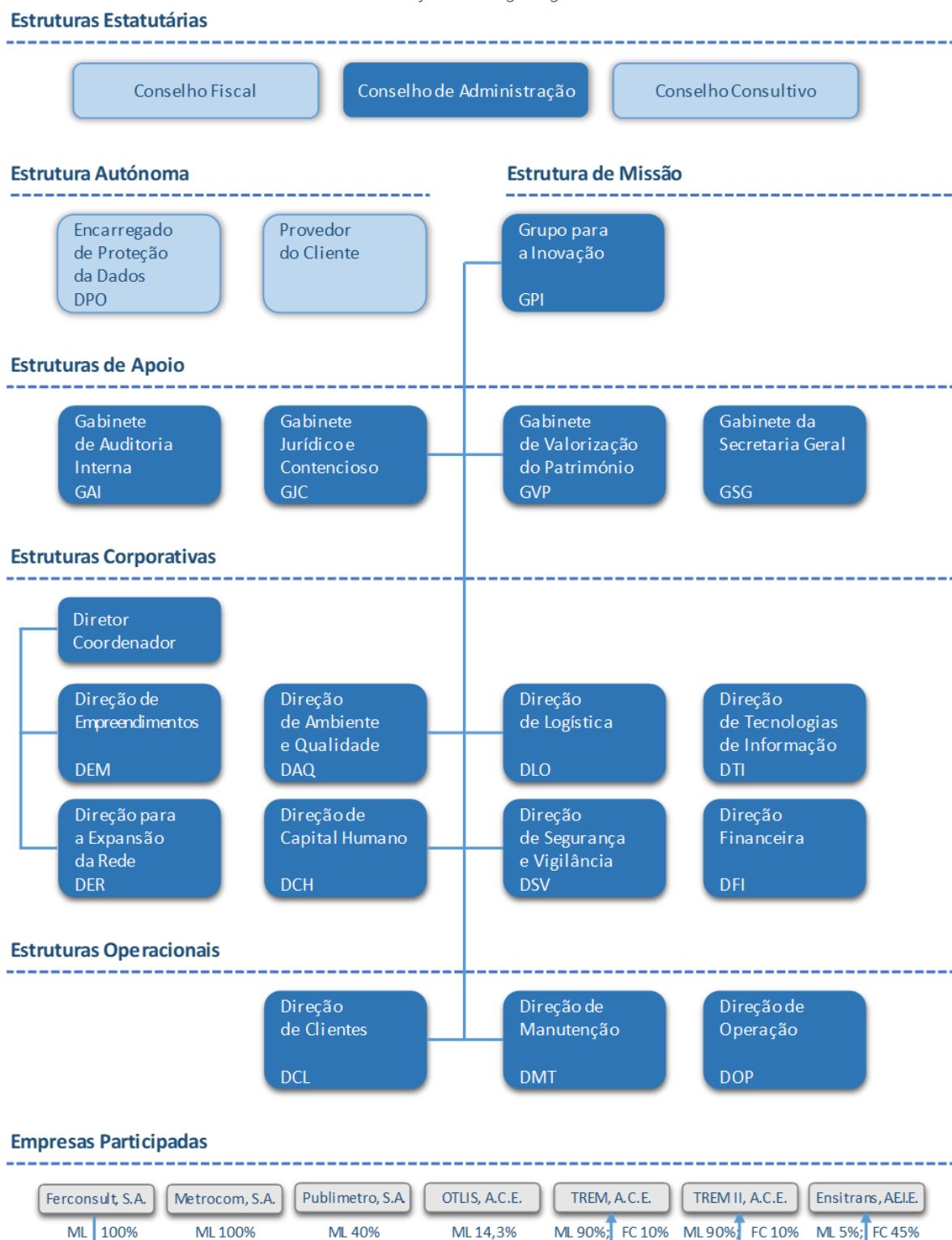
A atual SROC exerce funções ao CF, tendo sido nomeada para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto entre a Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade em 15 de outubro de 2019.

Quadro 8 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	Número	CMVM	Forma	Data
2019-2021	Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representado por:	74	20161409	Despacho Conjunto SE do Tesouro e Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade	15/out/2019
		Dr. José Luís Areal Aves da Cunha	585	20160240		
	Suplente	Sociedade Oliveira, Reis & Associados, SROC, representada por:	23	20161381		
Dr. Joaquim Oliveira de Jesus		1056	20160668			

B. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Ilustração 2 – Organograma



A OTLIS é responsável pelo Sistema VIVA, prestando serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte, sendo o agrupamento detido em partes iguais pelo METRO, CARRIS, pela CP, Transtejo/Soflusa, Barraqueiro, Transportes Sul do Tejo (TST) e Rodoviária de Lisboa.

III. ANÁLISE DE CONTEXTO

O Metropolitano de Lisboa foi fundada em 26 de janeiro de 1948 como Sociedade Anónima e, após vários estudos levados a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, no dia 1 de agosto de 1955 tiveram início as obras de construção da rede.

Em 29 de dezembro de 1959 assiste-se à sua inauguração oficial e no dia seguinte à abertura ao público da rede de METRO, em forma de Y, que tinha então 11 estações ao longo de 6,5 km de extensão, com términos em Sete Rios, Entre Campos e Restauradores.

Em 1975, o Metropolitano de Lisboa é nacionalizado e em 30 de dezembro de 1978, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, é constituído como Empresa Pública, passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa, E.P.. Em 26 de junho de 2009, através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, é alterado o regime jurídico aplicável ao ML, onde se aprovam os novos estatutos, como Entidade Pública Empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. A empresa passa então a ser denominada Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

Atualmente, o Metropolitano de Lisboa possui uma rede composta por quatro linhas e 56 estações, das quais seis são interfaces, que se estendem ao longo de 44,5 km. Dispõe de uma frota de 111 unidades de tração, constituídas por 3 carruagens cada, distribuídas por 4 séries de fabrico ML90, ML95, ML97 e ML99, cuja entrada em serviço de exploração ocorreu entre 1993 e 2002.

Ilustração 3 – Diagrama da rede atual do METRO



O Metropolitano de Lisboa, operando em Lisboa e concelhos limítrofes, dispõe de estações de correspondência com outros operadores de transporte melhorando assim a mobilidade, contribuindo para uma maior eficiência das ligações no sistema de transportes, numa ótica de procura e de criação de soluções intermodais, promovendo estilos de vida saudável e desempenhando um papel fundamental na facilitação da mobilidade urbana e sustentável.

1. ANÁLISE EXTERNA

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente relatório integrado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

A. POLÍTICA

No seguimento da aprovação da Resolução A/RES/70/1 – “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” na Cimeira das Nações Unidas de setembro de 2015, os países e as organizações têm vindo a adotar algumas das 169 metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Governo português definiu como prioridades estratégicas, na implementação da Agenda 2030, os seguintes ODS:

Ilustração 4 – ODS do Governo Português



Na COP24, em Marraquexe, o Primeiro-ministro de Portugal comprometeu-se com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para que o balanço entre os gases que emitimos e aqueles que são removidos ou capturados da atmosfera (por exemplo, aquando da fixação de carbono na fase de crescimento das árvores) seja nulo em 2050. A este objetivo deu-se o nome de “neutralidade carbónica”, uma vez que o dióxido de carbono é o gás de referência para a determinação do potencial de aquecimento global. Este objetivo está intrinsecamente ligado ao ODS 13 - Ação Climática.

No dia 4 de dezembro de 2018 foi apresentado publicamente pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética o Roteiro para a neutralidade carbónica tendo entrado, de seguida, em fase de consulta pública.

Em 2019, no Conselho Europeu de 12 e 13 de dezembro, o compromisso para com a neutralidade carbónica foi assumido por 26 dos 27 Estados Membros, apenas ficando excluída a Polónia.

A nível global, vivemos, assim, um momento onde nunca como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, sendo necessária a adoção de uma política global de promoção da utilização progressiva do transporte público, sobretudo o transporte com propulsão a energia elétrica.

Ao nível da política interna, o ano de 2019 foi marcado pela implementação do programa PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos, que entrou em funcionamento em abril e correspondeu à maior alteração tarifária dos últimos anos, com uma forte redução nos preços dos novos passes e um consequente aumento da procura, tendo sido necessário, para o efeito, garantir um conjunto de medidas na componente de reforço de exploração e de apoio ao Cliente com vista à manutenção dos níveis de qualidade de serviço a que os clientes se encontram habituados.

Refira-se, ainda, que tendo ocorrido eleições legislativas em 2019, os resultados das mesmas apontaram para uma solução governativa de continuidade no tocante às políticas que têm vindo a ser seguidas.

Em julho de 2019, no âmbito da votação na especialidade do Orçamento do Estado para 2020, a Assembleia da República aprovou a suspensão da construção da linha circular. Sobre a decisão do Parlamento atrás referida, no âmbito da promulgação do Orçamento do Estado para 2020, o Presidente da República Portuguesa informou ser seu entendimento que as normas introduzidas pelo Parlamento, no sentido da suspensão do projeto da linha circular, não têm efeito vinculativo, não tendo, assim, em rigor, a Assembleia da República suspenso qualquer decisão administrativa, limitando-se a formular uma recomendação política.

No seguimento do previsto no artigo 282.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2020 (LOE 2020), que prevê que “[o] Governo promove, durante o ano de 2020, as medidas necessárias junto da empresa Metropolitano de Lisboa, E. P. E., para suspender o processo de construção da Linha Circular entre o Cais Sodré e o Campo Grande, devendo ser dada prioridade à expansão da rede de metropolitano até Loures, bem como para Alcântara e a zona ocidental de Lisboa”, foi emitido despacho pelo Ministro do Ambiente e da Ação Climática, em 3 abril de 2020, o qual determinou que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. continuasse a executar os procedimentos administrativos necessários à aquisição de material circulante, modernização da sinalização e concretização do Plano de Expansão da rede do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das linhas Amarela e Verde – Rato/Cais do Sodré, bem como os procedimentos conexos com esses projetos, nomeadamente os respetivos procedimentos de contratação pública.

B. ECONÓMICA

O ano de 2019 deu continuidade à tendência de descida dos níveis da taxa de desemprego, situando-se a mesma nos 6,5% (7% em 2018), o nível mais baixo desde 2004.

A economia nacional continua a registar algum crescimento, o que induz ao aumento da taxa de emprego, que cresceu 1,3% (2,3% em 2018), tendo alcançado os 76,1% (75,4% em 2018). Já a população ativa aumentou pelo terceiro ano consecutivo, evidenciando um acréscimo de 0,4%, face a 2018.

Em 2019, o PIB aumentou 2,2% em termos reais, menos 0,4 p.p. que o crescimento observado em 2018, atingindo 212,3 mil milhões de euros.

Em Portugal e especialmente em Lisboa, mantém-se a tendência de crescimento no setor do turismo. Assim, sendo, a procura do transporte público, em 2019, mantém uma tendência crescente, tendo registo um aumento de 8,2% (contra os 5% de 2018).

Para além do crescimento da procura, o impacto do turismo traz, ainda, outro ponto positivo: o cliente turista atenua a disparidade da procura entre as horas de ponta e as horas de vazio e entre os dias úteis e os fins-de-semana, na medida em que as suas necessidades de mobilidade são distintas dos movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-escola.

A nível da receita total, em 2019, o Metropolitano de Lisboa registou um decréscimo muito ligeiro de 0,2%, face a 2018, destacando-se, no entanto, o incremento de 10,5% nas receitas dos passes, em resultado da entrada em vigor do PART e de novos passes Navegante, em comparação com o ano de 2018.

C. SOCIAL

As consequências das alterações climáticas, bem como a opção por um estilo de vida mais saudável, a que se juntam novas tendências da economia, como a *sharing economy*, podem vir a trazer um forte impacto na atividade do Metropolitano de Lisboa.

Por um lado, é uma oportunidade na medida que é crescente a pressão social para o uso de soluções de mobilidade mais amigas do ambiente. Por outro, a tendência social, especialmente, nas novas gerações para conceitos como o de “não posse”, ou seja, a partilha de recursos da comunidade, pode induzir o aumento do uso do transporte público, potenciando, igualmente, a utilização de outras formas de mobilidade alicerçadas na tecnologia, como o “car sharing” ou “bike sharing”.

De igual forma, os modos suave, como as trotinetes e as bicicletas, têm vindo a ganhar adeptos e são uma opção para um segmento de clientes em deslocações curtas ou o denominado “last mile”.

A forte redução tarifária, por via da implementação do PART, veio alterar os hábitos dos habitantes da AML, induzindo um forte aumento da procura e de transferências modais.

Os nossos clientes, no Inquérito Anual de Satisfação do Cliente, deram a melhor avaliação de sempre ao METRO (7,35 numa escala de 0 a 10, contra uma última avaliação de 7,11), o que demonstra que os projetos implementados e as ações desenvolvidas pela empresa têm vindo a ser percecionadas pelos clientes.

D. TECNOLÓGICA

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção.

Assim, foram disponibilizadas no mercado novas plataformas de promoção da mobilidade, designadamente a “UBER”, a “Bolt” ou a TeleTaxi, que têm vindo a conquistar quota de mercado antes cativo dos táxis tradicionais.

As Apps para smartphones generalizaram-se e servem, não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, como o “car sharing” ou o “bike sharing” mas, também, servem de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte ditos tradicionais, como o ML.

Também ao nível da bilhética, soluções de aquisição de títulos de transporte por multibanco, telemóvel ou *online* serão, cada vez mais, frequentes, sendo obrigatório ao ML, a integração destas novas tecnologias.

A evolução tecnológica tem vindo a permitir evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, permitindo a otimização da gestão de recursos naturais.

E. AMBIENTAL

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequência de fenómenos extremos, designadamente a seca, chuva torrencial ou ciclones.

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, ainda que haja uma preocupação permanente face aos riscos de inundação. O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMMAC) que o Metropolitano de Lisboa acompanhou, na fase da sua elaboração, sintetiza os riscos, atuais e futuros, em termos climatéricos para a AML, identificando zonas críticas e medidas de mitigação.

No entanto, para além da influência direta, estes fenómenos podem vir a tornar mais escassos os recursos essenciais, quer na energia elétrica, quer ao nível da água, implicando uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos naturais.

Também ao nível dos materiais utilizados, a preocupação com a sua redução e o aumento de materiais recicláveis tornou-se um imperativo. Desta forma, introduziram-se um conjunto de medidas como a substituição de garrafas de plástico por vidro, a substituição de copos de plástico por copos de papel ou a redução do consumo de impressões em papel passaram a ser obrigações do ML.

F. LEGAL

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Ao nível da proteção de dados, a legislação, que entrou em vigor em 2018, criou novos desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. O ML passou a dispor de um DPO e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, tendencialmente irá exigir um maior rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado.

Apesar disso, a existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

Em 3 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 1-A/2020, dá continuidade ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos estabelecendo o seu regime jurídico.

2. ANÁLISE INTERNA

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

A. ORGANIZAÇÃO

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da empresa.

Desde então, tirando ligeiros ajustes de pormenor, esta estrutura organizativa tem-se mantido estável, tendo vindo a demonstrar estar adequada ao propósito e aos objetivos estabelecidos pelo Metropolitano de Lisboa, para o corrente mandato (*ver Organograma na página 18*).

Em 2019 foi nomeado um novo Conselho de Administração para o triénio 2019-2021, transitando do Conselho de Administração cessante o Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos e a Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos.

Relativamente à Ferconsult, está a ser estudada a possibilidade da sua integração no Metropolitano de Lisboa.

Em 2019, foi dada continuidade à estratégia definida e iniciada em 2017, em que a nova estrutura organizativa adotada, no âmbito do plano em curso da Ferconsult para o período de 2017-2021 tem recurso a áreas partilhadas do Metropolitano de Lisboa. Esta estrutura organizativa comum tem demonstrado efeitos positivos e permitido assegurar o saber e o conhecimento da empresa no domínio da consultoria, estudos e projetos de engenharia de transportes.

B. PROCESSOS

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais e sustentadas pelo conhecimento e acompanhamento por via do *benchmarking* de organizações internacionais, como a UITP, a ALAMYS ou o NOVA, leva a que os processos de trabalho sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes. Tal não significa que a procura da melhoria contínua não se mantenha enquanto desiderato da organização e não traga os seus resultados.

As alterações aos processos decorrem basicamente por duas vias:

- Alterações legislativas ou regulamentares que obrigam a introduzir alterações nos métodos de trabalho; e,
- Alterações tecnológicas que permitem ganhos de eficiência com a adoção de novas tecnologias.

C. RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos, de uma forma geral, existem as competências necessárias para a realização das atividades previstas.

A elevada idade média dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas, particularmente crítica em área com competências específicas associadas ao sistema da empresa, constitui uma dificuldade identificada, cuja resolução assenta numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, que permitirá a adequada transferência de conhecimentos e experiências profissionais e, também, a atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de expansão e de modernização do ML. Neste

contexto, em 2018 deu-se início ao processo de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção, que garantiu a reposição progressiva do efetivo, ajustando-o à nova realidade operacional e às atuais necessidades do Metropolitano de Lisboa. Foram, assim, admitidos 10 novos colaboradores para reforçar as equipas de manutenção e foi, ainda, possível rejuvenescer o quadro de efetivos através da substituição de 10 trabalhadores que saíram definitivamente da Empresa.

Em 2019 deu-se continuidade à entrada de colaboradores para estas áreas e foi recebida autorização para a contratação de Técnicos Superiores, o que deverá concretizar-se já em 2020.

O absentismo continua a ser o problema mais impactante na empresa, ao nível dos recursos humanos, dada a escassez de recursos.

D. RECURSOS MATERIAIS

A legislação em vigor, nomeadamente o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

No entanto, 2019 foi um ano em que a situação relativa à existência e disponibilidade de materiais, nomeadamente sobressalentes, normalizou, após alguns anos conturbados.

E. RECURSOS FINANCEIROS

Em 2019, o Grupo ML registou um crescimento do volume de negócios de 3,1% (+3,6 milhões de euros) face a 2018, resultante fundamentalmente do aumento da procura (+8,2%), que se traduziu num acréscimo de 3,8 milhões de euros em Rendimentos de Serviço Público.

A performance económica do Grupo ML revelou melhorias em 2019, pela manutenção dos valores positivos do EBITDA corrigido e do Resultado Operacional, sendo que este último registou um aumento significativo face a 2018 (+6,9 milhões de euros, +205%).

F. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura é algo essencial para o cumprimento da missão do Metropolitano de Lisboa, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

As atividades de manutenção, grandes intervenções e corrente, garantem o funcionamento dessa mesma infraestrutura, prolongando a sua vida útil.

O ano de 2019 foi marcado por uma melhoria ao nível da disponibilidade de material circulante, que passou de 71%, em 2018 para 87,7%, em 2019.

Pelo contrário, no que diz respeito à infraestrutura principal, em 2019, esteve mais de 27 horas indisponível enquanto, em 2018, o valor não ultrapassou as 12 horas. A maior parte das indisponibilidades deveram-se a problemas no sistema de sinalização, cujo procedimento, tendo em vista a sua substituição, já se encontra em curso. O novo sistema de sinalização será um CBTC – Communication Based Train Control, que permitirá uma maior oferta por via de um menor intervalo entre comboios.

3. RISCOS E OPORTUNIDADES

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 5 – Análise SWOT



Relativamente aos riscos de corrupção e infrações conexas encontra-se em vigor a 5ª edição do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)¹ do Metropolitano de Lisboa.

No PPRCIC são identificadas as áreas da organização que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e a prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

¹ Disponível no site da Empresa em: https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/01/MetropolitanodeLisboa_PPRCIC2018.pdf

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC (que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos) é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) no “*Fraud Risk Manual*”, adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa.

Quadro 9 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

	2017		2018		2019	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança que receberam formação no combate à corrupção	11	45,8%	0	0,0%	1	4,5%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	78	5,6%	16	1,1%	0	0,0%

No ano de 2019 foi elaborado e devidamente publicitado o Relatório de Execução do PPRCIC referente ao ano de 2018².

Ainda em 2019, o Metropolitano de Lisboa subscreveu a carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas, passando a empresa a ter o selo anticorrupção, o que representa o reforço do seu compromisso público e da adoção de medidas no combate à corrupção em cumprimento do ODS³ 16. Neste contexto e comemorando o dia internacional de combate à corrupção (9 de dezembro), foi divulgado a toda a comunidade de trabalho a referida subscrição, bem como informação relacionada com o combate à corrupção.

No âmbito das auditorias e ações de follow-up realizadas foram abrangidas 14 direções de estrutura num universo de 17, representando um total de 82% de direções alvo de análise de riscos de corrupção.

Quadro 10 – Análise de riscos à corrupção

	2017	2018	2019
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	75%	71%	82%
	12	12	14
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0

Para além dos riscos relacionados com corrupção e infrações conexas, identificados no PPRCIC e referidos supra, foram identificados, durante o ano de 2019, os 16 riscos operacionais mais relevantes do Metropolitano de Lisboa:

- Gestão de relações laborais;
- Absentismo;
- Gestão de talentos;
- Fraude de passageiros;
- Fraude e corrupção;
- Concorrência;
- Gestão do conhecimento;
- Segurança da informação;
- Segurança de pessoas e bens;
- Segurança física das instalações, rede e equipamentos;
- Sistema de bilhética;
- Capacidade tecnológica;
- Capacidade técnica e humana;
- Frequência e pontualidade do transporte;
- Gestão da expansão e remodelação da rede;
- Fornecedores.

No âmbito do projeto de expansão do Metropolitano de Lisboa, foi, ainda, elaborado um sistema de gestão de risco para o projeto de prolongamento entre a estação Rato (linha Amarela) e a estação Cais do Sodré (linha Verde), incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande.

² Disponível no site da Empresa em:

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/07/MetropolitanodeLisboa_Relat_PPRCIC2018.pdf

³ Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

IV. ESTRATÉGIA

1. PERSPECTIVAS

Os últimos anos têm sido anos de aumento da procura devido ao aumento da atividade económica, em geral, e do turismo em particular, a que a implementação do PART veio dar um contributo significativo.

A mobilidade sustentável passou a estar na ordem do dia pelo que se soma, à pressão da procura, a pressão social e a política para o aumento da oferta que não é possível sem fortes investimentos ao nível do material circulante, modernização de sistemas e equipamentos e, sobretudo, expansão da rede.

Existe assim um contexto favorável a que esses investimentos surjam e que o país aposte na mobilidade elétrica e na ferrovia que se conjugam no transporte em modo metro.

Simultaneamente encontra-se em elaboração um aditamento ao contrato de concessão que virá clarificar métricas de medição do serviço prestado, posse das infraestruturas e o modelo de remuneração.

As incertezas derivam do modelo de *governance*, com eventuais alterações ao nível do acionista ou da Autoridade de Transporte e a contestação pública e política ao projeto mais relevante para o Metropolitano de Lisboa que consiste no prolongamento da atual rede do Metro desde a estação Rato até à estação Cais do Sodré, cerca de 2 km, e na construção de dois viadutos no Campo Grande com cerca de 500 m, garantindo as novas ligações das linhas Amarela e Verde, para permitir a operação circular.

Relativamente ao surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, o Grupo ML tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo Covid-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos. Na presente data, face à informação disponível, estimaram-se alguns impactes da pandemia do Covid-19 na esfera da atividade do Grupo ML, nomeadamente ao nível do serviço de transporte público. Assim sendo, no âmbito da preparação do PAO 2020⁴ e 2021, estimou-se para este ano uma quebra de receita atribuível à pandemia na ordem dos 31,1 M€, sendo o acréscimo de gastos na ordem dos 830 mil €, respeitantes a medidas implementadas pelo Grupo para fazer face à pandemia, que incluíram, entre outros, implementação de teletrabalho, aquisição e aplicação de equipamentos/materiais de proteção, limpeza e segurança, adaptação das instalações e aquisição de material médico.

Por outro lado, para 2021 é expectável uma ligeira recuperação dos rendimentos de serviço público e de outros rendimentos diretamente relacionados com o serviço de transporte, mas ainda assim, com uma quebra de receita face ao período pré-pandemia na ordem dos 30,6 M€. A dificuldade de recuperação dos níveis de rendimentos do Grupo ML será tanto mais intensa quanto mais duradouras forem as restrições à mobilidade de pessoas e ao normal desenvolvimento das diferentes atividades, com maior impacto nos rendimentos do serviço de transporte público. Complementarmente, a sustentabilidade financeira do Grupo ML é condição essencial para a sua manutenção e para que seja possível assegurar os compromissos estabelecidos com as diversas partes interessadas, pelo que, para além da integração dos trabalhadores da Ferconsult a partir de 1 de dezembro de 2020, conforme aprovado no PAO 2020, que permite uma melhor gestão operacional da atividade do Grupo e algumas poupanças em termos fiscais, é premente que se concretizem os seguintes objetivos:

- Assinatura de um novo Contrato de Concessão de Serviço Público clarificando a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;
- Resolução de situações de dívidas existentes;
- Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente do atual PMO I;
- Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.

⁴ Documento aprovado por despacho n.º 602/2020 do Secretário de Estado do Tesouro, em 08 de outubro.

A. TRANSPORTE PÚBLICO PRESTADO PELO METROPOLITANO DE LISBOA AO SERVIÇO DA MOBILIDADE E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS

Ao longo dos últimos quatro anos, o investimento em transportes públicos quadruplicou, permitindo recuperar composições paradas, melhorar a oferta de transportes e lançar os concursos de aquisição de material circulante.

Além disso, foi lançado o Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), através do qual foi possível baixar os preços dos transportes públicos, lançar os passes únicos e os passes família, melhorando a mobilidade e qualidade de vida de pessoas com rendimentos mais baixos.

Por outro lado, foi feito um aumento da oferta e verificou-se uma melhoria na regularidade do serviço melhorando o serviço prestado ao Cliente.

B. ENFRENTAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS GARANTINDO UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Portugal é um dos países da União Europeia mais vulneráveis às alterações climáticas, sendo disso exemplo os trágicos incêndios ou a seca, que assolaram o país em 2017 e os 13 km² desaparecidos na erosão costeira.

Para limitar tais impactos, há que reduzir ativamente as emissões de gases de efeito de estufa, rumo à neutralidade carbónica do país.

No âmbito do desenvolvimento progressivo de uma economia global, com recursos cada vez mais escassos, o Metropolitano de Lisboa terá que definir um modelo mais eficiente no uso dos recursos naturais.

Descarbonizar o nosso modo de vida, e avançar para uma economia mais circular são os pilares da política ambiental seguida pelo Metropolitano de Lisboa que está alinhada com os objetivos a que Portugal se propôs no âmbito do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Portugal foi o primeiro país a assumir, em 2016, o objetivo da neutralidade carbónica em 2050 e, mais recentemente, a aprovar um roteiro para a neutralidade carbónica. Esta é uma opção estratégica que o Metropolitano de Lisboa tem previsto prosseguir, reforçar e executar, com a inclusão de medidas centradas no uso eficiente dos recursos e na transição energética, com vista a atingir os seguintes objetivos:

- Fomentar a mobilidade suave e os modos ativos de transporte;
- Melhorar a gestão dos resíduos;
- Garantir um aproveitamento mais eficiente da água;
- Difundir o conhecimento e a educação ambiental;
- Apostar na pedagogia e na sensibilização ambiental.

C. PROMOVER O TRANSPORTE PÚBLICO URBANO

A promoção da transferência modal do transporte individual para o transporte coletivo é vital, não só para a descarbonização, mas também para a melhoria da qualidade de vida. Uma rede de transportes públicos de elevada qualidade, com uma oferta adequada e que permita uma acessibilidade alargada constitui um fator de estruturação do território e de coesão social.

Os sucessivos anos de desinvestimento começaram a ser invertidos nos últimos quatro anos, através de programas como a aposta na expansão das redes de Metro e no Plano Ferrovia 2020.

Além disso, o lançamento do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), já referido, com reduções importantes no valor do passe social, concretizou uma reforma estrutural marcante neste setor, contribuindo para combater o congestionamento rodoviário, a emissão de gases com efeito de estufa, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social, atraindo passageiros para o transporte público.

2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Metropolitano de Lisboa definiu, para o triénio 2020-2022 os seguintes objetivos estratégicos que servem de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

1. Promover a mobilidade urbana através da utilização do transporte público
2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente
3. Promover a sustentabilidade ambiental
4. Expandir, melhorar e renovar as infraestruturas
5. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa
6. Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa, integra na sua estratégia 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se cruzam com os primeiros.

Ilustração 6 – Os ODS assumidos pelo METRO



Para a consecução destes objetivos estratégicos foi definido um conjunto de ações concretas, monitorizáveis através de metas quantificáveis.

<p>Promover a mobilidade urbana através da utilização do transporte público</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura; • Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado; • Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novos aumentos de procura.
<p>Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte facilitando e simplificando a sua utilização; • Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade; • Melhoria da limpeza de estações e comboios; • Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente; • Aumento da oferta e da qualidade dos espaços comerciais existentes nas estações.
<p>Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição do atual sistema de sinalização convencional por um sistema CBTC – <i>Communications-Based Train Control</i> e aquisição de novo material circulante; • Expansão da rede com a construção de um Anel Circular no centro de Lisboa prolongando a linha entre o Rato e o Cais do Sodré, com duas novas estações; • Construção de um novo Posto de Comando Central resultante da alteração do sistema de sinalização; • Estudar, analisar, e propor e procurar aprovar as futuras ampliações da rede do ML; • Requalificação e alargamento do cais da estação Arroios; • Criação de acessibilidades plenas nas estações Colégio Militar e Areeiro; • Programação da criação de acessibilidades plenas em mais 11 estações até 2024; • Renovação do sistema de videovigilância centralizada, do sistema de supervisão das instalações técnicas e revisão das portas de todo o Material Circulante existente; • Alteração do Sistema Central de Bilhética e renovação dos equipamentos de venda e canais.
<p>Promover a sustentabilidade ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição genérica dos sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED; • Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais ao nível dos sistemas de ventilação e AVAC; • Implementação de uma central fotovoltaica nas suas instalações; • Redução do consumo de papel; • Eliminação do uso de plástico descartável.
<p>Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura de um novo Contrato de Concessão de Serviço Público clarificando a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML; • Resolução de situações de dívidas existentes; • Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente do atual PMO I; • Procura de aumento da receita tarifária e não tarifária.



Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores



- Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
- Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Implementação do plano para a igualdade de género.

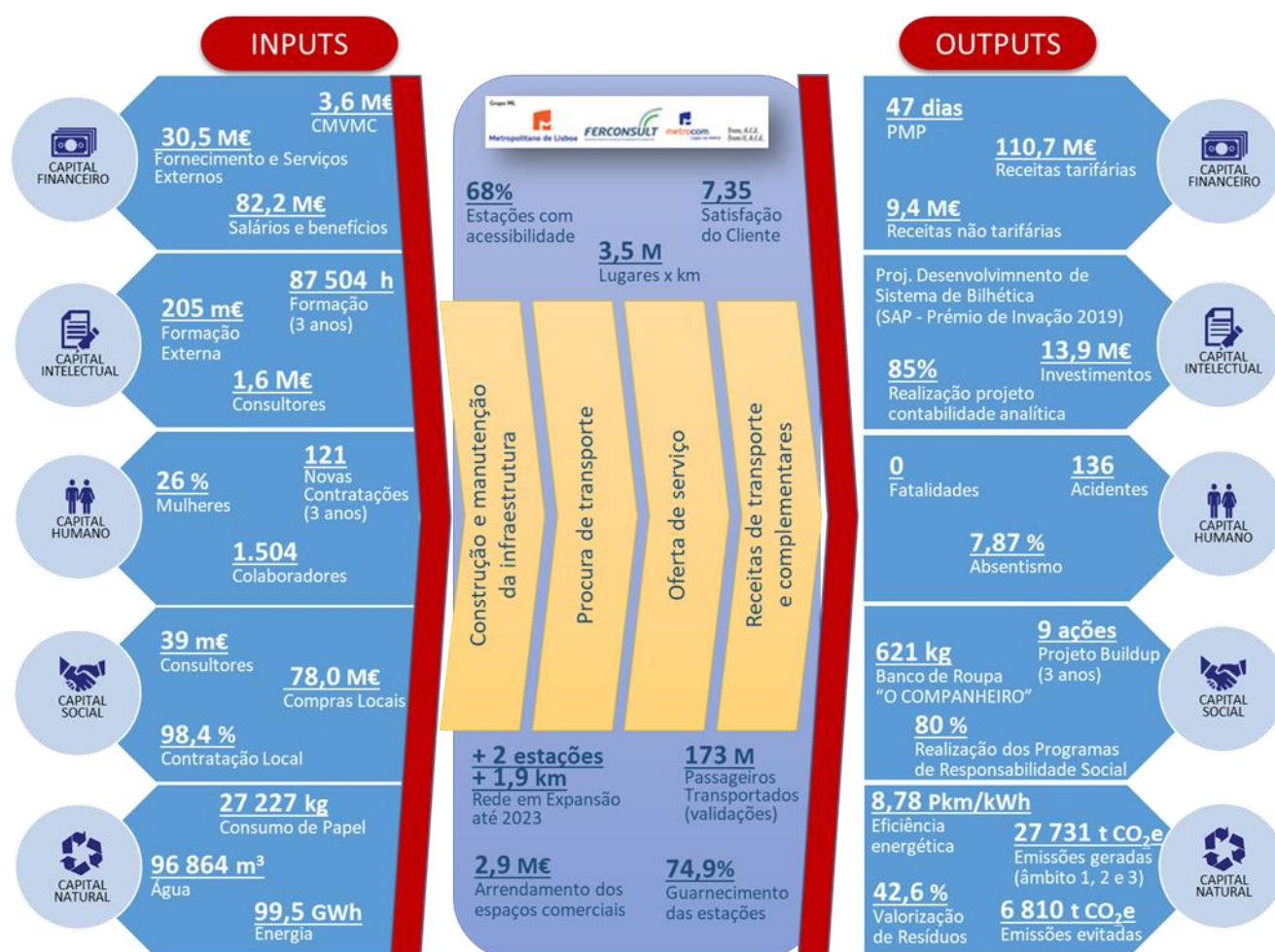
V. DESEMPENHO

1. MODELO DE NEGÓCIO

O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a construção e a manutenção da infraestrutura. Explora, ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros, através da Metrocom e venda de produtos e serviços de publicidade.

A Ferconsult presta serviços de consultoria e de apoio técnico nomeadamente sob a forma de elaboração de projetos ou preparação de peças concursais. No ano de 2019 a atividade da Ferconsult manteve-se focada em prestar serviços diretamente ao seu acionista, assegurando, simultaneamente, a continuidade dos compromissos assumidos dos projetos nacionais que se encontram em curso, através do desenvolvimento de estudos e projetos para o Metropolitano de Lisboa e do encerramento das atividades internacionais.

Ilustração 7 – Modelo de criação de valor do Grupo METRO



CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

a) Expansão da Rede

No tocante ao projeto de Expansão da Rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu os trabalhos relativos ao projeto de prolongamento Rato/Cais do Sodré, que culminaram com o lançamento, em janeiro de 2019, do concurso para a construção dos toscos dos Lotes Rato/Santos e Santos/Cais do Sodré, no âmbito do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa.

Durante o ano em análise foram rececionadas propostas referentes ao referido concurso, com vista à celebração dos contratos relativos à execução das respetivas empreitadas para os Lotes 1 (construção entre o término da estação Rato e a estação Santos) e 2 (construção entre a estação Santos e o término da estação Cais do Sodré).

Considerando que as propostas para o Lote 2 apresentavam valores superiores ao preço base definido, o Metropolitano de Lisboa, nos termos da legislação aplicável do Código dos Contratos Públicos, procedeu à exclusão das propostas, estando previsto o lançamento, durante o ano de 2020, de novo concurso para adjudicação da empreitada de Execução dos toscos entre a estação Santos e o término da estação Cais do Sodré.

Dos desenvolvimentos ocorridos em 2019, destacam-se:

- **Candidatura POSEUR:** Aprovada a candidatura para o financiamento comunitário pelo POSEUR em 20/12/2019.
- **Estudos geológicos / Geotécnicos:** Concluídos os estudos de potencial arqueológico e de avaliação dos solos contaminados.
- **Aquisição de serviços para a execução e condução de processo de expropriação e servidão administrativa por utilidade pública:**
 - Obtida a DUP para os terrenos privados a ocupar (declaração de utilidade pública), que foi publicada em DR no dia 13/08/2019;
 - Foram realizadas as vistorias ad perpetuum rei memoria entre 2 e 06/12/2019, com os peritos nomeados pelo Tribunal de Contas;
 - Para os terrenos públicos, a ocupar, prosseguiram as negociações com as entidades envolvidas – CML, IP, CP, ISEG, DGRDN, APL, Parque Escolar.
- **Empreitada de Projeto e Construção dos Toscos no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré) – Lotes 1 e 2:**
 - Concluído o processo de concurso, que foi lançado em 09/01/2019;
 - Concluído o processo de pré-qualificação, em 19/09/2019;
 - Entrega de propostas em 18/01/2020, encontrando-se em fase de análise e avaliação.
- **Empreitada de Projeto e Construção dos Toscos, Acabamentos e Sistemas no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa -Prolongamento das linhas Amarela e Verde - Viadutos do Campo-Grande – Lote 3:**
 - Foram concluídos o projeto e o processo de concurso, que foi lançado em 02/01/2020, entrega de candidaturas a 08/02/2020.
- **Aquisição de serviços de revisão de projeto:**
 - Concluído o processo de concurso, lançado em 06/11/2019, entrega de propostas ocorreu a 13/01/2020, encontram-se em fase de análise e avaliação.

b) Inspeção, diagnóstico e manutenção e frescamento da superestrutura

No que respeita à modernização e ao frescamento da atual infraestrutura, deu-se continuidade à empreitada de remodelação da estação Arroios com o objetivo de proceder ao alargamento do cais para comportar seis carruagens. Recorde-se que a obra de remodelação e de ampliação da estação Arroios da linha Verde do Metropolitano de Lisboa teve início em julho de 2017, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2019.

Por motivos de incumprimentos contratuais do empreiteiro e tendo em conta, igualmente, o interesse público subjacente à execução dessa empreitada, o Metropolitano de Lisboa, em janeiro de 2019, rescindiu o contrato respetivo, tendo lançado um novo concurso, em fevereiro do referido ano, e procedido à sua adjudicação e assinatura do contrato em setembro desse mesmo ano, estando previsto que a abertura da estação ocorra em 2021.

Procedeu-se, ainda, durante o ano de 2019, ao início dos trabalhos de requalificação e de modernização de algumas das estações, designadamente no tocante a iluminação, limpeza, frescamento e melhoria de equipamentos, da sinalética e das acessibilidades, sendo, a este propósito, de salientar a substituição de dois lances de escadas mecânicas na estação Baixa-Chiado, o lançamento do procedimento para a estação Colégio Militar, a revisão do projeto para a estação Areeiro, a substituição do elevador de superfície da estação Rato, entre outras.

Na sequência do projeto de renovação e da melhoria das condições de acessibilidades da rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu, ainda, a implementação do plano que prevê a passagem das atuais 38 para 52 estações com acessibilidade plena, tendo o ano de 2019 marcado o processo de renovação de diversas estações. Em 2019 o Metropolitano de Lisboa reabilitou as estações Anjos e Intendente. Para 2020 prevê-se a conclusão das intervenções nas estações Olivais, Colégio Militar e Areeiro. A substituição do elevador da estação Rato foi, também, efetuada ainda no final de 2019, tendo o mesmo reaberto ao público em fevereiro de 2020.

Em 2019 foram executados os seguintes trabalhos:

- Inspeções de diagnóstico do estado de conservação da estrutura metálica das guardas do viaduto de Odivelas e das coberturas de policarbonato;
- Inspeções de diagnóstico do estado de conservação das guardas em betão dos viadutos do Campo Grande, e da estrutura metálica da cobertura da trincheira de acesso a Telheiras;
- Inspeções de diagnóstico do estado de conservação da estrutura e elaboração dos projetos dos edifícios de via e refeitório do PMO II, do muro de estabilização do talude do PMO II, da laje do arquivo da Ferconsult na estação Laranjeiras e do edifício sede da Avenida Fontes Pereira de Melo;
- Acompanhamento da empreitada de reabilitação da estação Olivais;
- Acompanhamento das interferências das obras de terceiros com as infraestruturas do Metropolitano;
- Gestão do processo de monitorização do sistema de monitorização automático do troço 61º no Terreiro do Paço;
- Elaboradas as peças do procedimento para elaboração dos projetos de execução das guardas dos viadutos de Odivelas e do Campo Grande;
- Frescamento da estação Intendente.

c) Sistemas e equipamentos

Em 2019 foram desenvolvidos os seguintes projetos e lançados os respetivos concursos públicos:

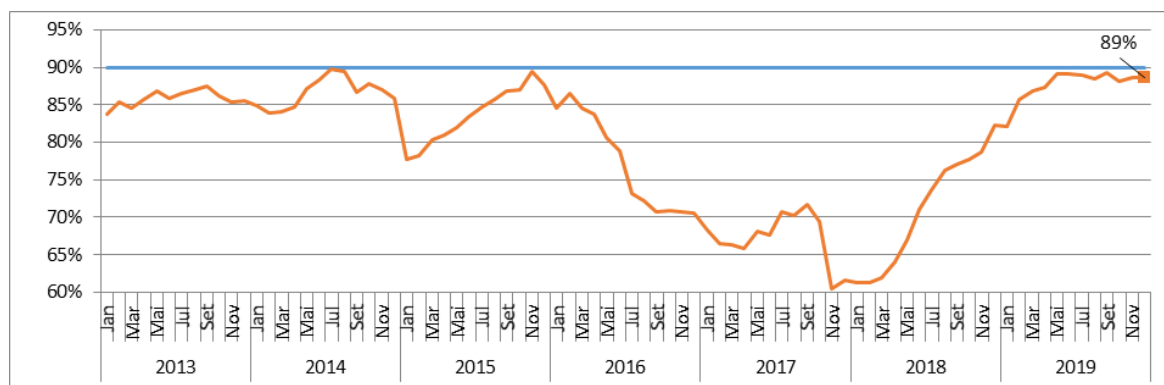
- Sistema Automático de Detecção de Incêndios (SADI) para nove estações da rede do ML;
- Substituição do ascensor n.º 3 da estação Rato;
- Modernização das escadas mecânicas n.ºs 1, 3 e 6 da estação Baixa-Chiado;

- Remodelação do Sistema de AVAC do Auditório da estação Alto dos Moinhos;
- Substituição das Escadas Mecânicas n.ºs 1 e 2 da estação Avenida;
- Disponibilização do tempo de espera dos próximos 3 comboios numa infraestrutura externa ao sistema de sinalização. Implementação e disponibilização da informação da Plataforma no Site do ML;
- Implementação de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho: O projeto incluiu a implementação do sistema, migração de dados e interfaces com outros sistemas, nomeadamente com o SAP e com a aplicação de receituário;
- Implementação da plataforma SAP BW/4HANA: O projeto contemplou a implementação de alguns indicadores do anterior sistema considerados relevantes para organização, bem como a implementação de novos indicadores na vertente bilhética (indicadores de passageiros e vendas);
- Implementação do sistema PLAGO (fase 2): Foi efetuada a renovação de toda a infraestrutura tecnológica desta plataforma e, simultaneamente, introduzidas novas funcionalidades que permitiram dar resposta a requisitos de negócio da Direção de Operações;
- Substituição dos terminais Multibanco das MAVT (já preparados para pagamento *contactless*);
- Implementação de duas provas de conceito nas estações Reboleira e Cais do Sodré no âmbito da temática controlo de fraude.

d) Desempenho operacional do material circulante

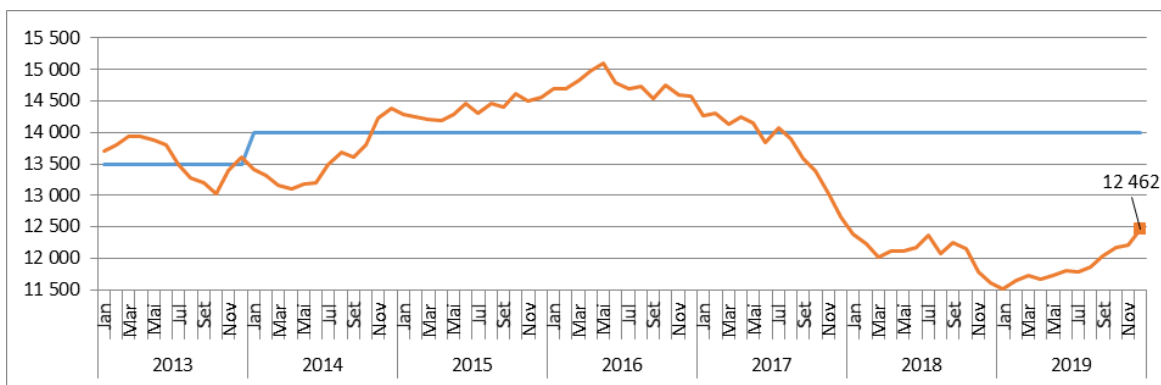
O ano de 2019 foi caracterizado pela consistente recuperação dos valores de disponibilidade do material circulante. No final desse período, a disponibilidade atingiu valores próximos do objetivo de qualidade (90%), condição de operação que não ocorria desde novembro de 2015.

Gráfico 1 – Disponibilidade média mensal do material circulante



A fiabilidade do material circulante reflete a inflexão da linha de decrescimento, ocorrido desde maio de 2016, evidente demonstração do esforço desenvolvido ao longo de todo o ano de 2019 de recuperação das condições de manutenção e de funcionamento do material circulante. A figura seguinte representa a evolução da fiabilidade (MKBF – meam kilometers between failures) medida em quilómetros percorridos entre qualquer falha da composição, quer tenha ou não consequência no seu serviço comercial.

Gráfico 2 – Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média de 12 meses)



Mais expressivo do impacto da fiabilidade na operação diária, o intervalo médio entre falhas com supressão de comboios revelou, ao longo de 2019, a estabilização desse indicador operacional, fortemente dependente do comportamento técnico dos equipamentos de portas. No final do período de análise, a fiabilidade média (com supressão de comboios) foi de 40.352 km.

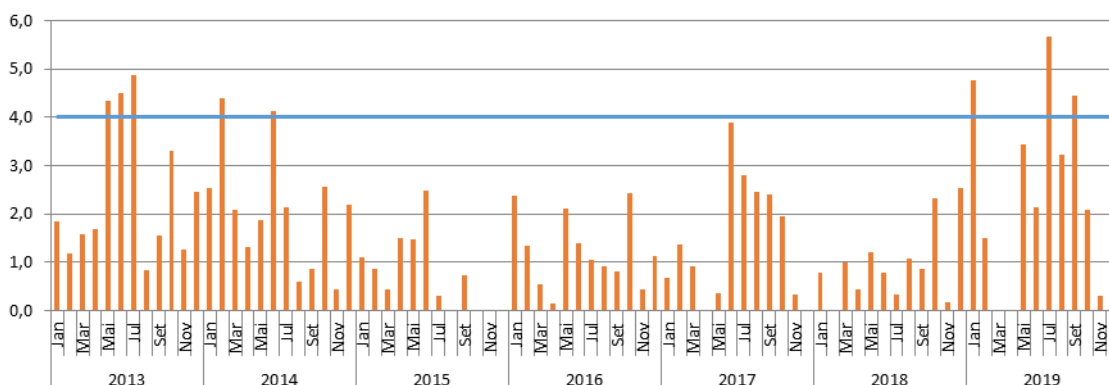
e) Desempenho operacional da infraestrutura principal

O ano de 2019 foi caracterizado pelo registo de valores anormais de perturbações na exploração principalmente motivado pelos sistemas de sinalização e via-férrea.

Evidenciam-se três casos distintos de perturbação na exploração: a acumulação de limalha em juntas isoladas e falhas de deteção de posição de motores de agulha em janeiro; a instabilidade no posicionamento do aparelho de via de São Sebastião I (linha Azul) ocorrido entre maio e agosto; e a ocorrência de um problema intermitente de comunicações no encravamento de sinalização de Odivelas ocorrido em setembro.

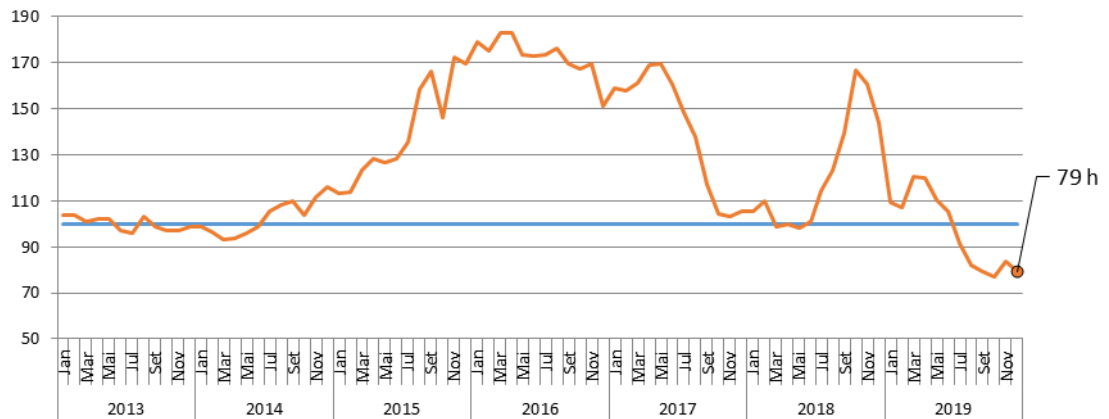
A indisponibilidade da infraestrutura, em julho e setembro, ultrapassou o valor objetivo estabelecido para o sistema de gestão de qualidade.

Gráfico 3 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)



Reflexo dos 3 problemas acima indicados, a fiabilidade da infraestrutura principal apresentou uma tendência de decréscimo ao longo de 2019, apresentando, no final do ano, um valor inferior ao objetivo estabelecido para o sistema de gestão de qualidade. A figura seguinte representa a evolução da fiabilidade (MTBF – meam time between failures) medida em horas de utilização a infraestrutura principal entre qualquer falha com perturbação da circulação de comboios.

Gráfico 4 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses)



PROCURA

O exercício de 2019 caracterizou-se pela existência de alterações profundas no modelo tarifário dos vários operadores de transporte da AML, que influenciaram o comportamento da procura no ML, quer na sua estrutura, quer no seu crescimento. Coexistiram, também, um conjunto de acontecimentos, na envolvente interna e externa ao ML, com impacto no comportamento da procura. Destacam-se os principais eventos, com impacto na procura de passageiros, verificada em 2019:

- Implementação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), a 1 de abril de 2019;
- A ocorrência do Congresso Internacional de Testemunhas de Jeová nos dias 28 a 30 de junho;
- Na noite de 12 para 13 de junho (Festas de Santo António) e na noite de passagem de ano foi prolongado o serviço em algumas linhas;
- A ocorrência do evento Web Summit em 2019, no período 4 a 7 de novembro;
- Continuação da tendência de crescimento da mobilidade na AML.

O Despacho n.º 1234-A/2019 estatuiu o Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART). Este programa, com a implementação de um novo sistema tarifário, para o Metropolitano de Lisboa implicou o descontinuar de mais de 8 centenas de passes, nos quais participava, sendo substituídos pelos seguintes:

- Navegante Metropolitano (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante Municipal de Lisboa (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante Municipal de Amadora (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante Municipal de Odivelas (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante 12 (gratuito);
- Navegante +65;
- Navegantes Família (desde agosto de 2019).

Estes novos passes, ao apresentarem preços de venda ao público significativamente mais reduzidos face ao anterior tarifário, induziram a um aumento da procura, pelo que como seria expectável o número de passageiros incrementou acima do esperado para o ano de 2019. Constatou-se também, na estrutura da procura, uma nítida transferência de títulos ocasionais para os novos passes.

À semelhança do que se tem constatado nos últimos anos, a mobilidade na AML aumentou, sendo este aumento passível de ser justificado pelos seguintes fatores:

- Diminuição da taxa de desemprego em 2019 de 0,5 p.p., atingindo os 6,5% comparativamente com 2018;
- Aumento do turismo na cidade de Lisboa, traduzido pelo aumento de mais 5,3% do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros e mais 7,1% de passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa⁵. Portugal, ganhou o 'óscar' de melhor destino do mundo, pelo terceiro ano consecutivo, na cerimónia dos "World Travel Awards (WTA)".

A conjugação dos diversos elementos descritos contribuiu para a entrada de novos passageiros no sistema, sendo que o impacto na procura se traduziu num acréscimo de 8,2% no total de passageiros transportados, ou seja, o Metropolitano de Lisboa transportou cerca de 13,9 milhões de passageiros a mais, quando comparado com o exercício de 2018.

Destaca-se a redução das validações em títulos ocasionais em -11,9%, sendo que as validações de passes incrementaram 17,9%, face ao período homólogo de 2018.

Quadro 11 – Evolução da procura

Passageiros		2019	2018	2017	Var. 2019/18	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10 ³	39 698	45 077	43 582	(5 379)	(11,93)
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³	18 754	22 178	21 843	(3 425)	(15,44)
Zapping	10 ³	13 816	15 746	14 633	(1 930)	(12,26)
Outros títulos ocasionais	10 ³	7 129	7 154	7 107	(24)	(0,34)
Passes	10 ³	127 173	107 907	103 238	19 266	17,85
Navegante Metropolitano	10 ³	65 815	-	-	-	-
Navegante Lisboa	10 ³	20 826	-	-	-	-
Outros Navegantes	10 ³	6 561	-	-	-	-
Navegante urbano e rede	10 ³	19 121	57 684	55 254	(38 563)	(66,85)
Intermodais	10 ³	5 793	22 159	20 246	(16 366)	(73,86)
Combinados	10 ³	9 057	28 064	27 738	(19 007)	(67,73)
Total com títulos pagos	10 ³	166 872	152 984	146 820	13 887	9,08
Transporte gratuito e fraude	10 ³	16 202	16 166	14 670	36	0,23
Total transportados	10 ³	183 074	169 150	161 490	13 924	8,23
Percurso médio por passageiro	km	4,793	4,867	4,816	(0,074)	(1,52)
Passageiro x km transportados	10 ³	877 513	823 308	777 684	54 206	6,58

⁵ Fonte: INE.

OFERTA

Em 2019 a oferta foi incrementada para fazer face à procura registada, tendo sido elaborados novos Planos de Operação, nomeadamente:

- Em abril de 2019 com a entrada em vigor do PART – Plano de Apoio à Redução Tarifária foi preparado um novo plano de operação para entrar em vigor na mesma data. O novo plano de operação previa um aumento de oferta durante as horas de ponta da manhã e da tarde, aos dias úteis, nas linhas Azul, Amarela e Vermelha, que se materializou, essencialmente, no aumento da velocidade máxima de circulação dos comboios para 60 km/h.
- Em setembro de 2019, já com dados objetivos da procura originada pelo PART, em abril e maio de 2019 (meses do período de “inverno”), entrou em vigor um novo plano de operação, que previa um novo aumento de oferta. Este aumento de oferta materializou-se com a circulação de mais comboios, durante as horas de ponta da manhã e da tarde, aos dias úteis, nas linhas Azul e Amarela.
- Em 2019 foi reforçada, pontualmente, a oferta na noite de Santo António, Web Summit, noite de Fim do Ano, bem como em outros eventos desportivos e culturais na cidade de Lisboa.

O valor médio do aumento de carruagens x km e respetivos lugares x km produzidos na rede neste período foi de 6,4%.

Quadro 12 – Evolução da oferta

Oferta (serviço público)	2019	2018	2017	Var. 2019/18	
				V.Abs.	%
Carruagens x km (Unid: 10³)					
Linha Azul	9 139	8 599	8 485	540	6,3%
Linha Amarela	6 415	5 961	5 939	454	7,6%
Linha Verde	5 687	5 269	4 285	417	7,9%
Linha Vermelha	6 383	6 124	6 116	259	4,2%
Total de carruagens x km	27 623	25 954	24 825	1 670	6,4%
Lugares x km (Unid: 10³)					
Linha Azul	1 169 848	1 100 706	1 086 061	69 141	6,3%
Linha Amarela	821 060	762 982	760 229	58 078	7,6%
Linha Verde	727 874	674 480	548 525	53 394	7,9%
Linha Vermelha	817 005	783 892	782 808	33 113	4,2%
Total de lugares x km	3 535 787	3 322 061	3 177 623	213 727	6,4%
Circulações (Unid: n.º)					
Linha Azul	118 463	114 347	111 222	4 116	3,6%
Linha Amarela	122 583	115 020	112 819	7 563	6,6%
Linha Verde	116 340	115 924	121 234	416	0,4%
Linha Vermelha	111 176	110 064	107 186	1 112	1,0%
Total de circulações	468 562	455 355	452 461	13 207	2,9%

O número de circulações produzidas no mesmo período, em toda a rede, aumentou em média 2,9%. O aumento do número de circulações produzidas foi mais relevante nas linhas Azul e Amarela, com valores de 3,6% e 6,6% respetivamente. Este aumento deveu-se, especificamente, ao incremento do número de comboios em circulação durante as horas de ponta da manhã e da tarde nestas duas linhas, com o objetivo de cobrir a procura verificada.

Quadro 13 – Taxa de realização da oferta

Taxa de realização	2019	2018	2017	Var. 2019/18
Carruagens x km (Unid: %)				
Linha Azul	100,65	105,46	94,58	(4,81) p.p.
Linha Amarela	102,69	100,30	102,85	2,39 p.p.
Linha Verde	112,21	102,73	90,84	9,48 p.p.
Linha Vermelha	102,07	106,62	88,09	(4,55) p.p.
Na rede	103,61	103,94	94,31	(0,33) p.p.
Circulações (Unid: %)				
Linha Azul	98,44	98,04	104,75	0,40 p.p.
Linha Amarela	98,40	98,20	105,03	0,20 p.p.
Linha Verde	98,82	98,09	105,16	0,73 p.p.
Linha Vermelha	99,27	98,93	102,56	0,34 p.p.
Na rede	98,67	98,31	104,41	0,36 p.p.

RECEITAS TARIFÁRIAS E COMPLEMENTARES

No ano de 2019 os principais fatores que influenciaram as receitas tarifárias foram:

- Aumento tarifário, no dia 1 de janeiro, dos títulos ocasionais;
- No âmbito do PART, foi implementado um novo sistema tarifário a 1 de abril;
- Diminuição das quantidades de vendidas de títulos ocasionais, na rede de vendas do ML, em 8,4%;
- Redução da receita de títulos ocasionais em 8,1%;
- Acréscimo das quantidades de passes vendidos na rede ML, em 16,3%, sendo que a receita com estes títulos aumentou 10,5%;
- Atribuição de pagamentos por conta, no âmbito do PART.

A implementação do PART levou a fortes mudanças na dinâmica que existia no anterior modelo de repartição da receita. Após 01 de abril, o Metropolitano de Lisboa passou a reter o valor das suas vendas, nos novos títulos. Passam, apenas, a ser sujeitos a repartição os títulos ocasionais e um número reduzido de passes, que transitaram do anterior modelo tarifário.

Verificaram-se, nos títulos ocasionais, fortes decréscimos na receita (-8,1%), causados, em grande medida, pela transferência da sua utilização para os Passes, preços mais atrativos para os Clientes. Sendo os títulos ocasionais os que conferem uma maior receita média por passageiro, um decréscimo na procura nestes títulos tem impactos significativos e diretos na receita esperada. Paralelamente, o elevado aumento da procura nos Passes, originou um incremento dos gastos de operação, que não são compensados pelo ligeiro acréscimo verificado das receitas tarifárias (+ 0,5%).

Para obviar ao decréscimo da receita, a AML assegurou uma verba, a título de pagamento por conta, que, no acumulado a dezembro, se cifrou em 4,0 milhões de euros (sem IVA). Considerando esta verba, a variação na receita tarifária de 2019 foi de +4,3%, face ao ano transato.

Para implementar a componente “Passe Família” do referido PART, foi necessário criar novos postos de atendimento designados “Espaços Navegante”. Estes postos garantem as funções de venda com componentes de pós-venda, asseguram a receção dos processos de pedido de passes “Navegante Família”, compra e carregamento destes passes e oferecem, também, apoio pós-venda para todos os assuntos relacionados com os passes Navegante (exceto processos Social+).

Esta estratégia, tendo em conta os constrangimentos de tempo, permitiu ao Metropolitano de Lisboa ultrapassar as dificuldades de integração do “Passe Família” no sistema de bilhética da empresa e, adicionalmente, alargou a oferta na componente de venda e serviço pós-venda.

Com impacto menos significativo nas receitas, mas contribuindo para a notoriedade da marca Metro, manteve-se o esforço na concretização de ações que beneficiam a imagem da empresa, nomeadamente através da dinamização das suas estações, na angariação de eventos e de filmagens para a sua infraestrutura, bem como no apoio logístico para os principais eventos da cidade, destacando-se a participação nos eventos Santos Populares e Web Summit 2019.

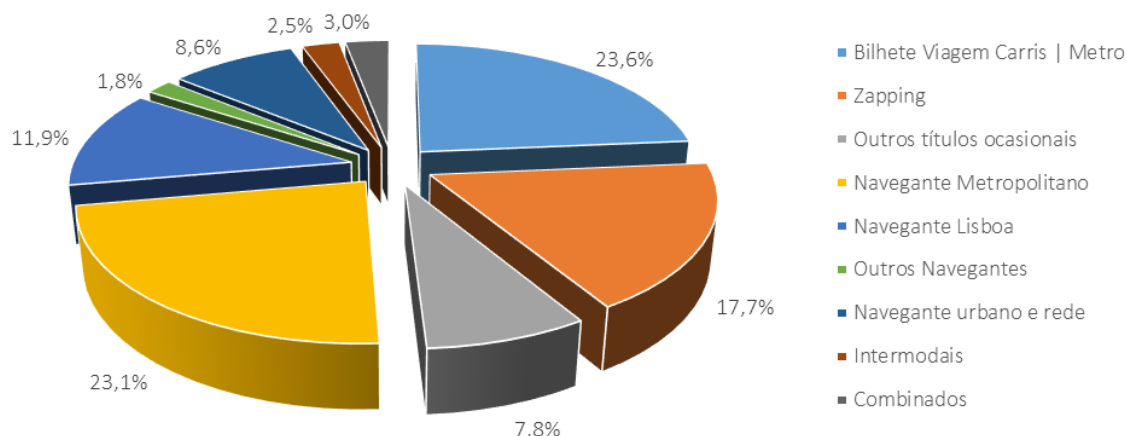
Quadro 14 – Evolução das receitas de transporte

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)		2019	2018	2017	Var. 2019/18	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10³€	51 167	55 651	53 178	(4 484)	(8,1)
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³ €	24 591	27 622	27 198	(3 032)	(11,0)
Zapping	10 ³ €	18 448	20 558	18 990	(2 109)	(10,3)
Outros títulos ocasionais	10 ³ €	8 127	7 471	6 990	656	8,8
Passes	10³€	53 026	47 977	45 664	5 049	10,5
Navegante Metropolitano	10 ³ €	24 072	-	-	-	-
Navegante Lisboa	10 ³ €	12 423	-	-	-	-
Outros Navegantes	10 ³ €	1 870	-	-	-	-
Navegante urbano e rede	10 ³ €	8 916	27 337	26 080	(18 421)	(67,4)
Intermodais	10 ³ €	2 648	10 220	9 467	(7 572)	(74,1)
Combinados	10 ³ €	3 096	10 420	10 117	(7 324)	(70,3)
Total das receitas	10³€	104 193	103 629	98 842	565	0,5
Comparticipações 4-18 / sub23 / social + *	10 ³ €	3 121	3 159	2 444	(38)	(1,2)
Total das receitas com participações	10³€	107 314	106 788	101 285	526	0,5
Pagamentos por Conta (AML)**	10 ³ €	4 014	-	-	-	-
Total das receitas com participação	10³€	111 329	106 788	101 285	4 541	4,3

* Em termos contabilísticos, foi considerado um valor inferior em aproximadamente 620 mil euros em participações tarifárias, devido à regularização de valores reconhecidos em excesso em anos anteriores.

** Do total de receita relativa à compensação do PART do período em análise, o ML em 2019 apenas recebeu um valor parcial de 2,93 M€, tendo o saldo remanescente sido recebido já em 2020.

Gráfico 5 – Receitas acumuladas – Ano 2019



A receita não tarifária apurada em 2019, obtida a partir dos negócios geridos pela área comercial, incluindo contratos permanentes, totalizou cerca de 8 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 5% face ao exercício de 2018, conforme se poderá observar no quadro seguinte:

Quadro 15 – Evolução das receitas complementares

Un: €

Receitas Complementares (sem IVA)	2019	2018	Var. 2019/18	
			Abs.	%
Receitas Complementares Tarifárias	4 010 814	3 875 529	135 285	3,5
Taxa de Urgência	509 375	384 429	124 946	32,5
Cartões Viva Viagem	2 971 454	3 069 447	(97 993)	(3,2)
Taxa de Entrega (prod. Backoffice)	557	n.d.	-	-
Fee de Personalização	383 159	274 839	108 320	39,4
Comissões	146 270	146 814	(544)	(0,4)
- Comissão venda Bilhete Viagem CA/ML	77 741	83 971	(6 230)	(7,4)
- Comissão venda Zapping	67 871	60 571	7 300	12,1
- Comissão venda títulos sem quota ML	658	2 272	(1 614)	(71,0)
Receitas Complementares não Tarifárias	3 974 540	3 732 323	242 217	6,5
Património	420 288	406 047	14 241	3,5
Aluguer de Espaços	74 278	60 697	13 581	22,4
Aluguer de Fibra Ótica e Telecomunicações	346 010	345 350	660	0,2
Frota - Estações - Meios diversos	88 951	38 971	49 980	128,3
Filmagens	54 100	3 700	50 400	1362,2
Diversos (Inserção PUB, Merchandising/Publicações, Roy.)	15 351	13 771	1 580	11,5
Serviço Especial	19 500	21 500	- 2 000	(9,3)
Subconcessões	3 465 301	3 287 305	177 996	5,4
Metrocom	2 060 546	2 037 305	23 241	1,1
Publimetro - MOP	1 404 755	1 250 000	154 755	12,4
Total das receitas com comparticipação	7 985 354	7 607 851	377 503	5,0

Os negócios relativos à rentabilização dos espaços e infraestruturas afetos às estações, bem como as subconcessões dos espaços comerciais e dos meios publicitários, contribuíram com uma receita de cerca de 4 milhões de euros.

Registou-se, ainda, uma evolução no valor das receitas obtidas com a venda de cartões, serviços associados e comissões de venda, que se cifra em mais 4 milhões de euros.

Destaca-se, também, as subconcessões dos espaços comerciais (Metrocom) e dos meios publicitários (Publimetro/MOP) que, em 2019, geraram uma receita comercial de aproximadamente 3,5 milhões de euros.

O aluguer de espaços temporários e o aluguer de fibra ótica atingiram um valor superior a 420 mil euros, incluindo-se, nesta última, o contrato com as três operadoras de telecomunicações, que asseguram a cobertura de rede móvel e, ainda, o aluguer de fibra ótica com a GO WiFi, empresa que garante o sinal de WiFi nos cais das estações.

Com impacto positivo nas receitas e beneficiando a imagem do Metropolitano de Lisboa e a dinamização das suas estações, manteve-se o plano de prospeção para a angariação de eventos e filmagens nas suas infraestruturas, bem como o apoio logístico aos principais eventos da cidade.

Em 2019, destaca-se, ainda, a realização, nas instalações da empresa, de várias produções/ativações nacionais e internacionais e rotação de anúncios publicitários para marcas multinacionais e produções musicais.

Em 2019, o Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 217 mil cartões Lisboa Viva, dos quais 63% na modalidade de “urgentes”.

Quadro 16 – Produção de cartões Lisboa Viva

Ano 2019	Transtajo	Carris	Metro	Total
10 dias	3 234	16 148	58 301	77 683
Normal	3 029	13 759	43 741	60 529
4_18	176	1 627	4 335	6 138
Sub23	29	762	2 962	3 753
CML	0	0	7 263	7 263
Urgentes	0	23 136	112 434	135 570
Normal	0	17 039	92 507	109 546
4_18	0	3 245	7 544	10 789
Sub23	0	2 852	12 383	15 235
Portal Viva	34	276	427	737
Trabalhadores	0	1 593	1 147	2 740
Total de cartões produzidos	3 268	41 153	172 309	216 730

OUTRAS ATIVIDADES

a) METROCOM, S.A.

A Metrocom, S.A. explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do Metropolitano de Lisboa, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do Metropolitano de Lisboa

No ano de 2019, o Metropolitano de Lisboa transportou 173 milhões de passageiros em 2019, tendo em conta as validações de títulos de transporte realizadas. Este indicador corresponde a mais 15 milhões de passageiros, um crescimento de 9%, face ao período homólogo, em que foram transportados 158 milhões.

Quadro 17 – METROCOM – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE		2019	2018	2017	Var. 2019/2018		PAO 2019	Tx de realização
					Abs	%		
Atividade Comercial								
Volume de Negócios (Linha Azul)	m€	1 037	1 027	1 024	10	1,0	1 043	99,4
Volume de Negócios (Linha Amarela)	m€	1 028	1 037	939	(9)	(0,9)	1 034	99,4
Volume de Negócios (Linha Verde)	m€	197	179	170	18	10,1	198	99,5
Volume de Negócios (Linha Vermelha)	m€	612	599	557	13	2,2	622	98,4
INDICADORES DE RH								
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) *	Un.	4	5	5	(1)	(20,00)	4	100,0
Número médio de efetivos	Un.	4	5	5	(1)	(20,00)	4	100,0
Massa Salarial	m€	106	176	173	(70)	(39,77)	175	60,6
ESTRUTURA ACIONISTA								
Total do Capital Social	m€	750	750	750	0,0	0,0	750	100,0
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	100	0,0 p.p.	-	100	100,0
SITUAÇÃO PATRIMONIAL								
Ativo não corrente	m€	7,9	7,0	8,7	0,9	12,9	5,3	148,8
Ativo corrente	m€	3 864,7	3 671,8	3 546,4	192,9	5,3	4 368,0	88,5
Total Ativo	m€	3 872,6	3 678,8	3 555,1	193,8	5,3	4 373,4	88,5
Capital Próprio	m€	3 223,0	3 004,2	2 871,8	218,8	7,3	3 259,0	98,9
Passivo	m€	649,6	674,6	683,3	(25,0)	(3,7)	1 114,4	58,3
Total Capital Próprio e Passivo	m€	3 872,6	3 678,8	3 555,1	193,8	5,3	4 373,4	88,5
INDICADORES DE ESTRUTURA								
Autonomia Financeira %	%	83,2	81,7	80,8	1,6 p.p.	-	74,5	111,7
Solvabilidade %	%	496,2	445,3	420,3	50,8 p.p.	-	292,4	169,7
INDICADORES FINANCEIROS								
Volume de Negócios	m€	2 874,4	2 842,4	2 688,5	31,9	1,1	2 896,4	99,2
EBITDA	m€	284,2	166,3	325,1	117,9	70,9	255,4	111,3
Margem do EBITDA	%	9,89	5,85	12,09	4,0 p.p.	-	8,82	-
Rendimentos Operacionais	m€	3 015,9	2 953,6	2 802,8	62,3	2,1	3 000,8	100,5
Gastos Operacionais	m€	2 734,6	2 788,9	2 479,3	(54,3)	(1,9)	2 745,3	99,6
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	110,29	105,91	113,05	4,4 p.p.	-	109,31	-

* Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a três meses.

Com um aumento de receitas e do espaço ocupado em 2019, a Metrocom adaptou-se às novas tendências de mercado e procurou novos modelos de negócio para ocupação de espaços em estação implementando novos e dinâmicos conceitos comerciais na rede do Metropolitano de Lisboa, o que se traduziu na rentabilização de espaços menos atrativos até então desocupados.

A maximização da rentabilização das áreas comerciais e a diversificação da oferta de produtos e serviços, através de busca de novos negócios e soluções comerciais adequadas às necessidades dos clientes permitiu, assim, um consequentemente aumento da taxa de ocupação correspondente a 85%.

Através desta dinâmica de proatividade, a Metrocom viu o seu volume de negócios aumentado em 1,1% face a 2018, correspondendo a uma receita total de 2,9 milhões de euros.

O período em análise fica, também, marcado pelo êxito na ocupação de determinados espaços comerciais na linha Vermelha, menos atrativos, fruto de uma política de contínua prospeção comercial no mercado, o que garantiu uma melhoria da imagem das estações e aumento das receitas para a organização.

De acordo com a necessidade de revitalização do negócio e de adaptação às novas tendências de mercado, deu-se início ao reposicionamento da marca Metrocom, através do desenvolvimento de um novo logótipo, com a designação “Metrocom, Lojas no Metro”.

b) FERCONSULT, S.A.

A FERCONSULT, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o METROPOLITANO LISBOA, E.P.E..

Participa, ainda, como membro em diversas associações nacionais e internacionais tais como a APPC (Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores) e o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil).

A mais relevante e substancial parte da atividade da Ferconsult foi dedicada em trabalhos para o seu acionista, Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sobretudo no âmbito do novo contrato celebrado em 2018.

Foi celebrado com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o contrato para Aquisição de Serviços para execução do Anteprojecto da ligação das linhas Verde e Amarela, Rato – Cais do Sodré e viadutos do Campo Grande – linha Circular.

No âmbito deste contrato foram elaborados os estudos e as fases projetos necessárias à coordenação e interação de todas as disciplinas, o que permitiu o lançamento de concurso da parte civil da expansão do Rato ao Cais Sodré, integrando o Lote 1 – Término do Rato/Topo Norte da estação Santos e o Lote 2 – estação Santos/Cais do Sodré, incluindo-se, ainda, a preparação de todas as peças do procedimento para o lançamento do concurso.

Quadro 18 – FERCONSULT – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE		2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
					Abs	%
INDICADORES DE PRODUÇÃO						
% Horas Trabalhadas Mercado Nacional	%	87,7	12,0	75,4	-	75,7 p.p.
% Horas Trabalhadas Mercado Internacional	%	12,3	88,0	24,6	-	(75,7) p.p.
ATIVIDADE COMERCIAL						
Volume Negócios Mercado Nacional	m€	1.228,4	1.748,0	753,6	-519,6	-29,7
Volume Negócios Mercado Internacional	m€	491,7	1.609,0	1.437,1	-1.117,3	-69,4
INDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º16/2012) ¹	Un.	48	50	64	-2,0	-4,0
Número médio de efetivos	Un.	48	54	70	-6,0	-11,1
Massa Salarial	m€	1 619	1 713	2 212	-94,5	-5,5
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	m€	5 295,3	5 295,3	1 000,0	0,0	0
Cap. Social detido pelo ML	%	100	100	100	0,0	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	m€	1,1	3,4	728,3	-2,3	-67,1
Ativo corrente	m€	2 730,3	3 989,6	5 435,8	-1.259,3	-31,6
Total Ativo	M€	2 731,4	3 993,0	6 164,0	(1 261,6)	-31,6
Capital Próprio	m€	-1.379,8	-837,0	(2 037,7)	-542,8	64,8
Passivo	m€	4 111,2	4 830,0	8 201,7	-718,8	-14,9
Total Capital Próprio e Passivo	m€	2 731,4	3 993,0	6 164,0	(1 261,6)	-31,6
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Autonomia Financeira %	%	-50,5	-21,0	-44,1	-	(29,6) p.p.
Solvabilidade %	%	-33,6	-17,3	-29,9	-	(16,2) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Volume de Negócios	m€	1 720,1	3 357,1	2 190,7	-1.637,0	-48,8
EBITDA	m€	(535,8)	(3 085,3)	(1 526,5)	2.549,6	-82,6
Margem do EBITDA	%	(31,15)	(91,90)	(69,68)	-	60,8 p.p.
Rendimentos Operacionais ²⁾	m€	1 762,8	3 274,2	2 673,5	-1.511,5	-46,2
Gastos Operacionais ²⁾	m€	3 585,8	6 364,3	4 233,4	-2.778,5	-43,7
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	49,16	51,45	63,15	-	(2,3) p.p.

1) Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhadores colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.

2) Rendimentos e Gastos corrigidos de provisões, imparidades e ganhos/perdas de subsidiárias

No que respeita ao trabalho prestado para o seu acionista, a Ferconsult deu continuidade aos serviços contratados relativos à remodelação das estações Arroios e Areeiro bem como ao estudo de análise de viabilidade do prolongamento da linha Vermelha do ML entre São Sebastião e Campo de Ourique.

No referente aos contratos Internacionais na Argélia e no Brasil e tendo presente as necessidades de apoio de projeto do seu acionista foram desenvolvidos contactos com parceiros e entidades adjudicatárias dos vários projetos no sentido de procurar trespassar a participação da Ferconsult aos seus parceiros e/ou de procurar acelerar os contratos em vias de finalização.

c) TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (TREM) foi constituído em 2 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o A.C.E., nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%;
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 19 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (Unid: €)	2019	2018	Var. 2019/18	
			V.Abs.	%
Total Ativo	1 337 608	1 881 583	(543 976)	-28,91%
Capital Próprio	(50 349 398)	(53 091 753)	2 742 355	-5,17%
Passivo	51 687 005	54 973 336	(3 286 331)	-5,98%
Total Capital Próprio e Passivo	1 337 608	1 881 583	(543 976)	-28,91%
Resultado Líquido	2 742 355	2 677 741	64 614	2,41%

d) TREM II, A.C.E.

O TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o A.C.E., nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8.º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento é composto pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., com a participação no capital de 90%, e pela Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A., com uma contribuição de 10%.

Quadro 20 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (Unid: €)	2019	2018	Var. 2019/18	
			V.Abs.	%
Total Ativo	4 337 161	5 363 262	(1 026 100)	-19,13%
Capital Próprio	(117 693 721)	(122 979 028)	5 285 307	4,30%
Passivo	122 030 883	128 342 290	(6 311 407)	-4,92%
Total Capital Próprio e Passivo	4 337 161	5 363 262	(1 026 100)	-19,13%
Resultado Líquido	5 285 307	5 095 453	189 854	3,73%

2. DESEMPENHO POR CAPITAL

A. CAPITAL FINANCEIRO

Em 2019, a gestão económica e financeira do Grupo Metropolitano de Lisboa caracterizou-se pelos seguintes factos:

- Os Rendimentos Operacionais registaram um ligeiro acréscimo de 84 mil euros (+0,05%). Apesar do aumento do Volume de Negócios do Grupo ML (+3,63 milhões de euros), verificaram-se reduções significativas em rubricas de rendimentos não *cash*, como Trabalhos para a Própria Entidade (-906 mil euros), Provisões (-1,7 milhões de euros), e outras variações em imparidades e justo valor;
- Os Gastos Operacionais mantiveram a trajetória descendente, que se traduziu numa redução de 6,8 milhões de euros relativamente ao ano de 2018, com especial destaque para Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (-2,5 milhões de euros) e Amortizações do Exercício (-4 milhões de euros);
- Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado no apoio do Acionista, através de aumentos de capital, por entradas de numerário, e financiamentos, que permitiram fazer face ao serviço da dívida.

É de salientar que, em 2019, o ML deu continuidade à recuperação dos níveis de autonomia financeira através do aumento do Capital Próprio, suportado pelo Acionista, conforme acima referido, e que se traduziu no aumento em 8,9 pontos percentuais do Rácio de Autonomia Financeira, e 13,3 pontos percentuais do Rácio de Solvabilidade. Apesar desta evolução positiva, a estrutura financeira da empresa, continua, naturalmente, muito dependente de Capitais do Acionista.

Quadro 21 – Contas consolidadas – 2019

Un.: M€

Indicadores	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	120,07	118,79	1,72	2,87	2,76	5,19
Rendimentos Operacionais	159,17	155,00	3,05	3,02	2,79	5,31
Gastos Operacionais	148,98	144,90	3,59	2,73	0,03	0,00
EBITDA	38,03	27,37	-0,54	0,28	2,75	5,31
EBITDA corrigido *	6,15	-0,23	-1,82	0,28	2,75	5,31
Resultado Operacional	10,19	10,09	-0,54	0,28	2,75	5,31
Resultado Líquido	-16,88	-16,83	-0,54	0,22	2,74	5,29

* Exclui efeitos de TPE, provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias

Quadro 22 – Contas consolidadas – 2018

Un.: M€

Indicadores	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	116,43	114,53	3,36	2,84	2,68	4,99
Rendimentos Operacionais	159,09	152,49	3,67	2,95	2,72	5,22
Gastos Operacionais	155,75	149,22	6,76	2,79	0,03	0,04
EBITDA	36,49	26,05	-3,09	0,17	2,69	5,12
EBITDA corrigido *	2,30	-5,21	-1,24	0,17	2,69	5,12
Resultado Operacional	3,34	3,27	-3,09	0,16	2,69	5,12
Resultado Líquido	-27,89	-27,89	-3,09	0,13	2,68	5,10

* Exclui efeitos de TPE, provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias

Em 2019, o Grupo ML registou um crescimento do volume de negócios de 3,1% (+3,6 milhões de euros) face a 2018, resultante fundamentalmente do aumento da procura (+8,2%), que se traduziu num acréscimo de 3,8 milhões de euros em Rendimentos de Serviço Público. Em menor escala, o aumento do volume de negócios resulta também da atividade de comercialização de espaços comerciais nas estações da rede metro (+1,12%). Por outro lado, a atividade da Ferconsult sofreu um abrandamento em 2019, decorrente da cedência da posição contratual da empresa no contrato de consórcio M28 ao seu parceiro TPF, procurando ir em linha com a estratégia definida para o triénio 2018-2020, de concentração da atividade nos projetos do Acionista (ML), e que se traduziu numa redução do volume de negócios de 1,64 milhões de euros (-49%).

Os Rendimentos Operacionais do Grupo registaram em 2019 o valor de 159 milhões de euros, em linha com o ano anterior.

Os Gastos Operacionais foram de 148,98 milhões de euros, e representam na sua maior parte gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos e Custo das Matérias consumidas).

Quadro 23 – Variação 2019/2018

Un.: M€

Indicadores	Contas Consolidadas		Variação	
	2019	2018	Abs.	%
Volume de Negócios	120,07	116,43	3,63	3,12
Rendimentos Operacionais	159,17	159,09	0,08	0,05
Gastos Operacionais	148,98	155,75	-6,77	-4,35
EBITDA	38,03	36,49	1,53	4,20
EBITDA corrigido *	6,15	2,30	3,85	166,86
Resultado Operacional	10,19	3,34	6,86	205,34
Resultado Líquido	-16,88	-27,89	11,01	39,48

* Exclui efeitos de TPE, provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias

A performance económica do Grupo ML revelou melhorias em 2019, pelo aumento dos valores do EBITDA corrigido e do Resultado Operacional, sendo que este último registou um crescimento significativo face a 2018 (+6,86 milhões de euros, +205%).

Estes resultados são essencialmente justificados pela redução dos Gastos Operacionais (-6,77 milhões de euros), em sequência da implementação de medidas de racionalização e contenção de custos, e da conjugação de sinergias entre empresas do grupo, nomeadamente, no que respeita a contratos de serviços comuns, e a concentração dos serviços administrativos na empresa-mãe. No que respeita aos gastos operacionais, destaca-se a redução do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (-2,5 milhões de euros), na sequência da retoma do plano regular de manutenção de carruagens (plano periódico e preventivo de manutenção de material circulante), depois do esforço de recuperação do atraso de cumprimento do plano de manutenção nos últimos anos, que teve a sua maior expressão em 2018.

Fluxos Financeiros

Em 2019, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória positiva, fruto do crescimento da receita tarifária. A caixa gerada pelas operações e o recebimento de 27,3 milhões de euros relativos a subsídios ao Investimento (Fundo Ambiental e PIDDAC), permitiu libertar a tesouraria necessária para liquidar as despesas de investimento e cobrir parte do défice gerado pelos fluxos de caixa das atividades de financiamento, sendo que o restante foi assegurado por aumentos de capital e empréstimos DGTF. O Grupo Metropolitano de Lisboa obteve recursos financeiros no valor de 681,67 milhões de euros, dos quais, 549,78 milhões de euros foram provenientes de aumentos de capital, tendo pago 481,10 milhões de euros relativos a amortizações de financiamentos e 221,6 milhões de euros relativos juros e gastos similares. Deste modo, as atividades de financiamento geraram um *cash-flow* negativo de 21,03 milhões de euros.

Gestão de Risco Financeiro

Quadro 24 – Passivo Remunerado Grupo ML (2017-2019)

Un: milhares de euros

Passivo remunerado (Valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910.000	910.000	1.310.000	0	0,0
BEI	220.826	437.341	508.844	(216 515)	(49,5)
Outros de longo prazo / Tesouro	620.793	691.646	353.510	(70 853)	(10,2)
Shuldschein	300.000	300.000	300.000	0	0,0
Leasing financeiro	0	0	0	0,0	-
Dívida de médio e longo prazo	2 051 620	2 338 987	2 472 353	(287 367)	(12,3)
Empréstimos obrigacionistas		0	0	0	-
Empréstimos obrigacionistas	0	400.000	0	(400 000)	(100,0)
BEI	216.515	71.503	71.503	145 012	202,8
Outros de curto prazo / Tesouro	1.345.621	1.152.480	1.077.966	193 141	16,8
Leasing financeiro	0	0	11.470	0	-
Descobertos	1	1	1	0	0,0
Dívida de curto prazo	1 562 136	1 623 983	1 160 939	(61 847)	(3,8)
Total	3 613 756	3 962 970	3 633 292	(349 215)	(8,8)

A maioria do Passivo remunerado do Grupo encontra-se concentrado na Empresa-mãe (95%), sendo que o ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço de capitais que o acionista tem promovido, com a conseqüente redução do endividamento. Em 2019, o Grupo amortizou dívida no valor de 481,1 milhões de euros, reduzindo em 8,8% o passivo remunerado.

O total do Passivo Remunerado do Grupo ML encontra-se refletido no Balanço Consolidado nas rubricas “Financiamentos Obtidos” e “Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração”, no Passivo Corrente e no Passivo não Corrente, de acordo com a natureza do financiamento em causa.

Investimento

Todo o Investimento do Grupo é respeitante ao ML, registando-se um aumento de 7,3% no valor de Formação Bruta de Capital Fixo face ao valor verificado em 2018. Os principais projetos de 2019 foram:

Infraestruturas de Longa Duração (ILD)

- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: 1,5 milhões de euros, relativos a assistência técnica – estudo prévio e anteprojecto, acompanhamento de estudos de estruturas geotecnia e expropriações;
- Remodelação da Linha Azul: 1,3 milhões de euros, com intervenção em várias estações, com destaque para Colégio Militar (428 mil euros) e Terreiro do Paço (185 mil euros);
- Remodelação da linha Verde: 1,2 milhões de euros, principalmente nas estações Areeiro (507 mil euros) e Arroios (371 mil euros);
- Remodelação da linha Vermelha: 4 milhões de euros, sobretudo para a intervenção na estação Olivais (3,5 milhões de euros).

Metropolitano de Lisboa

- Equipamento Básico: 1,9 milhões de euros, dos quais 950 mil euros alocados ao projeto de bilhética e telemática e 778 mil euros ao projeto de reabilitação de carruagens das várias séries ML;
- Equipamento Administrativo: 1,4 milhões de euros, destacando-se a verba destinada a *software* e *hardware* (1,2 milhões de euros);
- Edifícios e Outras Construções: relativo a intervenções no Parque de Material e Oficinas II e III.

Quadro 25 – Despesa de Investimento 2019

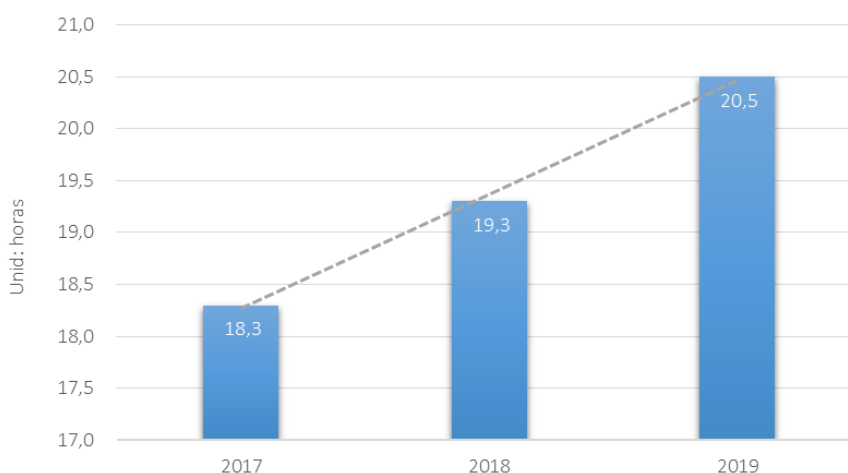
	FBCF	ICT	DI
Despesa de Investimento (valores em euros)	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
ILD	9 666 676	12 694 162	12 694 162
Plano Nacional para as Acessibilidades	775 315	1 013 643	1 013 643
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	1 495 452	1 955 144	1 955 144
Remodelação da Linha Azul	1 286 053	1 681 378	1 681 378
Remodelação da Linha Amarela	18 436	133 408	133 408
Remodelação da Linha Verde	1 180 254	1 486 580	1 486 580
Remodelação da Linha Vermelha	4 043 615	5 289 781	5 289 781
Remodelação da Rede Global	867 550	1 134 230	1 134 230
Autoinvestimento	0	0	0
ML	4 118 421	4 118 421	4 118 421
Edifícios e outras Construções	639 267	639 267	639 267
Equipamento Básico	1 934 859	1 934 859	1 934 859
Ferramentas e Utensílios	158 494	158 494	158 494
Equipamento Administrativo	1 385 802	1 385 802	1 385 802
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento por Conta de Terceiros	143 622	187 771	187 771
Investimento por Conta de Terceiros	143 622	187 771	187 771
Investimento total	13 928 719	17 000 354	17 000 354

* Investimentos por conta do ML e integrados nos Empreendimentos.

B. CAPITAL INTELECTUAL

O ano de 2019 caracterizou-se pelo reforço da valorização do conhecimento e das melhorias das qualificações e competências dos trabalhadores, promovendo a valorização do Capital Intelectual. Este reforço conduziu a um maior alinhamento da formação com a estratégia do negócio e refletiu-se no aumento das horas de formação (+5%) e das horas de formação por efetivo (+6%), ao mesmo tempo que foi conseguida uma poupança de 4% nos gastos com formação relativamente ao ano anterior.

Gráfico 6 – Formação



As soluções formativas desenvolvidas procuraram dar continuidade às seguintes linhas de orientação e tendências:

- Satisfação do Cliente como objetivo central;
- Desenvolvimento de competências de gestão e liderança;
- Envolvimento e qualificação dos colaboradores, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores;
- Melhoria contínua do desempenho com prioridade a áreas e populações estratégicas;
- Ajustamento progressivo das horas de formação às necessidades reais e à obrigatoriedade legal;
- Promoção do princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação.

No âmbito destas políticas e das linhas de orientação, destaque para as ações “Moving On Competências em Linha”, “#Forward Leaders: Liderança hoje e no Futuro” para o reforço das competências de liderança, de mensagens chave corporativas, alinhamento de práticas de gestão e de comunicação com as equipas da Direção de Operação e para o desenvolvimento de um programa de formação visando o Desenvolvimento de Competências Emocionais dos trabalhadores com funções de atendimento ao cliente.

No contexto da implementação do PART e do consequente aumento da procura, foi necessário garantir um conjunto de medidas na componente de Apoio ao Cliente e Colaboradores. Assim para o Centro de Atendimento, Espaços Cliente, Centro de Apoio Interno e preventivamente para a área das Reclamações, foram ministradas ações de formação com enfoque no novo modelo tarifário e nos procedimentos de pós-venda a aplicar aos novos títulos.

Refira-se, ainda, o alargamento do quadro de formadores internos e a conclusão da habilitação das pessoas que prestam serviço nas estações para utilização dos equipamentos de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) instalados nas estações com um fluxo médio diário superior a 10.000 passageiros e para a extensão desta formação a outras instalações e equipas.

Por último é de salientar que o Metropolitano de Lisboa, sendo um prestador de serviços essenciais na lógica da legislação relacionada com a cibersegurança, aprofundou a sua colaboração com o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), promovendo um encontro com mais de 200 participantes e criou um grupo de trabalho interno e interdisciplinar para delinear a abordagem da empresa ao referido tema.

C. CAPITAL HUMANO

COLABORADORES

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. Partimos do pressuposto que são os nossos colaboradores que permitem que o Metropolitano de Lisboa seja o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que orientamos as políticas de desenvolvimento para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social.

Reconhecemos a necessidade permanente de otimização e de adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e na necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro.

O ano de 2019, à semelhança do ano anterior, caracterizou-se pela continuidade da estratégia de recuperação das condições de operação e manutenção, com a admissão de 43 novos colaboradores, essencialmente para reforçarem as equipas de manutenção (oito) e de atendimento ao cliente (34), acentuando, assim, a inversão da tendência de diminuição de efetivos, que caracterizou o período compreendido entre 2012 e 2016. Para além deste recrutamento foi, ainda, possível rejuvenescer os quadros com a substituição de oito trabalhadores que saíram definitivamente da empresa.

Quadro 26 – Efetivo do Grupo METRO

Efetivo por tipo de contrato (Unid: n.º)	2019	2018	2017	Var. 2019/18	
				V.Abs.	%
Contratos a termo	0	0	0	0	0,00%
Contratos de cedência	19	20	19	(1)	-5,00%
Comissão Serviço Exterior	1	2	3	(1)	-50,00%
Contrato sem termo	1 484	1 448	1 386	36	2,49%
Total	1 504	1 470	1 408	34	2,31%

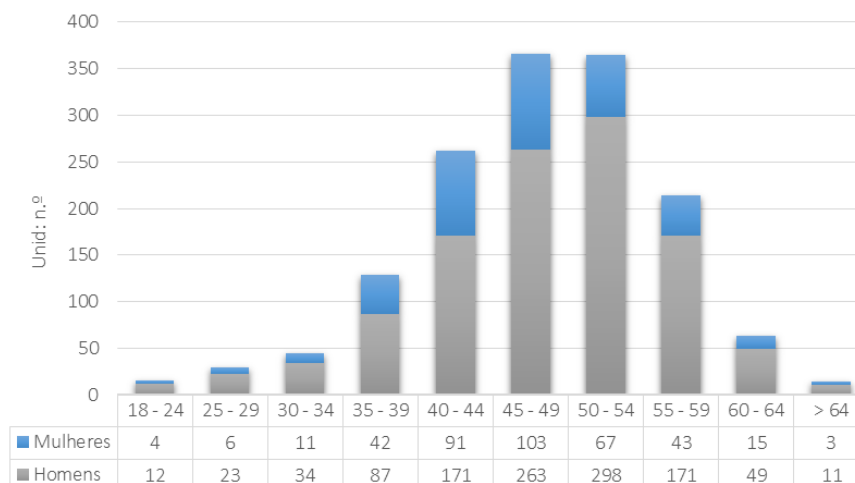
Quadro 27 – Dados do Efetivo do Grupo METRO por género

	2019			2018		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Efetivo global (Unid: n.º)	385	1 119	1 504	367	1 103	1 470
Peso do efetivo global (Unid: %)	25,6%	74,4%	100,0%	25,0%	75,0%	100,0%
Idade média (Unid: anos)	46,6	48,1	47,7	46,9	48,2	47,9
Antiguidade média (Unid: anos)	18,9	21,7	21,0	19,7	21,8	21,3

O efetivo global do Grupo Metro a 31 de dezembro de 2019, era de 1.504 colaboradores, dos quais 385 mulheres e 1.119 homens, correspondendo a uma representação de 26% de mulheres e 74% de homens. Esta representação reflete-se, igualmente, nos cargos de estrutura com a expressividade de mulheres a manter-se nos 37%.

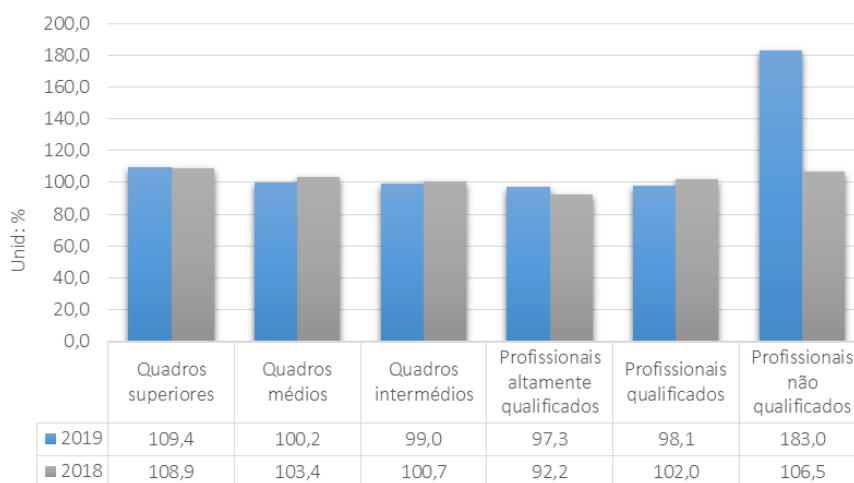
O efetivo do Grupo Metro caracteriza-se, ainda, por uma idade média elevada (47,7 anos), verificando-se que 43,7% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Analisando este indicador por género, verificamos que os homens apresentam uma idade mais elevada face à média (48,1 anos) quando comparados com as mulheres (46,6 anos). Em áreas “core” para o negócio do Metropolitano de Lisboa o envelhecimento dos colaboradores é, ainda, mais significativo, apresentando idades médias superiores que ultrapassam os 50 anos no caso da Direção de Operação.

Gráfico 7 – Efetivo por género e por faixa etária



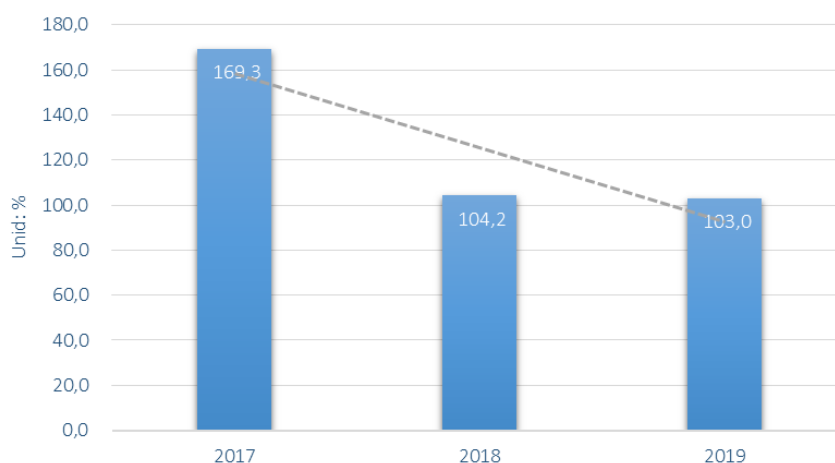
À semelhança da idade média, a antiguidade média do efetivo é elevada (21,0 anos), elevando a necessidade da reposição do efetivo em áreas específicas de negócio e de rejuvenescimento do quadro que assegure a transferência de conhecimento e garanta a sustentabilidade a longo prazo.

Gráfico 8 – Rácio do salário base do Grupo METRO entre Mulheres e Homens



Da análise dos salários base das mulheres face aos homens por nível de qualificação, salienta-se o rácio dos profissionais altamente qualificados em que as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação destaque para os quadros superiores e para os profissionais não qualificados em que os rácios indicam um salário superior para os homens. Apesar das diferenças registadas entre salários de homens e mulheres, estas diferenciações resultam de critérios objetivos justificados na antiguidade e avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base de mulheres e homens.

Gráfico 9 – Evolução do Rácio do salário base do Grupo METRO



SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram desenvolvidas, de forma continuada, medidas e ações para a melhoria das condições de prestação de trabalho e para promoção das condições de saúde, destacando-se, nesta área, os programas de prevenção e de controlo de riscos, nomeadamente para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida.

Todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada, o que se reflete no pleno cumprimento dos exames periódicos previstos.

Nos termos da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, foram revistas as análises de riscos laborais, efetuando o levantamento das principais situações de risco, de modo a reforçar a política de prevenção para eliminar ou, pelo menos, minimizar os riscos antes deles se transformarem em danos ou lesão pessoais. Ainda no âmbito da prevenção, na área da manutenção, deu-se continuidade ao programa de sensibilização sobre segurança no trabalho, prevenção de acidentes e ergonomia na área de via-férrea e realizou-se o programa de formação de contenção de derrames e produtos químicos.

No âmbito da análise das condições de trabalho, destaca-se o lançamento de um estudo inovador sobre a *atenção sustentada dos maquinistas*, com o objetivo de verificar se ocorre diminuição da atenção e conseqüente declínio do desempenho ao longo do tempo e se as características das diferentes linhas da rede interferem ou não na atenção daqueles colaboradores.

Ainda no âmbito da promoção da saúde e bem-estar, em 2019, realizaram-se vários rastreios ao cancro da próstata, de doenças respiratórias e de diabetes, bem como consultas de desabitação tabágica e de diabetes.

Quadro 28 – Acidentalidade do Grupo METRO

Acidentalidade (Unid: n.º)	2019	2018	2017	Var. 2019/18	
				V.Abs.	%
Acidentes de trabalho	136	101	111	35	34,65%
Dias perdidos	3 878	4 557	5 552	(679)	-14,90%
Taxa de absentismo (Unid. %)	7,87	7,68	8,98	0,19	-

No ano em apreço, e a nível de acidentalidade laboral, destaca-se a consolidação da redução significativa do número de dias de trabalho perdidos (-15%), apesar de, inversamente, se ter verificado um acréscimo do número de acidentes de

trabalho (+35%), em resultado do aumento muito significativo do número de acidentes de trabalho no percurso casa-trabalho.

Quadro 29 – Acidentalidade por género

Acidentalidade (Unid. n.º)	2019			2018		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Acidentes de trabalho	28	108	136	12	89	101
Dias perdidos	756	3 122	3 878	624	3 933	4 557

Na expressividade por género, a acidentalidade laboral reflete a predominância masculina da estrutura de efetivos do Grupo Metro e da ausência de expressividade feminina em profissões de maior risco.

Em termos globais, os motivos que mais contribuíram para a ocorrência de acidentes de trabalho foram ações em que estava a ser empregue a força (abrir, levantar, torcer ou apertar, 37%), por queda ou desequilíbrio (22%) e por pancadas com objetos (15%). Os restantes foram repartidos entre agressões, escorregadelas e outros.

No que concerne à taxa de absentismo verificou-se a inversão da tendência de diminuição iniciada em 2016, com um acréscimo de 0,19 p.p.. Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o motivo com maior expressão neste indicador (55,6% das horas de ausência em 2019, aumentando o seu peso relativamente ao ano anterior), seguido das ausências por acidente de trabalho (15,4% das horas de ausência).

D. CAPITAL SOCIAL

CLIENTES

Durante o ano de 2019, foi desenvolvido um conjunto de ações com o objetivo de criar uma relação mais próxima com os clientes habituais e comunicar junto de possíveis novos clientes, informando-os e dinamizando as estações por forma a acrescentar valor às viagens.

Destacam-se as seguintes:

- Campanhas da marca (“Lembre-se, o Metro é de todos”; “Esteja alerta”);
- Informação ao Cliente (divulgação em vários meios, físicos e digitais, de alterações de serviço e dos projetos em curso, no âmbito dos trabalhos de beneficiação e reabilitação das estações);
- Campanha de segurança de alerta aos clientes, com a colaboração da DSTP – Divisão de Segurança aos Transportes Públicos da PSP;
- Ações de ativação de marca e dinamização das estações (71º Aniversário de constituição do ML; Ano Internacional da Tabela Periódica; Festival Next Stop; Campanha Universidades “A tua mobilidade na universidade começa com o sub23”; Concurso de música “Uma mão cheia de bandas”; Natal no Metro; 60º Aniversário de exploração do Metro);
- Site e redes sociais (Lançamento da página oficial de Instagram; Reformulação da página de Facebook; Lançamento da API “Próximos comboios”);
- Eventos especiais (Prolongamento de serviço Festas de Lisboa na noite de Santo António; WebSummit; Passagem de Ano);
- Novos serviços (Abertura do Espaço Bebê na estação Alameda);
- Abertura em junho de três novos espaços “Espaços Navegante”, nas estações Alameda, Entre Campos, Jardim Zoológico, tendo em vista o apoio ao cliente na sequência da implementação dos novos Passes Navegante.

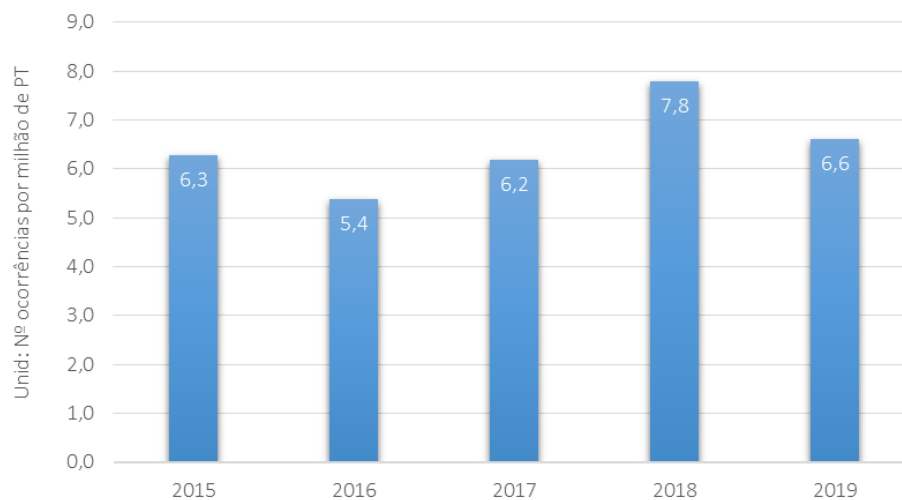
Em 2019 realizou-se o inquérito de satisfação do cliente (ISC 2019), elaborado de acordo com os critérios de qualidade definidos na EN 13816 e NP 4475. A Satisfação Global, obtida através das várias componentes de serviço, foi de 7,35, evidenciando uma melhoria da satisfação dos clientes (7,11 em 2018), sendo o melhor resultado da última década.

Sendo a segurança uma prioridade absoluta para o Metropolitano de Lisboa, em 2019 prosseguiram as ações conjuntas com o Regimento de Sapadores Bombeiros, com simulacros (4 grandes exercícios e 2 evacuações) e exercícios semanais nas estações (35), com o objetivo de treinar a estrutura de Emergência da Rede na emissão de Alarme, Alerta e receção aos meios de socorro nas estações;

É, ainda, de salientar, a elaboração de um Programa Normativo das Estações para apresentação à ANPC, face à especificidade do ML e referido desenquadramento da legislação vigente e o procedimento de ventilação e evacuação para as quatro linhas em situação de emergência.

Em 2019 inverteu-se a tendência verificada desde 2016, registando-se uma diminuição de 15% dos índices de criminalidade, face ao ano anterior.

Gráfico 10 – N.º de ocorrências por milhão de passageiros transportados



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2019 o Metropolitano de Lisboa deu continuidade ao reforço do planeamento estratégico e operacional no domínio da comunicação institucional, com vista a assegurar, prever, adequar e solucionar, de forma mais eficaz, focos e momentos de comunicação ocorridos durante o ano transato.

O plano desenvolvido em 2019 deu suporte à tomada de decisão de topo, no domínio da gestão, ajudando a desenvolver a estratégia de comunicação, junto dos media, *stakeholders* e restante comunidade, envolvendo-os em ações e projetos de comunicação que visaram atingir, consolidar e reforçar a imagem positiva da empresa.

O Metropolitano de Lisboa conseguiu, de forma estratégica e planificada, proporcionar uma maior visibilidade da sua marca, garantindo o fortalecimento da imagem externa da empresa, fomentando progressivamente o relacionamento com a imprensa e com os seus *stakeholders* institucionais, em matérias genéricas e respeitantes à modernização e à expansão da rede, designadamente a Tutela, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações de comerciantes das zonas de influência de algumas estações, Comissão de Utentes dos Transportes Públicos, entre outros.

Em 2019, o Metropolitano de Lisboa divulgou as iniciativas relevantes, desenvolvidas e implementadas pela empresa, que tiveram como objetivo o reforço da qualidade do serviço prestado aos seus Clientes, através de envio de comunicados de Imprensa, estabelecendo-se outros contactos segmentados junto dos media para divulgação das várias informações e campanhas.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do Metropolitano em diversos programas televisivos de informação e entretenimento, que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

O número de artigos positivos ou neutros representou 86% da totalidade das notícias no período em análise.

Foram, igualmente, organizadas diversas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, das quais se destacam as comemorações do 60.º aniversário de entrada em circulação do ML, que se assinalou em dezembro de 2019 e, ainda, reuniões de Diretores e de Quadros, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa.

O ML desenvolveu inúmeras parcerias estratégicas no domínio institucional, nomeadamente com a CP - Comboios de Portugal, IP – Infraestruturas de Portugal e IP Património (empresa do Grupo Infraestruturas de Portugal), no âmbito das Jornadas Europeias do Património, com a Fábrica Viúva Lamego, a Câmara Municipal de Lisboa, entre outras, na ótica do reforço da imagem corporativa e institucional da empresa.

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Durante o ano de 2019, o Metropolitano de Lisboa deu continuidade e reforçou o envolvimento dos seus representantes nos trabalhos das organizações nacionais e internacionais de que é membro associado, tendo participado em 29 eventos incluindo reuniões, conferências e exposições com interesse para a empresa, designadamente nos seguintes: Conferência Global Transport Ticketing 2019, Grupo de Trabalho ERNCIP, Seminário Smart Renewable Systems Program, VII Convenção Ferroviária Internacional, Seminário Ouvrages et Infrastructures du Transport e CBTC World Congress 2019.

Sublinha-se o esforço de aprofundamento progressivo, sem acréscimo de investimento, da participação da empresa nas atividades desenvolvidas pelas entidades de que o ML é membro associado, designadamente a integração nos órgãos de governo das principais associações nacionais e internacionais do setor, decorrente de uma análise sistemática das oportunidades de partilha de experiências, de boas práticas e de informação relevante.

Neste contexto, a nível internacional, o Metropolitano de Lisboa passou a integrar o *Policy Board* da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), órgão de cúpula daquela associação, sendo representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, eleito membro efetivo para o biénio 2019/2021.

De relevar, ainda, a decisão tomada em 2019, entre a UITP e o Metropolitano de Lisboa, para a realização da reunião dos órgãos de governo da UITP - o Executive Board, o PresCom (presidentes de comités) e o referido Policy Board - em Lisboa, no mês abril de 2021, de forma a coincidir com a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Concretizou-se, também, em 2019, a integração do Metropolitano de Lisboa no Comité União Europeia, órgão da UITP que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias, na qualidade de membro efetivo, participação assegurada pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos.

É, igualmente, de salientar a eleição *inter pares* do Eng.º António Valente, Diretor de Segurança e Vigilância do ML, para as funções de Presidente do Comité de Segurança da UITP, para um mandato de dois anos, renovável. Durante o ano de 2019, o Metropolitano de Lisboa participou, também, em 14 reuniões dos órgãos de governo e de trabalho da UITP, com destaque para a representação do ML no Congresso Mundial (Estocolmo), na Assembleia de Metros (Madrid), no Policy Board (Bruxelas) e nas reuniões do PresCom (Barcelona e Bruxelas).

Sublinha-se, ainda, a organização pelo Metropolitano de Lisboa de um módulo do Curso de Formação da UITP “Training Programme for Managers in Public Transport”, que decorreu em junho, nas instalações do Alto dos Moinhos e que contou com a participação de 28 quadros de empresas de transportes de todo o mundo, incluindo quatro representantes do Metropolitano de Lisboa.

Em 2019, o Metropolitano de Lisboa participou, também, na 34.ª reunião dos Comités Técnicos da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), realizada de 30 de junho a 2 de julho, no Porto, onde se fez representar pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, que participou na cerimónia de

abertura do evento, acompanhado pela Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª Maria Helena Campos, que ocupa o cargo de 5.ª Vogal do Comité de Direção da referida associação, em representação do Metropolitano de Lisboa e, ainda, pelos Diretores de Manutenção e de Expansão da Rede, que apresentaram comunicações sobre a atividade da empresa.

O Metropolitano de Lisboa manteve, ainda, durante o ano de 2019, um elevado nível de participação nas atividades de *benchmarking* de metros, tendo estado representado na reunião anual do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, na reunião de gestão do referido grupo e, ainda, na reunião anual do grupo CoMET de *benchmarking* dos grandes metros, na sequência de convite da RATP.

Em termos nacionais o Metropolitano de Lisboa manteve a sua participação em diversas Comissões Técnicas de Normalização onde se destaca a Comissão Técnica CT 148 – Transportes, Logística e Serviços onde detém a presidência.

Também em 2019 o Metropolitano de Lisboa passou a integrar os órgãos sociais da Agência de Energia Lisboa E-Nova, ao nível do Conselho Fiscal e da Associação Nacional para a Certificação Ferroviária com a vice-presidência da mesa da Assembleia Geral.

Foi, ainda, dada continuidade à participação nos temas da coesão social, no âmbito do CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, sediado em Bruxelas e reconhecido pela União Europeia como parceiro social.

Em 2019, o Metropolitano de Lisboa aderiu à associação Plataforma Ferroviária Portuguesa (PFP), que visa contribuir de forma ativa para o fortalecimento da cooperação entre todos os atores do setor ferroviário em Portugal, definindo uma estratégia comum para o planeamento da investigação e inovação ferroviária, promovendo iniciativas e projetos conjuntos de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), dinamizando novos negócios e fomentando a internacionalização do setor.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O ano de 2019 o Metropolitano de Lisboa prosseguiu o compromisso com as partes interessadas, quer junto dos colaboradores, suportando medidas tendentes à conciliação com a vida familiar e à proteção da parentalidade, quer reforçando a intervenção junto da comunidade e, ainda, no apoio a projetos com causas solidárias.

De acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social, O Metropolitano de Lisboa desenvolveu e apoiou várias iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Renovação do protocolo de colaboração com O “COMPANHEIRO” – IPSS que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, para integração de ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida numa equipa de trabalho e participação em atividades de carácter oficial;
- Colaboração com o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa na realização do Almoço Solidário de Natal para Sem-Abrigo;
- Recuperação e valorização dos espaços exteriores no Lar Madre Teresa de Saldanha, uma IPSS que acolhe raparigas com problemas sociais, e da FASL - Fundação António Silva Leal que atua na proteção da infância, juventude, adultos e idosos em situação de risco ou de desintegração e exclusão social;
- Entrega de 50 colmeias a apicultores do concelho de Oliveira do hospital afetados pelos incêndios florestais no ano de 2017, no âmbito do Projeto REDE - Liderado pelo Metropolitano (<https://www.redesolidaria.pt/>) junto de outros operadores visando ajudar a Renascer e a Erguer as áreas ardidas;
- Campanhas de colheita de sangue em parceria com o IPST, com deslocação da unidade móvel às instalações do ML;

- Campanhas de recolha de alimentos no âmbito da iniciativa “Corrida por Bens” para ajuda a instituições como a Acreditar - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro e a Associação Banco do Bebê - Associação de Ajuda ao Recém-Nascido;
- Campanha solidária de angariação de vestuário a favor da Associação O COMPANHEIRO, que permitiu doar ao Banco de Roupas d’O Companheiro 620,5 kg de vestuário;
- Parceiro estratégico do movimento Giving Tuesday, permitindo doar ao CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, bens alimentares para apoio à preparação de refeições quentes que são servidas às pessoas nas ruas durante todos os dias do ano;
- Apoio do ASE - Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica, com a realização da iniciativa “Caixinha dos Desejos”, colaborando na melhoria do Natal dos seus residentes.

IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

O Metropolitano de Lisboa assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nomeadamente o ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas (<https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/>).

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, o Metropolitano de Lisboa promoveu valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, salientando-se:

- O Metropolitano de Lisboa, enquanto associada do BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), integra o conjunto das grandes empresas preocupadas com as temáticas da sustentabilidade e empenhadas numa abordagem comprometida com os direitos humanos, tornando-se signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos;
- Realização das medidas previstas no “Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens 2018-2021”⁶ (PAIMH), refletindo a assunção de compromissos claros e definindo a forma de alcançar melhorias no plano da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos colaboradores e colaboradoras, através do desenvolvimento de ações de promoção de igualdade de género e não discriminação;
- Renovação do acordo de adesão ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género – o nosso compromisso” (https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Acordo-de-Ades%C3%A3o-IGEN_original-assinado.pdf), como reconhecimento da importância desta temática no âmbito da sustentabilidade social;
- Enquanto membro do iGen – Fórum Empresas para a Igualdade de Género, o Metropolitano de Lisboa associou-se à campanha de sensibilização relativa à importância da partilha das licenças parentais por Pai e por Mãe, promovida pela CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, reafirmando a importância de alcançar o maior número de colaboradores em que a igualdade de oportunidades seja real no desempenho de diferentes papéis;
- Na promoção de uma cultura de reconhecimento da igualdade de género como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade, o Metropolitano de Lisboa associou-se às campanhas do “Dia Municipal para a Igualdade | Igualdade é Desenvolvimento” e do “Dia Nacional da Igualdade Salarial”, reafirmando o compromisso com a defesa dos valores de Igualdade, Inclusão e Participação, garantindo a igualdade de oportunidades a todos/as os colaboradores/as.

⁶ https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Plano-para-a-Igualdade-entre-Mulheres-e-Homens-2018_2021_site_ML.pdf

E. CAPITAL NATURAL

O Metropolitano de Lisboa transportou, em 2019, 173 milhões de passageiros, tendo em conta as validações de títulos de transporte realizadas. Este indicador corresponde a mais 15 milhões de passageiros, um crescimento de 9%, face ao período homólogo, em que foram transportados 158 milhões. O serviço prestado pelo Metropolitano de Lisboa contribui para o quotidiano de milhares de pessoas, facilitando a sua mobilidade, reduzindo o tempo de deslocação, descongestionando as vias viárias e valorizando a área metropolitana que serve.

Enquanto mobilidade sustentável, o Metropolitano de Lisboa assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia e para a minimização dos impactes ambientais.

Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Anualmente é feita uma análise dos impactes ambientais significativos, positivos e negativos, resultantes das atividades desenvolvidas pelo ML, sendo estes:

Positivos:

- Aspetos socioeconómicos associados à oferta de transporte público e descongestionamento das vias públicas.

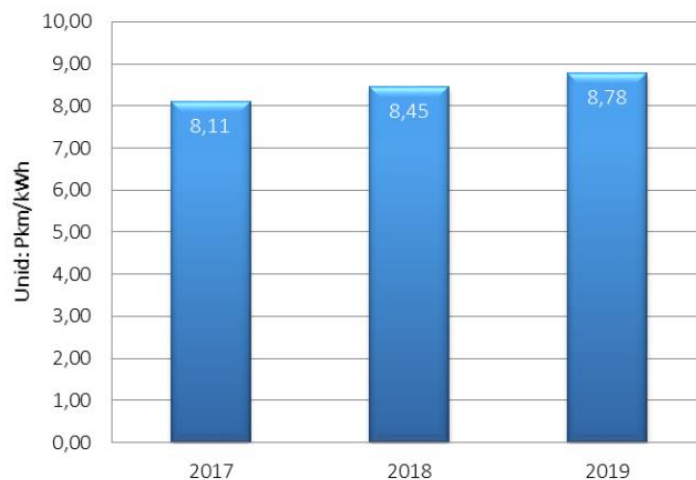
Negativos:

- Consumo de energia elétrica, na globalidade das atividades realizadas no ML;
- Emissões atmosféricas indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica;
- Consumo de gás;
- Produção de resíduos não perigosos nas estações;
- Consumo de papel.

Durante o ano de 2019 mantiveram-se os esforços no sentido da implementação de soluções mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente em termos dos sistemas de iluminação e de ventilação. No global verificou-se um ligeiro aumento do consumo de energia, por via do aumento da oferta decorrente do aumento da procura por transferência modal.

Em termos de eficiência energética, passageiros x km transportados por unidade de energia, manteve-se a tendência crescente.

Gráfico 11 – Eficiência energética



No início de 2020, e no âmbito da assunção do compromisso com “Lisboa – Capital Verde”, o Metropolitano de Lisboa elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propõe implementar até 2030, e cujas seguintes ações incidem ao nível da energia, água, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania:

- Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED;
- Instalação de central fotovoltaica no PMO II;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes;
- Adoção do uso de água reutilizada para lavagem e rega nas novas estações e no PMO III;
- Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria;
- Instalação nas estações e edifícios de equipamentos de monitorização da qualidade do ar e partilha dos dados com a CML;
- Aumento do número de carregadores para veículos elétricos nos parques de estacionamento do Metro;
- Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos;
- Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos;
- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo;
- Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos;
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde através dos meios de divulgação do Metro;
- Divulgação do presente compromisso pelas partes interessadas e do grau de implementação das ações definidas;
- Informação multimodal no site do Metro.

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de 16.879.256 euros, seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

As demonstrações financeiras anexas a este relatório evidenciam a perda de metade do capital social, nos termos referidos no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração deverá submeter a deliberação do acionista a adoção de medidas que visem a reposição do capital social da Sociedade.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

VII. ANEXOS

i. DECLARAÇÕES FINAIS

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2019, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
- b. Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei n.º 441/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
- c. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
- d. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 27 de novembro de 2020

ii. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de Dezembro de 2019, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 27 de novembro de 2020

iii. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de Dezembro de 2019, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Dr. José Carlos Pereira Nunes

Dra. Cristina Maria Pereira Freire

Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Lisboa, 27 de novembro de 2020

iv. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E SEUS ANEXOS

Quadro 30 – Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019

		(Valores em euros)	
	Notas	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5 249 978 288	5 111 618 059
Ativos fixos tangíveis	6	226 778 374	255 143 212
Ativos sob direito de uso	7	234 809	-
Propriedades de investimento	8	13 495 310	12 176 217
Ativos intangíveis		691	1 518
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	566 304	345 772
Derivados	10	-	81 966
Outros ativos financeiros	11	58 096 755	55 418 340
Total do ativo não corrente		5 549 150 531	5 434 785 084
Ativo corrente			
Inventários	12	7 737 745	7 134 976
Clientes	13	3 235 837	3 912 627
Estado e outros entes públicos	14	3 765 890	6 044 609
Outros créditos a receber	15	37 878 068	40 516 481
Caixa e depósitos bancários	16	36 113 165	24 033 770
Total do ativo corrente		88 730 705	81 642 463
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5 249 978 288	5 111 618 059
Total do ativo afeto à operação		387 902 948	404 809 488
TOTAL DO ATIVO		5 637 881 236	5 516 427 547
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	3 093 575 218	2 543 791 006
Reserva legais		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados		(1 832 244 219)	(1 780 611 158)
		1 262 854 474	764 703 323
Resultado líquido do período		(16 879 256)	(27 892 435)
Total do capital próprio		1 245 975 218	736 810 888
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	2 078 989 938	2 326 298 242
Provisões	18	1 251 760	5 322 316
Financiamentos obtidos	19	282 685 950	367 887 870
Passivos de locação	7	62 559	-
Outras dívidas a pagar	20	3 739 745	4 982 846
Derivados	10	58 618 131	81 623 896
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	271 350 648	253 711 461
Total do passivo não corrente		2 696 698 731	3 039 826 631
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1 041 099 776	1 205 630 052
Fornecedores	22	11 808 275	4 108 141
Estado e outros entes públicos	14	3 256 863	3 455 244
Financiamentos obtidos	19	580 970 000	481 808 304
Passivos de locação	7	178 229	-
Outras dívidas a pagar	20	57 894 144	44 788 286
Total do passivo corrente		1 695 207 287	1 739 790 027
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 120 089 714	3 531 928 294
Total do passivo afeto à operação		1 271 816 304	1 247 688 364
Total do passivo		4 391 906 018	4 779 616 658
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5 637 881 236	5 516 427 547

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr.ª Carla Sofia da Costa Rodrigues Manteigas

Quadro 31 – Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	(Valores em euros)	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	23	120.067.083	116.433.609
Subsídios à exploração	24	516.729	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	25	248.548	(2.298.762)
Trabalhos para a própria entidade	3.21	4.360.102	5.265.716
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(3.596.083)	(6.067.798)
Fornecimentos e serviços externos	26	(30.540.747)	(29.190.754)
Gastos com o pessoal	27	(82.239.701)	(81.933.770)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13 e 15	863.498	(1.264.150)
Provisões (aumentos / reduções)	18	556.441	2.218.499
Aumentos / reduções de justo valor	10 e 11	24.535.909	27.726.370
Outros rendimentos	28	6.246.447	7.013.745
Outros gastos	29	(2.991.289)	(1.408.066)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		38.026.937	36.494.639
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 8	(29.612.285)	(33.588.452)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 8	1.779.952	432.570
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.194.604	3.338.757
Juros e rendimentos similares obtidos	30	-	4.647
Juros e gastos similares suportados	30	(26.965.966)	(31.153.591)
Resultado antes de impostos		(16.771.361)	(27.810.187)
Imposto sobre o rendimento do período	31	(107.895)	(82.248)
Resultado líquido do período		(16.879.256)	(27.892.435)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(16.879.256)	(27.892.435)
Interesses que não controlam		-	-
		(16.879.256)	(27.892.435)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr.ª Carla Sofia da Costa Rodrigues Manteigas

Quadro 32 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019

	Notas	2019	2018
(Valores em euros)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		134.234.534	119.446.728
Pagamentos a fornecedores		(30.265.288)	(39.286.147)
Pagamentos ao pessoal		(69.282.988)	(69.644.014)
Caixa gerada pelas operações		34.686.257	10.516.567
Pagamento e recebimento do impostos		4.382.994	(2.773.086)
Outros recebimentos / pagamentos		(22.984.100)	(8.165.515)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		16.085.151	(422.034)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		8.607	4.000
Subsídios ao investimento		26.763.683	2.433.400
Juros e rendimentos similares		185.576	297.686
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9.925.019)	(12.529.139)
Ativos intangíveis		(1.037)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		17.031.810	(9.794.053)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		131.884.780	421.973.932
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		549.784.212	175.195.680
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(481.099.527)	(80.825.987)
Juros e gastos similares		(221.607.031)	(515.087.957)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		(21.037.566)	1.255.668
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		12.079.396	(8.960.419)
Efeito das diferenças de câmbio		-	4.043
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	24.033.770	32.990.146
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	36.113.165	24.033.770

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr.ª Carla Sofia da Costa Rodrigues Manteigas

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Quadro 33 – Demonstração consolidada das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2018		2.368.595.326	21.597	1.501.878	(1.751.571.378)	(24.500.916)	594.046.508	594.046.508
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2017					(24.500.916)	24.500.916	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21				(6.269.465)		(6.269.465)	(6.269.465)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					1.730.600		1.730.600	1.730.600
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.039.781)</u>	<u>24.500.916</u>	<u>(4.538.865)</u>	<u>(4.538.865)</u>
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018						(27.892.435)	(27.892.435)	(27.892.435)
Resultado integral						(32.431.300)	(32.431.300)	(32.431.300)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital	17	175.195.680					175.195.680	175.195.680
		<u>175.195.680</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>175.195.680</u>	<u>175.195.680</u>
Posição em 31 de dezembro de 2018		2.543.791.006	21.597	1.501.878	(1.780.611.159)	(27.892.435)	736.810.888	736.810.888
Posição em 1 de janeiro de 2019		2.543.791.006	21.597	1.501.878	(1.780.611.159)	(27.892.435)	736.810.888	736.810.888
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018					(27.892.435)	27.892.435	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21				(22.428.842)		(22.428.842)	(22.428.842)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(1.311.783)		(1.311.783)	(1.311.783)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51.633.061)</u>	<u>27.892.435</u>	<u>(23.740.626)</u>	<u>(23.740.626)</u>
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019						(16.879.256)	(16.879.256)	(16.879.256)
Resultado integral						(40.619.882)	(40.619.882)	(40.619.882)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital	17	549.784.212					549.784.212	549.784.212
		<u>549.784.212</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>549.784.212</u>	<u>549.784.212</u>
Posição em 31 de dezembro de 2019		3.093.575.218	21.597	1.501.878	(1.832.244.219)	(16.879.256)	1.245.975.218	1.245.975.218

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Velga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr.ª Carla Sofia da Costa Rodrigues Manteigas

Quadro 34 – Demonstração consolidada do rendimento integral do período findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores em euros)			
	Notas	2019	2018
Resultado líquido do período		(16.879.256)	(27.892.435)
Outro rendimento integral do período			
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	21	(22.428.842)	(6.269.465)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(1.311.783)	1.730.600
		(23.740.626)	(4.538.865)
Total do rendimento integral do período		(40.619.882)	(32.431.300)
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(40.619.882)	(32.431.300)
Interesses que não controlam		-	-
		(40.619.882)	(32.431.300)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do período findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr.ª Carla Sofia da Costa Rodrigues Manteigas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS, em 31 de dezembro de 2019

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa (“Grupo”) formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 27 de novembro de 2020.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas, bem como as dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2018 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. No entanto, é expectativa do Conselho de Administração que as referidas demonstrações financeiras sejam aprovadas sem alterações.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2019. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019

IFRS 16 Locações

O IASB emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

O Grupo adotou a norma IFRS 16 - Locações em 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado a abordagem de transição simplificada prevista nos parágrafos da IFRS 16: C3(b), C7 e C8 e não reexpressou os valores comparativos para o exercício anterior ao da primeira adoção.

Esta norma define os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 – Locações e as respetivas orientações interpretativas. O objetivo é garantir que locadores e locatários reportam informações úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras, designadamente sobre o efeito que as locações têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

De acordo com a IFRS 16, os ativos de direitos de uso serão testados por imparidade de acordo com a IAS 36 - Imparidade de Ativos. Este tratamento substitui assim o anterior requisito de reconhecimento de uma provisão para contratos de locação onerosos.

O Grupo Metropolitano de Lisboa realizou um levantamento de todos os contratos de locações que possam incluir direitos de uso de ativos, identificando o grupo de locações de viaturas.

Foram assumidos os períodos de duração dos contratos desde a data da transição até ao término do contrato. Como expediente prático, foram incluídas na contabilização do direito de uso as prestações de serviço fixas associada a cada viatura que inclui todas as componentes, excluindo o IVA.

Na adoção da IFRS 16 pela primeira vez, o Grupo Metropolitano de Lisboa aplicou um conjunto de expedientes práticos para as locações anteriormente classificadas como operacionais de acordo com a IAS 17, nomeadamente:

- a) o ativo sob direito de uso foi mensurado igualando o valor do passivo de locação, tendo sido aplicada uma taxa de desconto para os imóveis na data de transição, tendo em consideração o prazo da locação;
- b) aplicação de uma taxa de desconto única para as locações de viaturas com características razoavelmente semelhantes (tais como locações com um prazo remanescente semelhante, para uma classe semelhante de ativo subjacente e num contexto económico semelhante); e
- c) não aplicar a IFRS 16 às locações de curta-duração (prazo inferior a 12 meses) e de baixo valor (montantes inferiores a 5.000 euros).

IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e o Grupo tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor do Grupo sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto o Grupo pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

Características de pré-pagamento com compensação negativa (alteração à IFRS 9)

Ativos financeiros que contenham características de pré-pagamento com compensação negativa podem agora ser mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral (OCI) se cumprirem os critérios relevantes da IFRS 9. O IASB clarificou igualmente que a IFRS 9 exige aos preparadores o recálculo do custo amortizado da modificação de passivos financeiros pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais usando a taxa de juro efetiva original (EIR) sendo reconhecida qualquer ajustamento por via de resultados do período (alinhando o procedimento já exigido para os ativos financeiros). Esta alteração foi adotada pela Regulamento EU 2018/498 da Comissão sendo de implementação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

Melhoramentos ciclo 2015-2017

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, às normas:

- IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio);
- IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio);
- IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente); e,
- IAS 23 (contabilização dos custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo elegível devem ser capitalizados como parte do custo desse ativo).

Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (alteração à IAS 28)

Em outubro de 2017, o IASB emitiu alterações à IAS 28 relativamente a participações de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos. As alterações esclarecem que a IFRS 9 aplica-se a instrumentos financeiros em associadas ou empreendimentos conjuntos aos quais o método de equivalência patrimonial não é aplicado, incluindo interesses de longo prazo.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente nos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Alterações, cortes ou liquidações do plano de benefícios atribuídos (alteração à IAS 19)

Em fevereiro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 19. As alterações esclarecem a contabilização quando ocorre uma alteração, redução ou liquidação no plano de benefícios atribuídos. As alterações agora especificam que um Grupo deve usar os pressupostos atualizados da remensuração de seu passivo de benefício definido líquido (ativo) para determinar o custo atual do serviço e os juros líquidos para o restante do período de relato após a mudança no plano.

Das alterações resulta uma alocação diferente do rendimento integral total entre custo do serviço, juros e outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se prospectivamente a alterações, cortes ou liquidações de planos de benefícios atribuídos que ocorram no ou após o início do primeiro período de relato anual que comece em ou após 1 de janeiro de 2019.

Normas, alterações e interpretações emitidas e adotadas pela União Europeia, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros e que o Grupo Metropolitano de Lisboa optou pela não aplicação antecipada**Definição de Materialidade (alterações às IAS 1 e IAS 8)**

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar as empresas a fazer julgamentos de materialidade. As alterações consistem em (a) substituir o termo “puder influenciar” por “puder razoavelmente considerar que poderá influenciar”; (b) incluir o conceito de "ocultação" juntamente com os conceitos de "omissão" e "distorção" de informação na definição de materialidade; (c) esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual; e (d) alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata.”

As alterações são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, podendo serem aplicadas antecipadamente.

Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visa atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tem data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 - com adoção antecipada permitida - para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

Normas, interpretações, emendas e revisões emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela União Europeia**Reforma de referenciais de taxa de juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)**

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR.

Além disso, as alterações exigem que as empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas. As alterações fornecem exceções para que o Grupo aplique os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do benchmark da taxa de juro.

As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária. Além disso, as alterações esclarecem que, se um Grupo designar fluxos de caixa baseados em benchmark de taxa de juro como o item coberto numa cobertura de fluxo de caixa, o Grupo não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do benchmark de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em benchmark de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflete as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis.

As alterações têm uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. É permitida a adoção antecipada e as alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que o Grupo aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que o Grupo aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para o Grupo

Contratos de seguro (IFRS 17)

Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 – Contratos de seguro. Esta norma tem data efetiva de adoção nos períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2021.

Definição de negócio (alterações à IFRS 3 Concentração de Negócios)

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio. As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar outputs. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode se qualificar como um negócio sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs, ou incluindo os próprios outputs, substituindo o termo “capacidade de criar outputs” por “capacidade de contribuir para a criação de outputs”.

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir inputs ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo outputs. As alterações concentram-se em se os inputs adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar outputs.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte anual com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. O Grupo não aplicou esta alteração antecipadamente.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívida ou outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (a liquidar ou potencialmente a liquidar no prazo de um ano) ou não correntes. As alterações incluem esclarecimentos sobre os requisitos de classificação de dívida que uma empresa pode liquidar convertendo em capital.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2022.

3.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2019	2018
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	-	-
Subsidiárias:			
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%

Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	Lisboa	14,29%

No caso específico do Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados (Notas 3.4 e 3.5).

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

3.5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.6. LOCAÇÕES

Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2019

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação igualmente numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A IFRS 16 - Locações substituirá a IAS 17 - Locações para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A IFRS 16 estabelece um modelo abrangente para a identificação de contratos de locação e o seu tratamento nas demonstrações financeiras quer do locador quer do locatário.

Política aplicável após 1 de janeiro de 2019

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de um pagamento.

Contabilização nos locatários:

Ativos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos entretanto efetuados e de quaisquer incentivos à locação recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais incorridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de

exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.

Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

Contabilização nos locadores:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.

O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

3.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Sempre que, à data da demonstração consolidada da posição financeira, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

3.8. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NÃO ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo, são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em associadas são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado após a data de aquisição pelo valor correspondente à participação do Grupo na variação do capital próprio (incluindo o resultado líquido) das associadas após essa data. Por aplicação do método de equivalência patrimonial, a proporção do Grupo no resultado líquido das associadas e empreendimentos conjuntos é registado por contrapartida da demonstração dos resultados e os dividendos recebidos são deduzidos ao valor do investimento.

Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na Nota 9.

3.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo ou custo amortizado e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Cientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

No caso concreto do Grupo nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados, os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2019		2018	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Derivados	10	-	-	81 966	-
Outros ativos financeiros	11	58 096 755	-	55 418 340	-
		58 096 755	-	55 500 306	-
Correntes:					
Clientes	13	-	3 235 837	-	3 912 627
Estado e outros entes públicos	14	-	3 765 890	-	6 044 609
Outros créditos a receber	15	-	37 878 068	-	40 516 481
Caixa e depósitos bancários	17	-	36 113 165	-	24 033 770
		-	80 992 961	-	74 507 487
		58 096 755	80 992 961	55 500 306	74 507 487

Passivos Financeiros	Notas	2019		2018	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	20	-	282 685 950	-	367 887 870
Outros dividas a pagar	21	-	3 739 745	-	4 982 846
Derivados	10	58 618 131	-	81 623 896	-
		58 618 131	286 425 696	81 623 896	372 870 716
Correntes:					
Fornecedores	23	-	11 808 275	-	4 108 141
Estado e outros entes públicos	14	-	3 256 863	-	3 455 244
Financiamentos obtidos	20	-	580 970 000	-	481 808 304
Outros dividas a pagar	21	-	57 894 144	-	44 788 286
		-	653 929 282	-	534 159 975
		58 618 131	940 354 978	81 623 896	907 030 691

A rubrica do ativo 'Diferimentos', apresentada em linha autónoma nas demonstrações financeiras consolidadas de 2018, foi reclassificada para a sub-rubrica 'Outros créditos a receber'.

3.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.13. ENCARGOS FINANCEIROS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

3.15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO (NÃO ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração consolidada dos resultados do período em que são pagos.

3.18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor sendo, em cada data de relato mensurados pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura designados e eficazes.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, estes não cumprem todos os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, pelo que, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuada de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da IAS 39.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados, são reconhecidas na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio do Grupo é, neste caso, nulo.

3.19. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.20. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado, e ainda o rédito proveniente dos projetos de consultoria.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Até 31 de março de 2019, o sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresentava uma significativa diversidade de títulos de transporte, sendo válidos os seguintes tipos de títulos no serviço prestado pelo ML:

- Passes intermodais – Títulos de validade mensal, as receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pela AML, tendo por referência as quotas determinadas pelo inquérito de tráfego realizado em 2007;
- Passes combinados – Títulos combinados com outros operadores com quotas definidas conforme protocolos estabelecidos;
- Viagens Ocasionais/Zapping – Títulos combinados com outros operadores e válidos para um número de viagens pré-estabelecido. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador, à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

No primeiro trimestre do ano, o rédito relativo ao serviço público de transporte foi determinado nos termos descritos nos pontos acima.

No início do mês de abril, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março.

O PART criou um “passo único metropolitano”, comum a todos os operadores de transporte que operavam na AML, determinando, conseqüentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os novos passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- A AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

O rédito proveniente dos serviços relacionados com estudos e projetos de consultoria é reconhecido em regime de “time and materials” na data da prestação dos serviços (percentagem de acabamento), usualmente com base no custo das horas

incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto. O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos gastos totais incorridos, estimativa de gastos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.21. GASTOS DEPARTAMENTAIS INCLUÍDOS NOS ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pelo Grupo) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.22. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média	Cotação final	Cotação média	Cotação final
		2019	31/12/2019	2018	31/12/2018
Estados Unidos da América	USD	1,12	1,12	1,18	1,15
Reino Unido	GBP	0,88	0,85	0,88	0,89

Fonte: Banco de Portugal

3.23. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.24. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar, na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas numa forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avaliados pelo Estado Português ou por estes concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “*cash-flows*” do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise de sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2019, resultaria respetivamente num aumento de 147.119 euros e numa diminuição de 187.010 euros no resultado antes de imposto.

3.25. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados.
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.26. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 - Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio 'Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas'.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria 'Outros segmentos'.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é a seguinte:

EXERCÍCIO 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	116 730 349	3 336 734	120 067 083
Subsídios à exploração	516 729	-	516 729
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	255 065	(6 517)	248 548
Trabalhos para a própria entidade	3 102 102	1 258 000	4 360 102
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3 596 083)	-	(3 596 083)
Fornecimentos e serviços externos	(28 426 628)	(2 114 120)	(30 540 747)
Gastos com o pessoal	(80 056 942)	(2 182 759)	(82 239 701)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	128 641	734 856	863 498
Provisões (aumentos / reduções)		556 441	556 441
Aumentos / reduções de justo valor	24 535 909	-	24 535 909
Outros rendimentos	5 919 800	326 648	6 246 447
Outros gastos	(2 907 862)	(83 427)	(2 991 289)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 264 099)	8 264 099	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	27 936 981	10 089 956	38 026 937
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(19 215 791)	(10 396 494)	(29 612 285)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 779 952	-	1 779 952
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10 501 142	(306 538)	10 194 604
Juros e gastos similares suportados	(26 933 660)	(32 305)	(26 965 966)
Resultado antes de impostos	(16 432 518)	(338 843)	(16 771 361)
Imposto sobre o rendimento do período	(40 582)	(67 312)	(107 895)
Resultado líquido do período	(16 473 100)	(406 156)	(16 879 256)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(16 473 100)	(406 156)	(16 879 256)
Interesses que não controlam	(16 473 100)	(406 156)	(16 879 256)

EXERCÍCIO 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	112 316 557	4 117 052	116 433 609
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(1 905 166)	(393 596)	(2 298 762)
Trabalhos para a própria entidade	3 213 739	2 051 977	5 265 716
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(6 067 798)	-	(6 067 798)
Fornecimentos e serviços externos	(26 887 457)	(2 303 297)	(29 190 754)
Gastos com o pessoal	(78 806 214)	(3 127 556)	(81 933 770)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(53 678)	(1 210 472)	(1 264 150)
Provisões (aumentos / reduções)	2 456 130	(237 631)	2 218 499
Aumentos / reduções de justo valor	27 726 370	-	27 726 370
Outros rendimentos	6 591 834	421 911	7 013 745
Outros gastos	(1 277 146)	(130 920)	(1 408 066)
Resultados operacionais intersegmentos	(11 257 129)	11 257 129	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	26 050 042	10 444 597	36 494 639
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(23 211 672)	(10 376 780)	(33 588 452)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	432 570	-	432 570
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 270 940	67 817	3 338 757
Juros e rendimentos similares obtidos		4 647	4 647
Juros e gastos similares suportados	(31 122 480)	(31 111)	(31 153 591)
Resultado antes de impostos	(27 851 540)	41 353	(27 810 187)
Imposto sobre o rendimento do período	(40 895)	(41 353)	(82 248)
Resultado líquido do período	(27 892 435)	-	(27 892 435)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(27 892 435)	-	(27 892 435)
Interesses que não controlam	(27 892 435)	-	(27 892 435)

31 DE DEZEMBRO DE 2019	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 512 515 766	125 365 471	5 637 881 236
Passivos do segmento	4 213 800 658	178 105 360	4 391 906 018

31 DE DEZEMBRO DE 2018	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 373 362 696	143 064 851	5 516 427 547
Passivos do segmento	4 590 796 409	188 820 249	4 779 616 658

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

Atividades de investimento de ILD	Notas	31-dez-2019	31-dez-2018
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3 136 289 617	3 123 933 023
Ativos intangíveis	5.2	7 174 558	6 974 803
Propriedades de investimento	5.3	1 804 209	1 804 209
Subsídios	5.4	(998 685 776)	(995 926 760)
Conta a receber do Estado	5.5	3 088 856 357	2 955 028 532
Derivados	5.6	14 539 323	19 804 252
		5 249 978 288	5 111 618 059
Ativo corrente:			
Outros créditos a receber	5.7	-	-
		-	-
Total do ativo		5 249 978 288	5 111 618 059
Passivo não corrente:			
Provisões	5.8	13 154 246	14 214 246
Financiamentos obtidos	5.9	1 768 933 661	1 971 099 037
Derivados	5.6	296 902 031	340 984 959
		2 078 989 938	2 326 298 242
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.10	1 746 492	1 087 844
Financiamentos obtidos	5.9	981 165 999	1 142 175 147
Outras dívidas a pagar	5.11	58 187 285	62 367 061
		1 041 099 776	1 205 630 052
Total do passivo		3 120 089 714	3 531 928 293
Total ILD líquido		2 129 888 574	1 579 689 765

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2018 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Juros incorridos no exercício de 2019 por conta de financiamentos obtidos no montante de 173.645.825 euros (Nota 5.5.1.);
- Justo valor dos instrumentos financeiros no montante de (38.818.000) euros (Nota 5.6);
- Provisões para processos judiciais em curso no montante de 1.060.000 euros (Nota 5.8).

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2019						
Ativo Bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos fixos tangíveis (ILD)	3 313 204 581	(199 062 008)	3 114 142 573	1 967 198	855 000	3 116 964 771
Terrenos e recursos naturais	15 899 497	(2 388 442)	13 511 055	-	-	13 511 055
Edifícios e outras construções	2 828 482 417	(176 310 029)	2 652 172 388	790 827	338 544	2 653 301 758
Equipamento básico	468 822 667	(20 363 537)	448 459 130	1 176 372	516 456	450 151 959
Ativos fixos tangíveis em curso (ILD)	8 717 934	-	8 717 934	10 942 596	(998 106)	18 662 425
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	7 820 819	-	7 820 819	6 703 062	(338 544)	14 185 338
Equipamento básico	897 115	-	897 115	4 239 534	(659 562)	4 477 087
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	-	-	1 669 598	(410 094)	-	1 259 504
Perdas por imparidade (Edifícios e outras construções)	-	-	(597 082)	-	-	(597 082)
Total do ativo fixo tangível bruto (ILD)	3 321 922 515	(199 062 008)	3 123 933 023	12 499 700	(143 106)	3 136 289 617

31 de dezembro de 2018						
Ativo Bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos fixos tangíveis (ILD)	3 303 354 795	(199 793 426)	3 104 292 787	8 854 434	995 352	3 114 142 573
Terrenos e recursos naturais	15 899 497	(2 388 442)	13 511 055	-	-	13 511 055
Edifícios e outras construções	2 818 796 243	(177 041 447)	2 642 486 214	7 897 621	1 788 552	2 652 172 388
Equipamento básico	468 659 056	(20 363 537)	448 295 519	956 812	(793 201)	448 459 130
Ativos fixos tangíveis em curso (ILD)	6 295 544	-	6 295 544	5 242 115	(2 819 726)	8 717 934
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	5 194 534	-	5 194 534	4 936 747	(2 310 462)	7 820 819
Equipamento básico	1 101 010	-	1 101 010	305 368	(509 263)	897 115
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	-	-	1 603 793	65 805	-	1 669 598
Perdas por imparidade (Edifícios e outras construções)	-	-	(691 885)	94 803	-	(597 082)
Total do ativo fixo tangível bruto (ILD)	3 309 650 340	(199 793 426)	3 111 500 240	14 257 157	(1 824 374)	3 123 933 023

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na sub-rubrica de “Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções”, no montante de 790.827 euros referem-se, essencialmente, à remodelação e expansão da rede.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 nas sub-rubricas de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se essencialmente a: (i) Edifícios e outras construções, no montante de 6.703.062 euros, empreendimento Rato/Cais do Sodré e à remodelação da rede, nos montantes de 1.486.285 euros e 4.053.052 euros, e (ii) Equipamento básico, no montante de 4.239.534 euros, execução de intervenções para a garantia de acessibilidades a pessoas de mobilidade reduzida e à remodelação da rede, nos montantes de 149.463 euros e 3.805.921 euros.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

Gastos capitalizados	2019			2018		
	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total
Gastos departamentais	73 757 654	14 946 410	88 704 065	73 216 081	12 467 302	85 683 383
	73 757 654	14 946 410	88 704 065	73 216 081	12 467 302	85 683 383

5.2. ATIVO INTANGÍVEL

Ativo Bruto	31 de dezembro de 2019			
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Ativos intangíveis (ILD)				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4 939 157	187 771	11 615	5 138 543
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	15 818	11 984	(11 615)	16 188
Total do ativo intangível bruto (ILD)	6 974 803	199 755	-	7 174 558

Ativo Bruto	31 de dezembro de 2018			
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Ativos intangíveis (ILD)				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4 812 580	13 660	112 917	4 939 157
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	122 937	5 799	(112 917)	15 818
Total do ativo intangível bruto (ILD)	6 955 344	19 458	-	6 974 803

5.3. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2018				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça General Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	8 160 981	1 804 209	-	-	1 804 209	4 616 469
	1 804 209	-	-	1 804 209	8 160 981	1 804 209	-	-	1 804 209	4 616 469

5.4. SUBSÍDIOS

Descrição	31 de dezembro de 2019			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229 464 397	-	-	229 464 397
Piddac	182 871 505	968 212	-	183 839 717
Fundo Coesão	376 640 062	-	-	376 640 062
Fundo Ambiental	2 433 400	1 742 805	-	4 176 205
Subsídios diversos	204 517 396	48 000	-	204 565 396
Total de subsídios	995 926 760	2 759 017	-	998 685 776

Descrição	31 de dezembro de 2018			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229 464 397	-	-	229 464 397
Piddac	182 871 505	-	-	182 871 505
Fundo Coesão	376 640 062	-	-	376 640 062
Fundo Ambiental	-	2 433 400	-	2 433 400
Subsídios diversos	204 517 396	-	-	204 517 396
Total de subsídios	993 493 360	2 433 400	-	995 926 760

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 diz essencialmente respeito à implementação do projeto «Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde – Rato – Cais do Sodré», no montante de 1.742.805 euros, e ao subsídio atribuído no âmbito do PIDDAC para a remodelação da rede, no montante de 968.212 euros.

5.5. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta sub-rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

Descrição	Notas	31-dez-2019	31-dez-2018
Juros, taxa de aval e imposto de selo	5.5.1	2 481 846 542	2 308 140 717
Gastos de emissão	5.5.1	20 230 150	20 230 150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.5.1	289 555 301	289 555 301
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	5.5.2	597 082	597 082
Encargos financeiros capitalizados	5.5.3	(3 495 216)	(3 495 216)
Trabalhos especializados	5.5.4	2 563 836	2 563 836
Derivados	5.6	282 362 708	321 180 708
Perdas por imparidade em dívidas a receber	5.7	2 041 708	2 041 708
Provisões	5.8	13 154 246	14 214 246
		3 088 856 357	2 955 028 532

5.5.1. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 3.13 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos entre 1995 e 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

5.5.2. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2019 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual não resultou nenhum registo de reversão/reforço de perda por imparidade.

5.5.3. Encargos financeiros capitalizados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo fixo tangível em curso" detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2019				31 de Dezembro de 2018			
	Ativo Intangível	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total	Ativo Intangível	Ativo fixo tangível (AFT)	AFT em curso	Total
Gastos com empréstimos	153 110	298 426 613	11 726 512	310 306 234	152 981	298 367 991	11 785 262	310 306 234

5.5.4. Trabalhos especializados

Na sequência do processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD.

5.6. DERIVADOS

A Empresa conforme referido na Nota 3.18, contratou *swaps* de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avaliados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o justo valor dos contratos de *swaps* afetos às ILD é o seguinte:

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2019		Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("N") (contraparte)		Variação
								31.12.2019	31.12.2018	
B E I (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019			-	(1 458 672)	1 458 672
Total de financiamento										
B E I (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020		1 163 862	(15 438)	(89 044)	73 606
Total de financiamento										
						1 828 926	1 180 158	3 009 084		
B E I (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018					-
Total de financiamento										
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022		20 000 000	(1 998 243)	(2 846 153)	847 910
Total de financiamento										
						40 000 000	40 000 000	80 000 000		
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022			(166 077 933)	(261 637 094)	95 559 161
Total de financiamento										
						(255 953 667)	255 953 667			
A B N (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024		100 000 000	(23 994 281)	(24 087 652)	93 371
Total de financiamento										
						300 000 000				
OBRIGAÇÕES 2026		BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026				-	-
OBRIGAÇÕES 2026		M LYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026		30 000 000	(52 491 443)	(23 970 205)	(28 521 238)
OBRIGAÇÕES 2026		CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026		30 000 000	(52 324 693)	(23 914 710)	(28 409 983)
Total de financiamento										
						400 000 000		400 000 000		
OBRIGAÇÕES 2019		CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019				(2 981 429)	2 981 429
Total de financiamento										
						485 875 258	297 133 826	964 172 946	(296 902 031)	(340 984 959)

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2019		Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("N") (contraparte)		Variação
								31.12.2019	31.12.2018	
B E I (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019			-	3 795	(3 795)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022			1 215 000	1 983 000	(768 000)
OBRIGAÇÕES 2026		CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026		100 000 000	13 324 323	17 817 456	(4 493 133)
Total de financiamento										
							100 000 000	14 539 323	19 804 252	(5 264 928)

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio do Grupo, dado que o passivo/ativo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

5.7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica de "Clientes", em 31 de dezembro de 2019, inclui um montante de 2.041.708 euros que respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD.

5.8. PROVISÕES

O montante de 13.154.246 euros, em 31 de dezembro de 2019, é referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

5.9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos afetos à atividade de ILD em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalham-se como se segue:

Entidade financiadora	31 de dezembro de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:								
Emissão Metro 2019	Barclays				400 000 000	400 000 000	-	400 000 000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
			-	910 000 000		400 000 000	910 000 000	1 310 000 000
Empréstimos bancários:								
ML I/2	BEI	-	-	-	234 435 012	15 679 594	-	15 679 594
ML II	BEI	-	-	-	74 819 685	4 987 979	-	4 987 979
ML III	BEI	54 867 769	3 009 084	-	54 867 769	5 584 000	3 009 084	8 593 084
ML II/B	BEI	99 759 579	6 650 639	-	99 759 579	6 650 639	6 650 639	13 301 277
ML II/C	BEI	54 867 769	3 657 851	5 486 777	9 144 628	3 657 851	9 144 628	12 802 479
ML I/3	BEI	124 699 474	25 968 000	21 204 453	47 172 453	24 251 933	47 172 453	71 424 386
ML I/3B	BEI	74 819 685	27 229 023	34 135 243	61 364 266	10 690 580	61 364 266	72 054 847
ML V/A	BEI	150 000 000	150 000 000	-	150 000 000	-	150 000 000	150 000 000
ML V/B	BEI	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000
ML V/C	BEI	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	235 811 870	47 162 374	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	5 719 401	11 438 803	17 158 204	2 571 011	14 587 193	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	43 668 066	218 340 332	262 008 399	-	262 008 399	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	-	108 328 053	-	-	-	-
		981 165 999	558 933 661	1 540 099 660		742 175 147	761 099 037	1 503 274 184
Outros empréstimos obtidos:								
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
		-	300 000 000	300 000 000	-	-	300 000 000	300 000 000
Total de empréstimos obtidos		981 165 999	1 768 933 661	2 750 099 660		1 142 175 147	1 971 099 037	3 113 274 184

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2021.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada através do Despacho n.º 381/2020-SET, de 26 de julho, com diferimento para 30 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2025 e seguintes	910.000.000
	910.000.000

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2021	204 446 401
2022	145 544 958
2023	64 582 443
2024	364 582 443
2025 e seguintes	79 777 417
	858 933 661

Em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2019 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/2"), alterado em 10 de Março de 2006	0,00	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II")	0,00	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML III"), alterado em 10 de Março de 2006	3 009 084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/B")	6 650 639,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3"), alterado em 10 de Março de 2006	47 172 453,46	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3 B"), alterado em 10 de Março de 2006	61 364 266,31	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/C")	9 144 628,10	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150 000 000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/B"), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80 000 000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais Ingleses	400 000 000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais Ingleses	400 000 000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019 Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimento, S.A., Santander Global Banking & Markets/ Fevereiro 2009, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais Ingleses	0,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 537 341 071									

5.10. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2019								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	20 967 185	216 995 478	808 008 012	181 011	24 223 664	24 436 101	107 256	1 094 918 707
Aquisições	-	222 581	585 783	-	1 494 077	90 411	1 582 329	3 975 180
Alienações	-	-	(3 281)	(51 803)	(458)	-	-	(55 542)
Transferências	-	-	242 831	-	(585)	585	(99 725)	143 106
Abates	-	-	(51 391)	-	(163 540)	(11 837)	-	(226 769)
Saldo final	20 967 185	217 218 059	808 781 953	129 208	25 553 158	24 515 259	1 589 860	1 098 754 682
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	205 259 173	597 046 048	181 011	21 970 141	15 188 604	-	839 644 977
Depreciações do exercício	-	4 043 790	23 161 888	-	936 398	822 530	-	28 964 605
Alienações	-	-	(3 281)	(51 803)	(458)	-	-	(55 542)
Transferências	-	-	3 518 519	-	-	-	-	3 518 519
Abates	-	-	(51 391)	-	(163 540)	(11 837)	-	(226 769)
Saldo final	-	209 302 964	623 671 781	129 208	22 742 541	15 999 296	-	871 845 790
Imparidades	-	130 518	-	-	-	-	-	130 518
Ativos líquidos	20 967 185	7 784 577	185 110 171	-	2 810 617	8 515 963	1 589 860	226 778 374

31 de dezembro de 2018								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24 287 679	235 243 040	808 028 111	304 074	23 618 202	24 367 494	270 328	1 116 118 928
Aquisições	-	333 894	170 583	-	1 537 102	74 818	5 421	2 121 818
Alienações	-	-	-	(123 063)	(1 517)	-	-	(124 580)
Transferências	(3 320 494)	(18 581 455)	(187 757)	-	(30 965)	(45)	(168 493)	(22 289 209)
Abates	-	-	(2 925)	-	(899 158)	(6 166)	-	(908 249)
Saldo final	20 967 185	216 995 478	808 008 012	181 011	24 223 664	24 436 101	107 256	1 094 918 707
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	214 914 447	574 163 508	304 074	22 401 007	14 378 355	-	826 161 392
Depreciações do exercício	-	8 569 961	23 261 879	-	497 092	816 460	-	33 145 392
Alienações	-	-	-	(123 063)	-	-	-	(123 063)
Transferências	-	(18 225 234)	(376 414)	-	(30 252)	(573)	-	(18 632 473)
Abates	-	-	(2 925)	-	(897 706)	(5 638)	-	(906 269)
Saldo final	-	205 259 173	597 046 049	181 011	21 970 141	15 188 604	-	839 644 977
Imparidades	-	130 518	-	-	-	-	-	130 518
Ativos líquidos	20 967 185	11 605 786	210 961 963	-	2 253 522	9 247 497	107 256	255 143 212

A transferência de 3.518.519 euros nas amortizações acumuladas da sub-rubrica 'Equipamento básico', no exercício de 2019, correspondeu a um ajustamento de consolidação, por contrapartida de Resultados transitados.

7. LOCAÇÕES

7.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Ativos sob direito de uso	31 de dezembro de 2019	
	Equipamento de transporte	Total
Ativos		
Saldo inicial (01/01/2019)	424 974	424 974
Aquisições	-	-
Alienações	(7 708)	(7 708)
Abates	-	-
Saldo final	417 265	417 265
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial (01/01/2019)	-	-
Depreciações do exercício	(185 209)	(185 209)
Alienações	2 753	2 753
Abates	-	-
Saldo final	(182 456)	(182 456)
Ativos líquidos	234 809	234 809

7.2. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

Passivos da locação	31-dez-2019	31-dez-2018
Locações não corrente		
Viaturas	62 559	-
Locações corrente		
Viaturas	178 229	-
Total	240 788	-

Futuros pagamentos mínimos	31 de dezembro de 2019	
	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até 1 ano	182 894	178 229
Entre 1 e 5 anos	66 333	62 559
Total	249 227	240 788
Efeito financeiro do desconto	(8 439)	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	240 788	240 788

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2018				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 064 892	9 102 772	3 124 704	9 837 416	10 229 500	22 064 892	8 661 447	4 904 656	8 498 789	8 729 035
Imovel para valorização	22 309 373	18 651 479	-	3 657 894	100 912 019	22 309 373	18 631 945	-	3 677 428	104 456 531
	44 374 266	27 754 252	3 124 704	13 495 310	111 141 519	44 374 266	27 293 393	4 904 656	12 176 217	113 185 566

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pelo Grupo referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Rendimentos de rendas	Gastos diretos	Depreciações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas	Gastos diretos	Depreciações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	476 684	38 286	441 325	(2 926)	191 046	43 813	441 325	(294 092)
Imovel para valorização	-	174 199	19 534	(193 733)	-	217 104	40 832	(257 936)
	476 684	212 485	460 859	(196 660)	191 046	260 917	482 157	(552 029)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Grupo procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 1.779.952 euros.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31-dez-2019	31-dez-2018
Empresas associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	39 641	10 844
Empreendimentos conjuntos		
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	-	-
Otlis, A.C.E.	526 663	334 928
Total	566 304	345 772

A participação financeira detida pelo Grupo no empreendimento conjunto Ensitrans, A.E.I.E. encontra-se em 31 de dezembro de 2019 registada por valor nulo, em virtude deste apresentar uma situação líquida negativa.

10. DERIVADOS

Designação	Entidade	Nocional atual	Maturidade	Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2019			Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2018		
				Ativo	Passivo	Varição	Ativo	Passivo	Varição
BSN-CGD (US LEASE)	BST	-	01/01/2019	-	-	877 253		(877 253)	4 732 602
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	-	01/01/2019	-	-	(81 966)	81 966		(248 034)
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	65 575 341	23/09/2022	-	(58 618 131)	22 128 512		(80 746 643)	22 487 649
		65 575 341		-	(58 618 131)	22 923 799	81 966	(81 623 896)	26 972 217

O saldo das rubricas de "Derivados" corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados.

De acordo com análise de sensibilidade efetuada pelo IGCP, reportada a 31 de dezembro de 2019, e considerando determinadas suposições e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de instrumentos financeiros derivados detida pelo Grupo, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.6), seria o seguinte:

2019	1%	-1%
Justo Valor	147 119	(187 010)

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Outros ativos financeiros	31-dez-2019	31-dez-2018
Wilmington Trust - Colateral		
Saldo inicial	25 220 545	23 875 570
Varição justo valor	795 987	212 710
Diferenças cambiais	484 924	1 132 265
Saldo final	26 501 456	25 220 545
Bank of America Leasing & Capital, LCC - Colateral		
Saldo inicial	30 197 168	28 313 020
Varição justo valor	816 122	541 443
Diferenças cambiais	580 611	1 342 705
Saldo final	31 593 901	30 197 168
Fundo Compensação Trabalho	1 397	627
Total	58 096 755	55 418 340

Em resultado das descidas do "rating" atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

12. INVENTÁRIOS

Inventários	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	6 633 772	(299 936)	6 333 836	6 187 706	(299 936)	5 887 770
Ferramentas	24 601	-	24 601	15 092	-	15 092
Produtos de limpeza	28 083	-	28 083	35 014	-	35 014
Combustíveis	29 100	-	29 100	26 039	-	26 039
Títulos transporte	967 645	-	967 645	705 010	-	705 010
Outros materiais	323 154	-	323 154	450 522	-	450 522
Artigos promocionais/publicações	31 326	-	31 326	15 529	-	15 529
	8 037 681	(299 936)	7 737 745	7 434 912	(299 936)	7 134 976

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2019	2018
Saldo inicial	7 434 912	4 376 475
Compras	4 061 211	9 078 568
Regularizações	137 641	47 667
Saldo final	8 037 681	7 434 912
	3 596 083	6 067 798

13. CLIENTES

Clientes	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
ENSITRANS	889 862	-	953 821	-
COSIDER	847 361	-	2 193 532	-
Publimetro	676 961	-	766 032	-
Ar Telecom	463 383	-	463 383	-
TPF Planege Cenor	386 179	-	81 228	-
GIBB Portugal		299 899		303 661
OTLIS	199 182	-	1 118	-
Associação de Turismo de Lisboa	122 802	-	-	-
Outros	768 788	-	1 452 861	-
	4 354 519	299 899	5 911 974	303 661
Perdas por imparidade	(1 118 682)	(299 899)	(1 999 347)	(303 661)
	3 235 837	0	3 912 627	0

Perdas por imparidade clientes	31-dez-2019	31-dez-2018
Saldo inicial	(2 303 008)	(1 229 769)
Aumentos	(28 166)	(1 292 459)
Reversões	829 540	87 131
Utilizações	83 054	132 089
Saldo final	(1 418 581)	(2 303 008)

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Estado e outros entes públicos	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	2 206 130	4 848	4 335 149	4 515
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	478 582	1 262 302	461 995	1 311 921
Imposto sobre o valor acrescentado	1 081 178	19 513	1 167 785	185 935
Contribuições para a Segurança Social	-	1 468 262	-	1 453 095
Outros Impostos	-	501 939	79 679	499 775
	3 765 890	3 256 864	6 044 609	3 455 244

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Outros créditos a receber	31-dez-2019	31-dez-2018
Transtejo	22 602 542	22 602 542
Infraestruturas de Portugal	7 208 573	7 208 573
Transportes Coletivos do Barreiro	3 370 424	3 360 343
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Receitas de tráfego	2 375 807	3 376 172
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	870 669	2 182 112
Outros	4 847 948	5 239 693
	41 910 547	44 604 018
Perdas por imparidade	(4 032 479)	(4 087 537)
	37 878 068	40 516 481

A rubrica do ativo 'Diferimentos', apresentada em linha autónoma nas demonstrações financeiras consolidadas de 2018, foi reclassificada para a sub-rubrica 'Outros' acima.

Os saldos com a Transtejo e a Infraestruturas de Portugal referem-se a montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta dessas entidades, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação.

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2019	31-dez-2018
Saldo inicial	(4 087 537)	(4 095 467)
Aumentos	(3 542)	(59 427)
Reversões	65 666	604
Utilizações	(7 066)	66 753
Saldo final	(4 032 479)	(4 087 537)

16. CAIXA E EQUIVALENTES

Caixa e equivalentes	31-dez-2019	31-dez-2018
Caixa	14 072	18 173
Depósitos à ordem	33 193 840	19 511 864
Depósitos a prazo	2 905 253	4 503 733
Caixa e depósitos bancários	36 113 165	24 033 770

17. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.093.575.218 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi efetuado um aumento de capital no montante de 549.784.212 euros.

Resultados transitados

Os resultados líquidos negativos dos exercícios findo entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2018, constantes nas demonstrações financeiras individuais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., consideradas para efeitos de consolidação, foram transferidos para a rubrica de “Resultados transitados” nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

18. PROVISÕES

Provisões	31 de dezembro de 2019				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais	697 181	-	(53 843)	(2 838)	640 500
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	785 271	77 695	(580 294)	-	282 673
Cobertura de prejuízos	3 540 057	28 779	(21 539)	(3 518 519)	28 779
Outras provisões	27 690	-	-	-	27 690
	5 322 316	106 474	(655 675)	(3 521 357)	1 251 760

Provisões	31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais	693 338	3 843	-	-	697 181
Impostos	2 577 895	-	(2 305 777)	-	272 118
Contratos onerosos	551 483	375 650	(141 861)	-	785 271
Cobertura de prejuízos	49 123	3 518 519	(27 584)	-	3 540 057
Outras provisões	27 690	-	-	-	27 690
	3 899 528	3 898 011	(2 475 222)	-	5 322 316

A utilização de 3.518.519 euros da provisão para cobertura de prejuízos no exercício de 2019 correspondeu a um ajustamento de consolidação, por contrapartida de Resultados transitados.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Financiamentos obtidos	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários							
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	308 125 476	-
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF 2013 (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	108 238 130	21 647 626
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF 2017 (parte)	15 426 066	5 142 022	10 284 044	15 426 066	2 859 701	12 566 365
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF 2018 (parte)	159 965 533	26 660 922	133 304 611	151 363 298	-	159 965 533
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF 2019 (parte)	23 556 727	-	23 556 727	-	-	-
Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	50 000 000	25 841 702	-	50 000 000	1 643 157	25 841 702
Emp. TREM LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	50 000 000	25 841 702	-	50 000 000	1 643 157	25 841 702
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander Totta	52 777 778	1 663 281	28 100 890	52 777 778	1 615 948	29 764 172
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26 388 889	831 641	14 050 445	26 388 889	807 974	14 882 086
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26 388 889	831 641	14 050 445	26 388 889	807 974	14 882 086
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander Totta	52 777 778	1 578 906	29 669 394	52 777 778	1 539 370	31 248 300
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26 388 889	789 453	14 834 697	26 388 889	769 685	15 624 150
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26 388 889	789 453	14 834 697	26 388 889	769 685	15 624 150
Descobertos bancários							
			828			828	-
			580 970 000	282 685 950		481 808 304	367 887 870

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.9.

Financiamentos obtidos por maturidade

Maturidade	31-dez-2019	31-dez-2018
Até 1 ano	580 969 172	481 807 476
1 a 2 anos	92 598 747	81 909 797
Superior a 2 anos	190 087 203	285 978 073
	863 655 122	849 695 346

20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Outras dívidas a pagar	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Subsídios ao investimento - FEDER-PRODAC	130 765	130 765	130 765	261 530
Subsídios ao investimento - FEDER-QCA	1 112 335	3 608 980	1 181 018	4 721 315
Credores por acréscimos de juros	27 808 138	-	26 203 103	-
Credores por acréscimos de remunerações	10 913 164	-	10 452 945	-
Fornecedores de investimentos	4 466 499	-	3 438 886	-
Outros	13 463 242	-	3 381 570	-
	57 894 144	3 739 745	44 788 286	4 982 846

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.17, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2019, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 990 e 1.367, respetivamente (1.000 e 1.272 em 31 de dezembro de 2018).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2019	31-dez-2018
Trabalhadores ativos	103 817 651	88 466 080
Reformados	167 532 997	165 245 381
	271 350 648	253 711 461

O aumento verificado no Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados deve-se essencialmente à diminuição da taxa de rendimento, bem como à inclusão dos pensionistas sem prova de vida na população.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2019 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	31-dez-2019	31-dez-2018
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,30%	1,75%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,30%	1,75%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2019	31-dez-2018
Responsabilidades totais no início do período	253 711 461	252 627 865
Custos dos serviços correntes	3 330 421	3 063 065
Custo dos juros	4 439 951	4 420 988
Benefícios pagos no exercício	(12 560 028)	(12 669 921)
(Ganhos) / perdas atuariais do exercício	22 428 842	6 269 465
Reponsabilidades totais no fim do período	271 350 648	253 711 461

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2019, nos montantes de 3.330.421 euros e 4.439.951 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 22.428.842 euros e 6.269.465 euros, respetivamente, relativo a ganhos / perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.17).

A evolução dos ganhos / perdas atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

31 de dezembro de 2019				
Outras variações no capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
(Ganhos) / perdas atuariais	(13 129 342)	-	22 428 842	(35 558 184)

31 de dezembro de 2018				
Outras variações no capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
(Ganhos) / perdas atuariais	(6 859 877)	-	6 269 465	(13 129 342)

Em 31 de dezembro de 2019, as perdas atuariais resultam, essencialmente, da diminuição da taxa de rendimento e da entrada dos pensionistas sem prova de vida na população considerada.

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

22. FORNECEDORES

Fornecedores	31-dez-2019	31-dez-2018
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa	4 707 403	850 022
Endesa Energia	986 951	-
Otlis	831 362	80 228
CJC Engenharia e Projectos	690 500	690 500
TPF - Consultores de Engenharia e Arquitetura	604 539	1 100 396
HCI - Construções	334 390	-
CENOR - Consultores	290 672	290 672
ISS Facility Services	283 056	36 795
Graviner - Construções	267 325	-
EFACEC Engenharia e Sistemas	234 581	65 779
Montemeão - Componentes Auto	220 847	-
2045 Empresa de Segurança	191 117	911
IP Património	140 553	-
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança	138 057	10 369
Rodoviária de Lisboa	110 138	111 495
LIMPERSADO - Limpeza, máquinas e transportes	100 180	-
Bonatrans Group A.S.	-	186 865
Outros	1 676 607	684 110
	11 808 275	4 108 141

23. RÉDITO

	2019	2018
Vendas		
Sucatas	41 833	46 059
Prestação de serviços		
Bilhetes	55 180 124	54 210 739
Passes	55 527 780	52 707 810
Cartões	3 864 544	3 738 242
Serviços secundários	2 119 770	1 583 203
Consultoria técnica	462 089	1 305 125
Contratos de arrendamento	126 150	126 150
Contratos de exploração	2 744 792	2 716 281
	120 067 083	116 433 609

24. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Subsídios	2019	2018
Projeto de Modernização dos Sistemas de Sinalização (CBTC)	72 525	-
Plano de Expansão do ML – Prolongamento Rato/Cais do Sodré	444 204	-
	516 729	-

25. GANHOS / PERDAS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2019	2018
Empresas associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	597	-
Empreendimentos conjuntos		
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(9 395)	(395 750)
Otlis, A.C.E.	257 345	131 220
	248 548	(264 530)
Outros ajustamentos		(2 034 232)
	248 548	(2 298 762)

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2019	2018
Eletricidade	9 472 311	9 554 600
Vigilância e segurança	5 608 706	5 205 275
Conservação e reparação	5 347 152	4 736 693
Limpeza, higiene e conforto	3 483 401	3 026 258
Trabalhos especializados	2 779 697	2 784 054
Outros	3 849 480	3 883 874
	30 540 747	29 190 754

27. GASTOS COM O PESSOAL

Gastos com o pessoal	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	265 482	420 875
Remunerações do pessoal	58 212 539	57 639 695
Benefícios pós-emprego - complementos pagos (Nota 21)	7 733 682	7 517 793
Encargos sobre remunerações	13 286 678	13 103 422
Seguros de acidentes de trabalho	1 155 032	846 834
Seguro de saúde	809 665	853 160
Gastos de ação social	455 776	371 897
Indemnizações	-	818 206
Outros	320 846	361 889
	82 239 701	81 933 770

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no exercício de 2019 foi de 1.487 (1.473 em 2018). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2019 era de 1.504 (1.471 em 2018).

28. OUTROS RENDIMENTOS

Outros rendimentos	2019	2018
Correção reconhecimento juros DGTF	1 500 021	-
Subsídios ao investimento (Nota 23)	1 311 783	2 542 158
Diferenças de câmbio (Nota 11)	1 065 536	2 480 356
Excesso estimativa para impostos	854 318	-
Cedência de espaço	462 824	177 186
Cedência de energia	245 096	308 687
Juros	142 400	209 953
Outras correções relativas a períodos anteriores	156 611	104 518
Reconhecimento de mais-valias leasings	-	293 561
Outros	507 858	897 326
	6 246 447	7 013 745

29. OUTROS GASTOS

Outros gastos	2019	2018
Indemnizações por danos causados	1 409 443	4 739
Imposto municipal sobre imóveis	930 403	314 058
Perdas em inventários	268 761	156 853
Quotizações	78 818	109 934
Juros de mora e compensatórios	76 510	84 436
Impostos	56 188	55 338
Correções de exercícios anteriores	36 467	98 495
Donativos	14 220	14 220
Insuficiência da estimativa para impostos	-	196 759
Outros	120 479	373 231
	2 991 289	1 408 066

30. RESULTADOS FINANCEIROS

Resultados financeiros	2019	2018
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos em aplicações financeiras	-	4 647
	-	4 647
Juros e gastos similares suportados		
Juros de empréstimos bancários	3 042 461	3 130 673
Juros de swaps	23 522 484	27 968 601
Juros de locações (Nota 7)	8 439	-
Outros gastos financeiros	392 582	54 318
	26 965 966	31 153 591
Resultados financeiros	(26 965 966)	(31 148 944)

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 9% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 31,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo n.º 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2019 e 2018 é a seguinte:

Reconciliação da taxa efetiva de imposto	2019	2018
Resultado antes de impostos	(16 771 361)	(27 810 187)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
	(3 521 986)	(5 840 139)
Diferenças permanentes	3 584 567	5 876 977
Tributações autónomas	45 314	45 410
Imposto sobre o rendimento	107 895	82 248
Taxa efetiva de imposto	n.a.	n.a.

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2019	Associada	Empreendimentos conjuntos	
	Publimetro	Ensitrans	OTLIS
Ativo			
Cientes	676 961	667 354	199 182
Outros créditos a receber		(689 132)	
Passivo			
Fornecedores			831 362
Outras dívidas a pagar		93 595	3 075
Rendimentos			
Prestações de serviços	1 485 803	(728 808)	5 138 961
Outros rendimentos		17 500	
Gastos			
Fornecimentos e serviços externos			136 265
Compra de inventários			894 113
Compra de ativos fixos tangíveis			6 025

2018	Associada	Empreendimentos conjuntos	
	Publimetro	Ensitrans	OTLIS
Ativo			
Cientes	766 032	-	1 118
Outros créditos a receber	216 585	561 449	
Passivo			
Fornecedores			80 228
Outras dívidas a pagar		49 602	
Rendimentos			
Prestações de serviços	1 171 636	102 721	4 720 222
Outros rendimentos		17 500	
Gastos			
Fornecimentos e serviços externos			123 071
Compra de inventários			2 254 615

33. GARANTIAS PRESTADAS

2019			
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7 494	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ªJUÍZO
Banco BPI	95 482	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL
Banco BPI	1 583	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ª.INST.LIS
Banco BPI	7 661	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA
Banco BPI	7 500	17-06-2014	PETROGAL
Banco BPI	1 820	01-06-2015	SMAS SINTRA
Banco BPI	438 047	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	760 610	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BBVA	3 990	19/02/1998	Petrogal
Banco BBVA	1 632	21/03/2007	Fazenda Pública
Banco BBVA	272 118	06/12/2010	Fazenda Pública
Banco CGD	34 264	02/06/2016	Entreprise Metro D'Alger
Banco CGD	35 942	02/06/2016	Entreprise Metro D'Alger
Banco CGD	2 294	11/03/1996	LTE, SA
1 670 437			

34. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2019, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 22.049 euros, os quais se referem essencialmente a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. A Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos restantes processos não foi registada qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

35. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais faturados pelos Revisores Oficiais de Contas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, relacionados com a revisão legal das contas anuais, ascenderam a 35.250 euros.

Os honorários totais faturados pelos auditores externos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da Empresa, ascenderam a 29.780 euros.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Relativamente ao surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, o Grupo ML tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo Covid-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos. Na presente data, face à informação disponível, estimaram-se alguns impactes da pandemia do Covid-19 na esfera da atividade do Grupo ML, nomeadamente ao nível do serviço de transporte público. Assim sendo, no âmbito da preparação do PAO 2020 e 2021, estimou-se para este ano uma quebra de receita atribuível à pandemia na ordem dos 31,1 M€, sendo o acréscimo de gastos na ordem dos 830 mil €, respeitantes a medidas implementadas pelo Grupo para fazer face à pandemia, que incluíram, entre outros, implementação de teletrabalho, aquisição e aplicação de equipamentos/materiais de proteção, limpeza e segurança, adaptação das instalações e aquisição de material médico. Por outro lado, para 2021 é expectável uma ligeira recuperação dos rendimentos de serviço público e de outros rendimentos diretamente relacionados com o serviço de transporte, mas ainda assim, com uma quebra de receita face ao período pré-pandemia na ordem dos 30,6 M€. A dificuldade de recuperação dos níveis de rendimentos do Grupo ML será tanto mais intensa quanto mais duradouras forem as restrições à mobilidade de pessoas e ao normal desenvolvimento das diferentes atividades, com maior impacto nos rendimentos do serviço de transporte público. Complementarmente, a sustentabilidade financeira do Grupo ML é condição essencial para a sua manutenção e para que seja possível assegurar os compromissos estabelecidos com as diversas partes interessadas, pelo que, para além da integração dos trabalhadores da Ferconsult a partir de 1 de dezembro de 2020, conforme aprovado no PAO 2020, que permite uma melhor gestão operacional da atividade do Grupo e algumas poupanças em termos fiscais, é premente que se concretizem os seguintes objetivos:

- Assinatura de um novo Contrato de Concessão de Serviço Público clarificando a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;
- Resolução de situações de dívidas existentes;
- Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente do atual PMO I;
- Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr.ª Carla Sofia da Costa Rodrigues Manteigas

DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários (CVM) que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Vítor Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Maria Helena Campos

Vogal do Conselho de Administração

Pedro Veiga da Costa

Vogal do Conselho de Administração

v. PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

1 / 6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO INTEGRADO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2019 DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)¹ e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)², cabe ao Conselho Fiscal (CF) exercer a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório integrado, as demonstrações financeiras consolidadas da ML e respetivas participadas (Grupo ML) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, atenta a respetiva Certificação Legal das Contas (CLC), emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), o Relatório de Auditoria do Auditor Externo³ e os correspondentes Relatórios Adicionais⁴.

O presente parecer tem em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2019, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 771, de 11 de março de 2020, relevando que a ML e as suas participadas são empresas públicas que se regem pelos respetivos Estatutos e pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)⁵.

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

- a) O relatório de gestão da ML, as demonstrações financeiras individuais e respetivos anexos, o relatório do governo societário e as demonstrações não financeiras, reportados a 31 de dezembro de 2019, foram aprovados pelo CA, em 28 de julho de 2020. Estes documentos de prestação das contas individuais da ML foram objeto do parecer do CF,

¹ O n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

² Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

³ Emitidos ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁴ Apresentados ao CF, pelo ROC e pelo Auditor Externo, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

⁵ Aprovado através do já mencionado Decreto-Lei n.º 133/2013.

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

2 / 6

datado de 31 de julho de 2020, o qual teve em consideração a CLC, o relatório de auditoria externa e os correspondentes relatórios adicionais;

- b) O relatório integrado, incluindo a demonstração não financeira consolidada, e as demonstrações financeiras consolidadas da ML e respetivos anexos, reportados a 31 de dezembro de 2019, foram aprovados pelo CA, em 27 de novembro de 2020, e remetidos a este CF, em 30 de novembro de 2020;
- c) As contas individuais de 2019 de cada uma das participadas da ML foram apresentadas e aprovadas em sede das respetivas assembleias gerais;
- d) Dado o peso muito significativo da ML no Grupo ML, o relatório integrado deve ser entendido como um complemento ao relato oportunamente realizado sobre as contas individuais da ML;
- e) Os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da ML dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2015, de 2016, de 2017 e de 2018 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela, tendo o Conselho de Administração procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios por considerar que as referidas demonstrações financeiras e as propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

2. PERÍMETRO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (FERCONSULT), Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A. (METROCOM), TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., Publíméto – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. e Otlis – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.) estão incluídas nas contas consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3 / 6

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017⁶, acompanhou a atividade da ML e do Grupo ML, a gestão e os resultados, destacando-se as seguintes atividades no âmbito do acompanhamento das contas consolidadas da ML:

- a) Reuniões com o ROC e com os Auditores Externos, de acompanhamento da revisão legal das contas e da auditoria às contas consolidadas de 2019, no âmbito das quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- b) Análise do relatório consolidado de gestão, das Demonstrações financeiras consolidadas de 2019 e respetivos anexos. Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários junto do CA em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas, com a presença do ROC, de todos os membros do CF e da Direção Financeira;
- c) Apreciação da CLC e do relatório de auditoria externa, que expressam as reservas e as ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos;
- d) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- e) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores da ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O relatório integrado apresentado pelo CA, em conformidade com o disposto no artigo 508.º-C do CSC, reflete adequadamente a atividade do Grupo ML durante o exercício de 2019, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras consolidadas do referido exercício.

⁶ O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho dos então Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto e do Ambiente, de 25 de janeiro de 2017.

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

4 / 6

O relatório integrado inclui a demonstração não financeira consolidada, apresentada em conformidade com o disposto no artigo 508.º-G do CSC. De referir que a informação não financeira não foi sujeita a verificação externa, tendo, no entanto, sido dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

As demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2019 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações, e refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

De realçar o peso muito significativo da ML no conjunto do Grupo ML, pelo que não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e as consolidadas, sendo de realçar o seguinte relativamente às contas consolidadas:

- Melhoria da situação patrimonial face a 31 de dezembro de 2018, traduzida num capital próprio de 1.245.975.218 euros (+509.164.330 euros), ascendendo o ativo total a 5.637.881.236 euros (+121.453.689 euros) e o passivo total a 4.391.906.018 euros (-387.710.640 euros);
- Tal evolução positiva resulta exclusivamente do aumento do capital estatutário, 549,8 milhões de euros totalmente subscritos e realizados, dado que o Grupo ML continua a gerar prejuízos significativos (16,9 milhões de euros), não obstante a melhoria registada face a 2018 (prejuízo de 27,9 milhões de euros);
- Os encargos financeiros continuam a ser muito elevados (27,0 milhões de euros), apesar de terem diminuído 4,2 milhões de euros face a 2018;
- O passivo remunerado do Grupo ascendeu a 3.613,8 milhões de euros (-349,2 milhões de euros face a 2018), encontrando-se concentrado na ML 95% desse passivo;
- O investimento capitalizado em 2019 ascendeu a 13,9 milhões de euros (aumento de 7,3% face a 2018), sendo que todo o investimento respeita à ML.

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

5 / 6

Neste contexto, ao qual acrescem os efeitos muito negativos da situação de pandemia provocada pela COVID-19 em 2020 e, previsivelmente, em 2021, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira do Grupo ML, é fundamental o seguinte:

- a) Manter o modelo de financiamento da ML através do detentor do capital estatutário, tendo como principais objetivos minimizar a atual situação de insuficiência dos capitais próprios e a redução do passivo remunerado;
- b) Definir os termos e as condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);
- c) Apesar das dificuldades decorrentes da já referida situação de pandemia, continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, conseqüentemente, da receita tarifária.

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2019, foram objeto da revisão do ROC, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu as competentes CLC, bem como do relatório do Auditor Externo. Nos documentos emitidos pelo ROC e pelo auditor externo foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem a concordância do CF.

A CLC referente às contas consolidadas, datada de 30 de novembro de 2020, expressa uma opinião com cinco reservas por limitação do âmbito e três ênfases. Três reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML, e as matérias objeto das duas novas reservas estão relacionadas com o reconhecimento do rédito proveniente de títulos combinados e intermodais e com a rubrica de Inventários da ML.

O Relatório de Auditoria, relativo às demonstrações financeiras consolidadas, emitidos nos termos requeridos pelo art.º 245º, n.º 1, alínea b), do Código dos Valores Mobiliários, datado de 30 de novembro de 2020, expressam uma opinião com reservas (seis reservas e três ênfases).

As CLC e os relatórios de auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva, verificando-se apenas uma diferença quanto à respetiva forma de apresentação.

Neste contexto, urge a adoção de medidas que permitam a mitigação das insuficiências antes relatadas, nomeadamente a definição dos termos e das condições que regulem o relacionamento

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

6 / 6

entre o Estado Português e a ML, a realização de auditorias aos procedimentos e métodos de repartição das receitas provenientes de títulos combinados e intermodais e o reforço do controlo interno na área de inventários.

6. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório integrado e as Demonstrações Financeiras consolidadas da ML evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade do Grupo ML durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a sua situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2019.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório integrado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2019, atentas as reservas e ênfases expressas na Certificação Legal das Contas;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado pelo Grupo ML no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de 16.879.256 euros, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 30 de novembro de 2020.

O Conselho Fiscal

Presidente

JOSÉ CARLOS
PEREIRA NUNES

Assinado de forma
digital por JOSÉ
CARLOS PEREIRA
NUNES

(José Carlos Pereira
Nunes)

Vogal efetiva

Cristina Maria
Pereira Freire

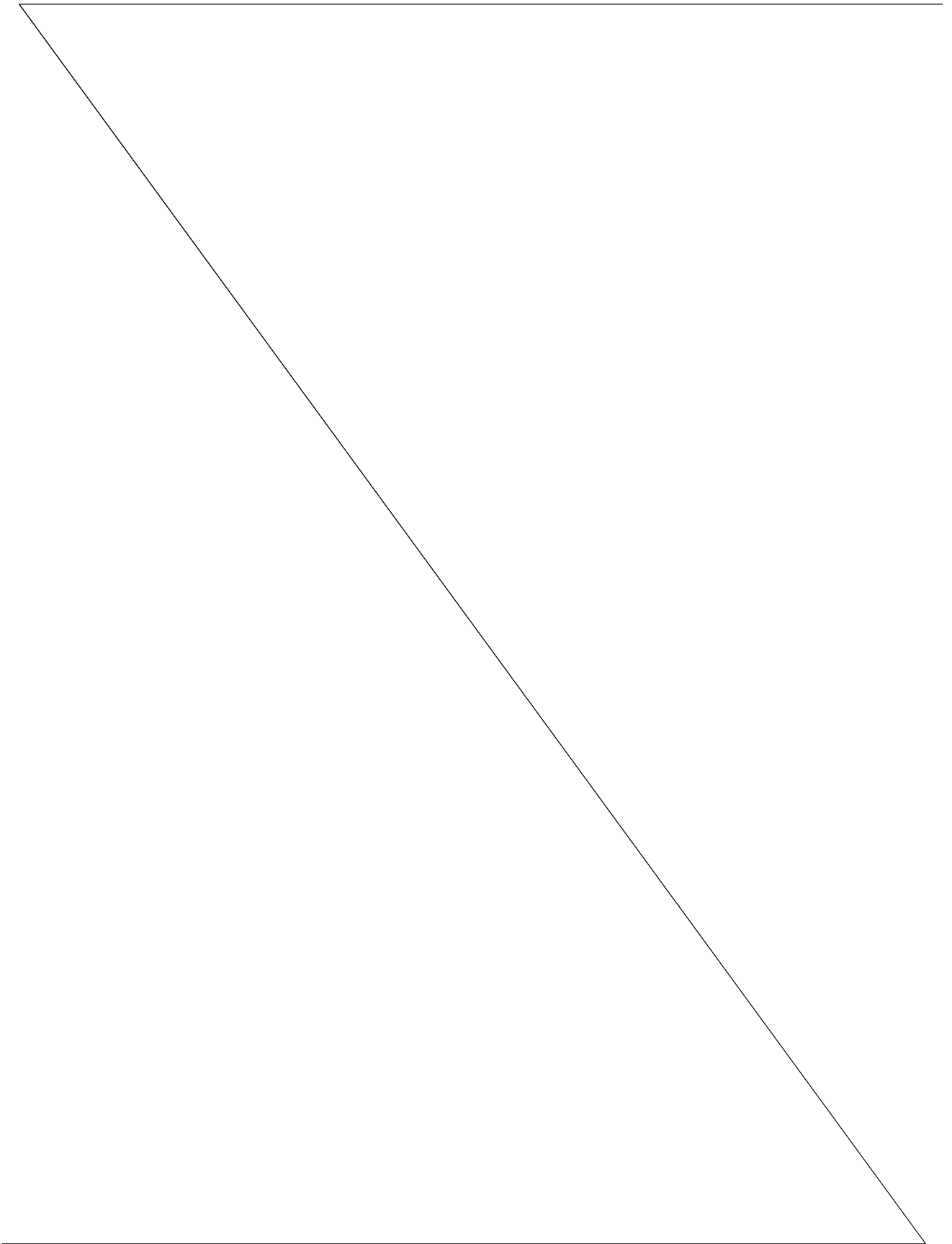
Digitally signed
by Cristina Maria
Pereira Freire

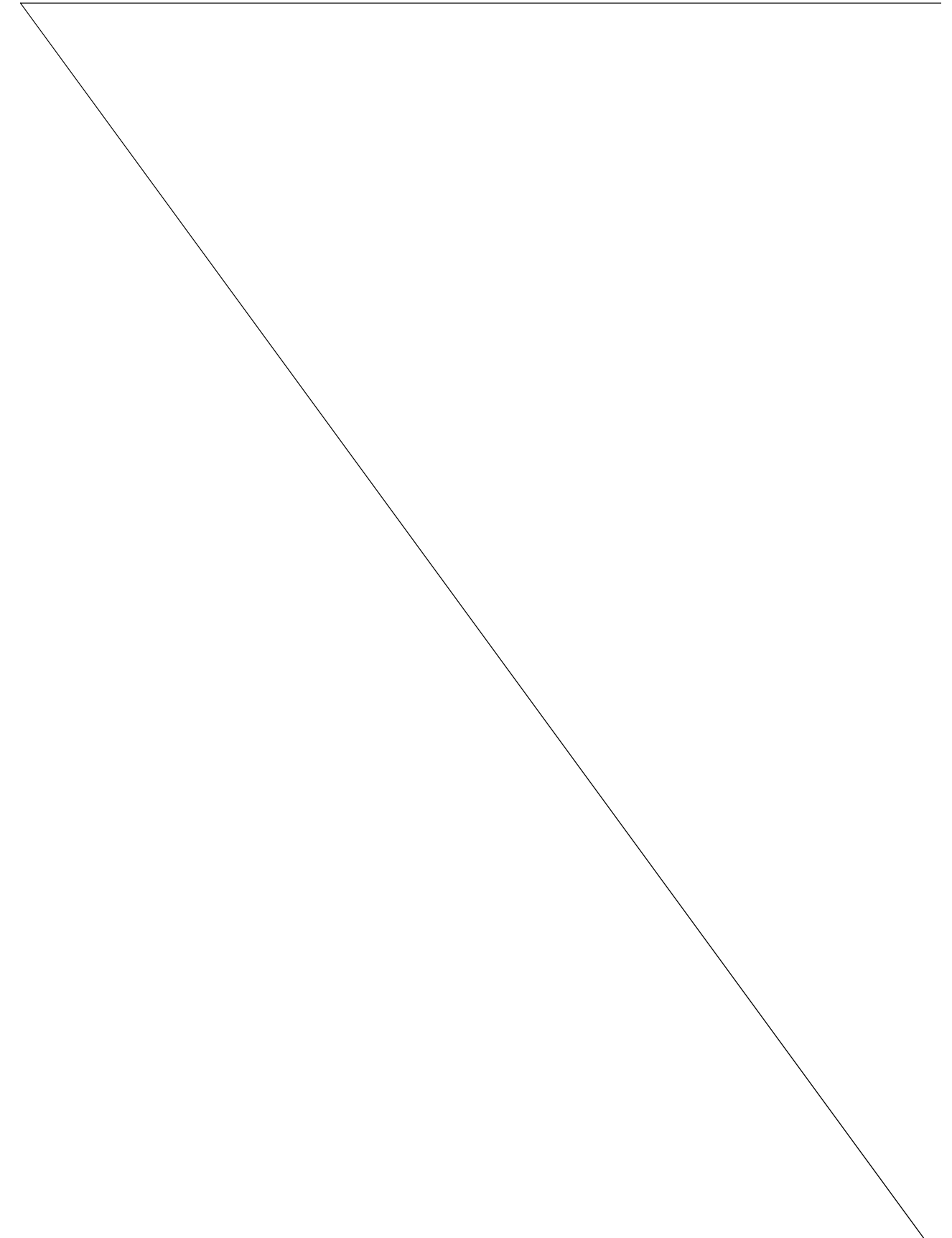
(Cristina Maria Pereira
Freire)

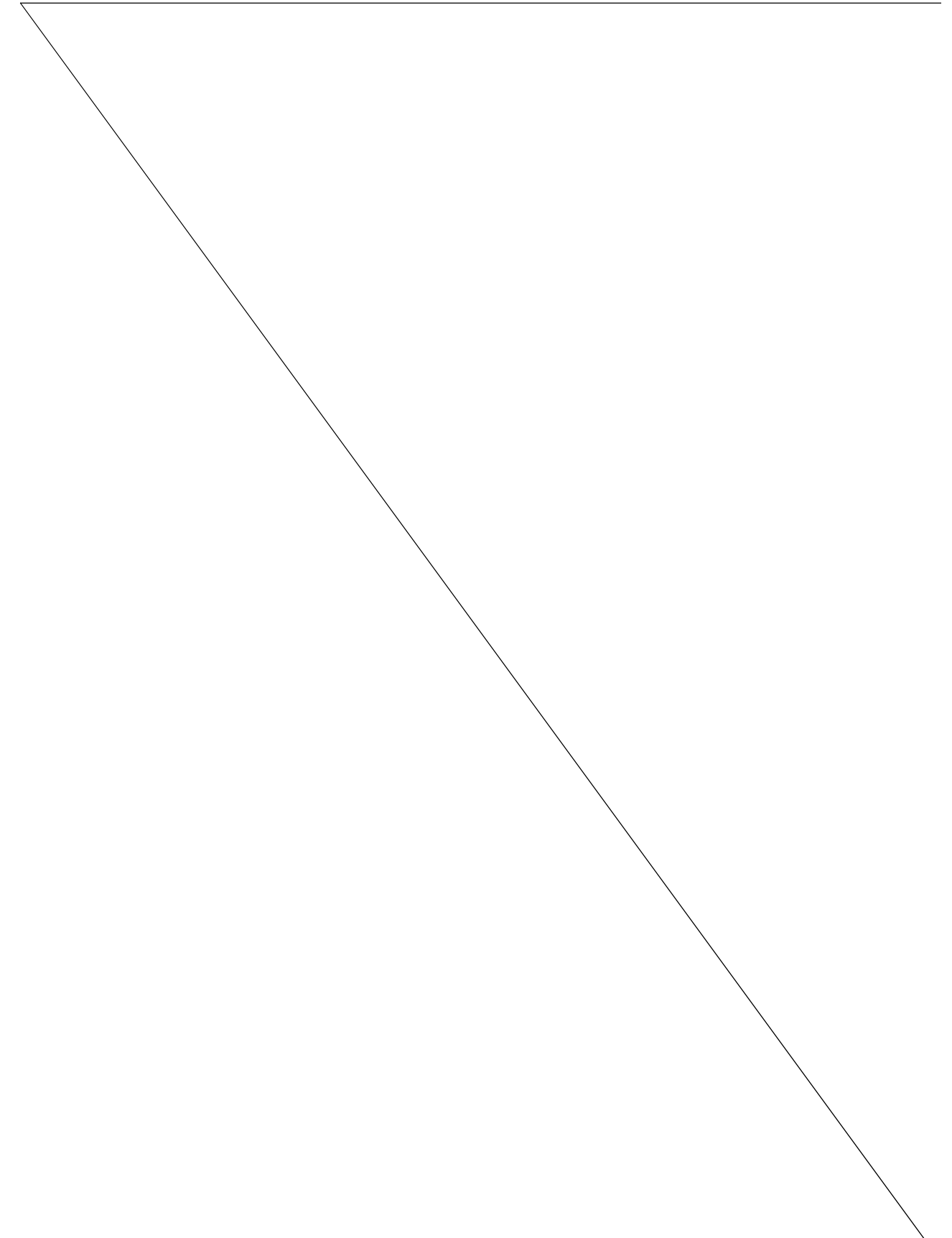
Vogal efetiva

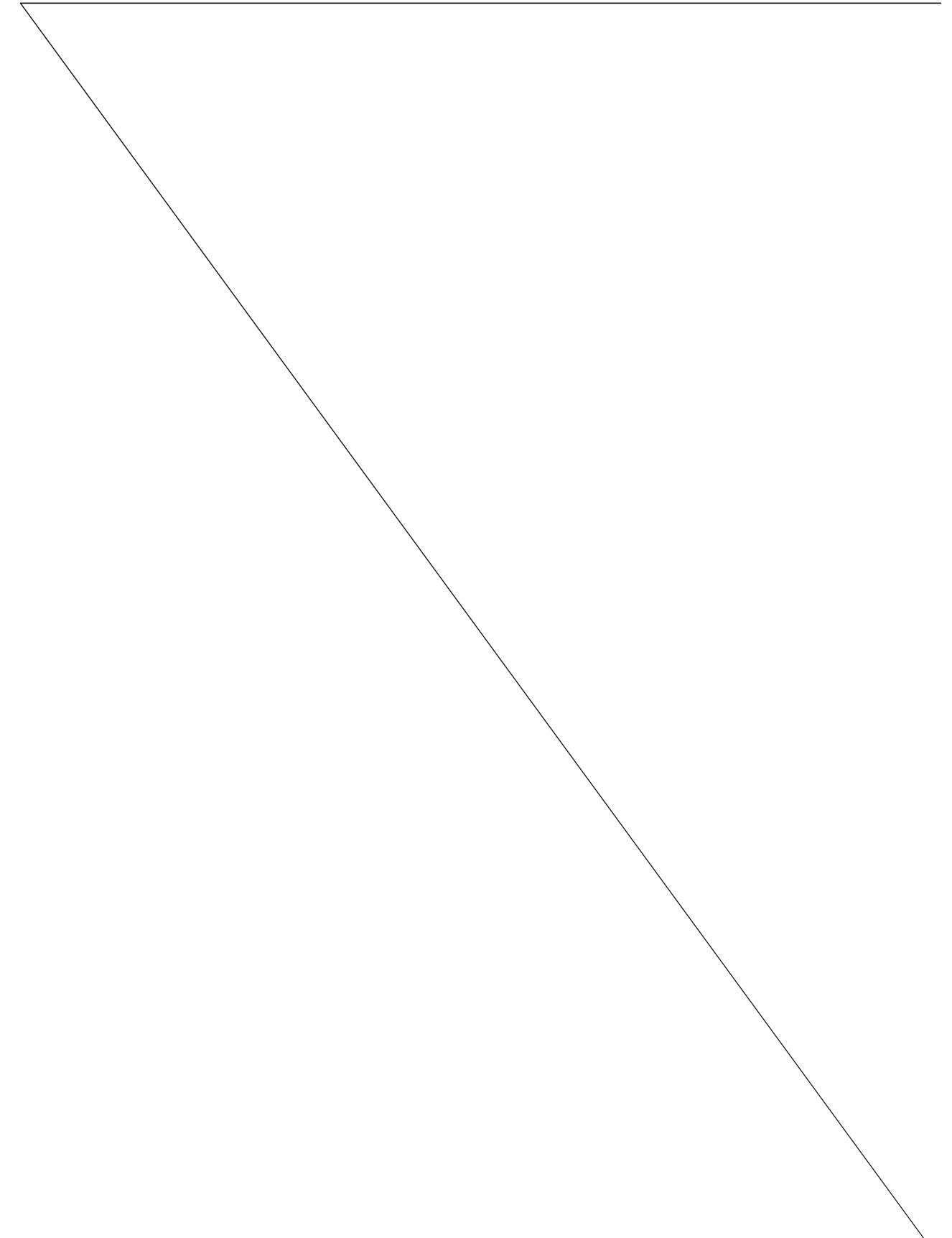
Assinado por: **MARGARIDA CARLA CAMPOS
FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: B109504700

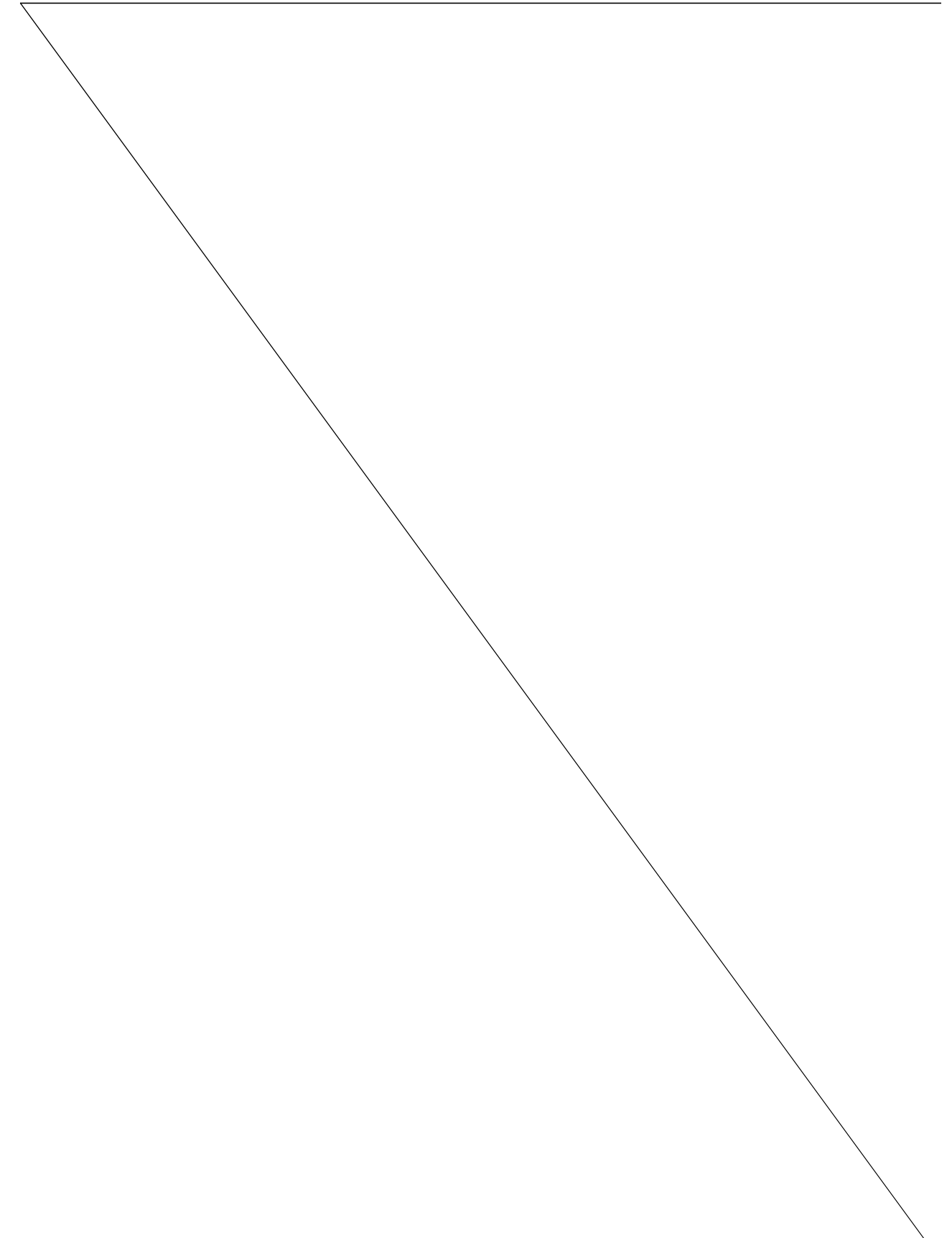
(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)











vi. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

**ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do ML – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.637.881.236 euros e um total de capital próprio de 1.245.975.218 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16.879.256 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do ML – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo do ML em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo Grupo decorrentes dos factos mencionados e, conseqüentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

2. Conforme divulgado nas notas 3.3, 3.4, 3.5 e 5 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2019, o ativo não corrente compreende o montante de 5.249.978.288 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.088.856.357 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor por 14.539.323 euros e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.146.582.608 euros e correspondem a custos suportados com a



construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 3.120.089.714 euros, do qual 2.078.989.938 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2019, na rubrica "Outros créditos a receber", o montante de 29.811.115 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

4. O rédito da prestação de serviço de transporte público de passageiros realizada pelo Grupo, até 31 de março de 2019, inclui receitas provenientes de títulos combinados e intermodais, cuja repartição era efetuada, com base em acordos entre os operadores envolvidos e por intermédio de quotas determinadas num inquérito de tráfego realizado em 2007, respetivamente. Pela análise efetuada ao reconhecimento do rédito do primeiro trimestre de 2019 proveniente da venda dos títulos das anteriores tipologias, constatámos que os processos de melhoria que vinham a ser realizados no que concerne à validação e aos métodos de repartição utilizados no passado foram interrompidos com a entrada em vigor do novo sistema tarifário, pelo que não nos é possível avaliar com segurança, o efeito que a respetiva conclusão poderia ter tido sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço. Tal como é referido na nota 3.20 do anexo, com a aprovação do Regulamento n.º 278-A/2019, de 19 de março, a partir de 1 de abril de 2019 entrou em vigor o novo sistema tarifário comum a todos os operadores públicos e privados de transporte da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tendo passado a existir apenas duas modalidades de passes "Navegante". Por forma a minorar o impacto sobre os diferentes operadores da redução das tarifas dos transportes públicos, o novo sistema tarifário é financiado através do Programa de Apoio à Redução Tarifária ("PART"), cabendo à AML o cálculo e a atribuição das compensações a que aqueles têm direito. Pela análise que efetuámos ao reconhecimento do rédito no período compreendido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2019, verificámos que a AML recorreu à informação contida na plataforma de gestão e integração de sistemas de bilhética de todos os operadores, cuja gestão está a cargo da OTLIS, sob a supervisão e fiscalização daquela. No entanto, a AML não promoveu uma auditoria aos serviços prestados pela OTLIS, faculdade prevista no art.º 22.º do referido regulamento, por forma a ser possível concluir sobre a eficácia do controlo interno incidente sobre os processos de obtenção dos dados de todos os operadores e do seu tratamento e validação. Acresce que o rédito correspondente a esta compensação acabou por ser apurado por estimativa, uma vez que, na presente data, ainda estão em curso procedimentos de conferência entre os operadores e a OTLIS para importação e retificação de vendas e validações de 2018 e 2019. Consequentemente, não nos é possível avaliar com segurança o efeito das situações acima descritas na repartição das vendas dos canais OTLIS pelos operadores e no apuramento final da compensação do "PART" no rédito registado nas contas em apreço.

5. A nossa análise à listagem de materiais em stock na empresa-mãe, com referência a 31 de dezembro de 2019, no montante de 28.380.820 euros, revelou que não se consegue reconciliá-la com o saldo de "Inventários", no montante de 7.737.745 euros (líquido de perdas de imparidade) e com o valor dos sobresselentes, incluídos nos Ativos fixos tangíveis, no montante de 20.361.669 euros. Consequentemente, e na ausência de informações que possibilitassem a execução dos testes de auditoria que se revelariam apropriados, não pudemos concluir quanto ao valor de realização destes ativos e à razoabilidade da sua mensuração, e quanto ao impacto desta situação na determinação do custo das matérias consumidas no período, não obstante as melhorias verificadas em 2019, designadamente no controlo dos inventários.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações



financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ML relativas aos cinco últimos exercícios não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial, tal como sucede, aliás, com as demonstrações financeiras individuais da empresa-mãe. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. A Organização Mundial de Saúde declarou em março de 2020 como pandemia a doença provocada pelo “Covid-19”, a qual tem causado um forte impacto negativo sobre a economia mundial e nacional, existindo ainda muita incerteza quanto à sua profundidade e duração. Conforme descrito na Nota 36 do anexo, o Conselho de Administração, tendo por base as informações disponíveis na presente data, estima que em 2021 seja possível inverter ligeiramente a quebra das receitas esperada para 2020 e considera premente, para assegurar a sustentabilidade financeira do Grupo que, para além das medidas já tomadas tendo em vista a melhoria da gestão operacional, se concretizem os objetivos identificados na referida Nota do anexo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção “Bases para a opinião com reservas”, definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo, especificamente o ML, contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;



Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.18, 5.6 e 10 do anexo são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo, especificamente o ML, tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do Grupo relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data da demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.17 e 21 do anexo são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, denominado pelo Grupo como Relatório Integrado, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão, denominado pelo Grupo como Relatório Integrado, com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, denominado pelo Grupo como Relatório Integrado, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no Relatório Integrado e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (entidade-mãe do Grupo), pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade de 15 de outubro de 2019.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Grupo durante a realização da auditoria.

- Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 30 de novembro de 2020

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)

Assinado por: José Luis Areal Alves da Cunha
Num. de Identificação: B101081065
Data: 2020.11.30 13:21:14+00'00"



vii. GRI

Indicadores GRI

1. Desempenho Económico

GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2017	2018	2019
Valor económico gerado (€)	111 751 421	117 969 851	122 758 537
Valor económico distribuído (€)	283 569 734	615 611 036	338 218 349
Valor económico acumulado (€)	-171 818 313	-497 641 184	-215 459 813

GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades com as alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

Em termos financeiros, as alterações climáticas podem vir a aumentar o custo da energia elétrica, o que poderá ter implicações gravosas para o ML dado o elevado peso do custo da eletricidade nas suas contas.

GRI 201-3 Cobertura das obrigações definidas no plano de benefícios da Empresa

O valor estimado em 2019 para as responsabilidades do plano é de 271.350.648 €.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

GRI 201-4 Benefícios financeiros significativos dados pelo Governo

	2017	2018	2019
Dotações de capital (€)	192 050 802	175 195 680	549 784 212
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática (€)	2 817 177	3 137 696	(*) 7 066 144
Subsídio ao Investimento / PIDDAC/Fundo Ambiental/IMT (€)	1 137 500	0	(**) 27 280 412
Empréstimos DGTF (€)	32 584 270	421 973 932	131 884 780

(*) Inclui 3.102.881 € relativos ao PART.

(**) Inclui PIDDAC: 968.212 €; Fundo Ambiental: 26.264.200 € e IMT: 48.000€.

GRI 202-1 Rácio do salário mais baixo da Organização, discriminado por género e o salário mínimo permitido a nível local

	2017	2018	2019
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	169,3	173,5	170,3

	Ano 2019		Ano 2018	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	177,9	173,5	174,5	170,3

GRI 202-2 Percentagem de membros da gestão de topo em unidades operacionais, que foram recrutados na comunidade local

	2017	2018	2019
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	90,0%	90,0%	90,0%

GRI 203-1 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 9.666.676 €.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferrovia pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O “efeito de rede” é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 204-1 Percentagem de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

	2017	2018	2019
Gastos com fornecedores locais (%)	98,0	97,2	98,4

GRI 205-3 Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas

	2017	2018	2019
Incidentes de corrupção	0	0	0

GRI 206-1 Ações legais para práticas anticompetitivas, anti confiança e monopólio

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

2. Desempenho ambiental

GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

Ano	Lâmpadas (un.)	Papel (kg)	Betão (m ³)	Aço (t)	Toners (un.)	Abraçadeiras (un.)	Cabo (m)
2017	14 018	⁽¹⁾ 26 961	219	2	190	38 163	2 360
2018	25 549	39 158	190	31	184	46 618	1 690
2019	19 110	27 227	258	19	143	34 905	1 257

⁽¹⁾ Passou a ser considerado o papel dos rolos das MAVT e MSAVT.

GRI 301-2 Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem

Dados não disponíveis.

GRI 301-3 Produtos Recuperados e seus materiais de embalagem

Não aplicável.

GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização

GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização

	2017	2018	2019
Gasóleo (MWh)	491	456	733
Gasolina (MWh)	171	4,67	2,70
Gás natural (MWh)	1 707	2 516	3 158
Eletricidade (MWh)	95 945	97 479	99 484
Total (MWh)	98 314	100 456	103 378

GRI 302-4 Redução do consumo de energia

GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços

Durante o ano de 2019 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente baseada em tecnologia LED.

De igual forma concluiu-se a instalação de variadores de velocidade nos ventiladores que permitirá ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar após instalação das sondas de monitorização de qualidade do ar das estações.

O estudo prévio indica uma poupança potencial até 82% com a implementação deste projeto.

GRI 303-1 Renovação de água por fonte

GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino

	2017	2018	2019
Total de água residual, com potencial carácter industrial, descarregada pelo ML (m ³)	65 649	68 698	77 491

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

Fonte	Qualidade	Destino	Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2019 (m ³)	
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de carácter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes municípios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais: ETAR de Alcântara ETAR de Chelas ETAR de Beirolos ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	3 966	
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de carácter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		25 076	
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		ETAR de Alcântara ETAR de Chelas ETAR de Beirolos ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	48 449
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: · Parques de Materiais e Oficinas II e III - onde são produzidas águas residuais de carácter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML - onde são produzidas águas que podem ter carácter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas características. Estima-se, com base nos consumos de 2014 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 34.369 m ³ e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 41.304 m ³ .			Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (carácter industrial)	29 042	
			Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial carácter industrial)	48 449	

GRI 303-2 Fontes de água significativas afetadas pela retirada de água

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

0 (zero).

GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados

GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)

	2017	2018	2019
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	520	624	826

GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (âmbito 2)

	2017	2018	2019
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	42 653	38 882	26 895

GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 3)

	2017	2018	2019
Outras emissões indiretas GEE (t CO ₂ e)	7,50	29,39	9,88

GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2017	2018	2019
Intensidade de GEE (g CO ₂ e/Pkm)	54,8	47,2	30,6

GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2017	2018	2019
Total de emissões evitadas (t CO ₂ e)	NC	5 751	6 810

NC – Não calculado

GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono

0 (zero).

GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas

	2017	2018	2019
Emissões SO ₂ - gás acidificante (t)	250	254	260
Emissões NO ₂ - gás precursor do ozono (t)	116	118	120

GRI 306-2 Peso total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição

	2017	2018	2019
Resíduos perigosos (t)	114	34	28
Resíduos não perigosos (t)	1 906	1 900	2 385
Resíduos para eliminação (t)	1 344	1 323	1 385
Resíduos para recuperação (t)	675	611	1 028

	2017	2018	2019
Peso total de resíduos perigosos	5,6%	1,8%	1,2%
Peso total de resíduos não perigosos	94,4%	98,2%	98,8%
Peso total de resíduos para eliminação	66,6%	68,4%	57,4%
Peso total de resíduos para recuperação	33,4%	31,6%	42,6%

GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos

Em 2019 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

GRI 306-5 Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2019, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de carácter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

GRI 308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacto o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

3. Desempenho social

GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região

	2017	2018	2019
Efetivos (mulheres)	335	367	385
Efetivos (homens)	1 073	1 103	1 119
Número total de efetivos	1 408	1 470	1 504
Admissões	52	14	55
Saídas	7	12	20
Taxa de rotatividade	4,2%	1,8%	5,0%

IDADE	Ano 2018		Ano 2019	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
< 30 anos	0,0%	42,1%	18,2%	32,7%
Entre 30 e 50 anos	5,3%	47,4%	21,8%	27,3%
> 50 anos	0,0%	5,3%	0,0%	0,0%

GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género

	MULHERES			HOMENS		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Empregados com direito a licença parental	335	367	385	1 073	1 103	1 119
Empregados que tiraram licença parental no período	n.d.	6	3	n.d.	17	24
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental	n.d.	5	3	n.d.	12	21
Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental	n.d.	5	3	n.d.	12	21
Taxa de retorno ao trabalho	n.d.	83,3%	100,0%	n.d.	70,6%	87,5%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	1	n.d.	n.d.	100,0%

n.d. - não disponível

GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 Percentagem de empregados representados em Comitês formais de gestão - Comitês de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança

	2017	2018	2019
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0%	100,0%	100,0%

GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género

	2017	2018	2019
Índice de incidência	62,99	57,20	55,05
Índice de frequência	39,69	32,20	34,62
Índice de gravidade	2,52	1,81	1,70
Número de óbitos	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	8,98	7,68	7,87

GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação

Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos

Criação e manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho, anexo II do Acordo de Empresa.

GRI 404-1 Média de horas de formação por ano, por empregado, discriminado por género e por categoria funcional.

	2017	2018	2019
Dirigentes	10,45	60,29	26,67
Quadros superiores	41,82	48,23	27,35
Quadros médios	7,96	17,65	10,92
Quadros intermédios	7,56	10,24	26,73
Profissionais qualificados / altamente qualificados	18,93	16,09	20,79
Profissionais não qualificados	3,63	33,25	11,50
Média	18,18	19,81	20,61

	Ano 2018		Ano 2019	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Dirigentes	44,1	67,04	11,50	34,25
Quadros superiores	56,85	41,59	28,17	26,74
Quadros médios	20,37	16,05	8,63	12,34
Quadros intermédios	8,42	10,3	2,50	27,54
Profissionais qualificados / altamente qualificados	17,24	15,74	37,83	15,41
Profissionais não qualificados	33,25	0,00	11,50	0,00
Média	26,43	17,73	32,77	18,56

GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma

	2017	2018	2019
Executive MBA (Diretores)	2	3	2
Licenciatura	9	11	8
Mestrado	1	1	3
Doutoramento	2	4	1

Como assistência (quando aplicável), a Empresa concede o Estatuto de Trabalhador-estudante que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele código.

GRI 404-3 Percentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2019 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	2017		2018		2019	
	H	M	H	M	H	M
Conselho de Administração	3	1	2	1	2	1
Assessoria do CA	0	1	0	0	0	0
Comissão de Fiscalização	1	2	1	2	1	2
Diretores	12	4	12	5	12	5
Total	16	8	15	8	15	8

DIRETORES	2017		2018		2019	
	H	M	H	M	H	M
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	6	3	4	4	4	4
Superior a 50 anos	6	1	8	1	8	1
Total	12	4	12	5	12	5

GRI 405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres e homens, por categoria funcional e unidades de negócio

	2017	2018	2019
Quadros superiores	110,8%	106,4%	108,3%
Quadros médios	108,8%	103,4%	102,8%
Quadros intermédios	100,8%	100,7%	100,2%
Profissionais altamente qualificados	91,9%	89,6%	92,1%
Profissionais qualificados	98,6%	101,5%	99,2%
Profissionais não qualificados	118,0%	115,4%	125,1%

GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

	2017	2018	2019
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito

GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil

GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML⁷.

GRI 410-1 Percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos

	2017	2018	2019
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	18,8%	11,2%	6,6%

n.d. - não disponível

Neste âmbito, a Empresa não realiza formação a organizações de terceiros que fornecem pessoal de segurança.

GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas

Em 2019 não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 Número total de horas de formação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados

	2017	2018	2019
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	437	147	28
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	9,31%	2,61%	0,13%

GRI 412-3 Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

⁷ <https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>

GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais

Atualmente as situações com impacto negativo resultam dos estaleiros referentes às obras de ampliação da estação de Arroios onde, para minimizar as dificuldades de acesso ao comércio local e a visibilidade do mesmo foram colocados painéis na vedação do estaleiro alertando para o facto do comércio se encontrar aberto.

GRI 414-1 Percentagem de novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho

NC (Não calculado).

GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 Contribuições políticas

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

	2017	2018	2019
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	NC	7,11	7,35
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

NC - Não calculado

GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços

Não aplicável.

GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing

0 (zero).

GRI 418-1 Queixas substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente

Em 2019, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e dos dados de clientes.

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica

0 (zero).

Tabela GRI

Quadro 35 – Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Perfil Organizacional				
Nome da organização	102-1	Pág. 10		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág. 18, 33, 45-48, 19		
Localização da Sede	102-3	Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa,		
Localização das Operações	102-4	Pág. 19 www.metrolisboa.pt		
Tipo e natureza legal de propriedade	102-5	Pág. 10		
Mercados abrangidos	102-6	Pág. 7, 10, 19		
Dimensão da organização	102-7	Pág. 9, 10, 45, 47		
Informação sobre colaboradores	102-8	Pág. 54		
Cadeia de valor	102-9	Pág. 33		
Alterações significativas para a empresa ou na sua cadeia de valor	102-10	Pág. 20		
Abordagem ao princípio da precaução	102-11	Pág. 24		
Iniciativas externas	102-12	Pág. 20-21, 24, 59-61		
Participação em associações e organizações	102-13	Pág. 59		
Estratégia				
Declaração do Conselho de Administração ou Presidente	102-14	Pág. 5-8		
Impactos, riscos e oportunidades chave	102-15	Pág. 26, 28-32		
Ética e integridade				
Valores, princípios, <i>standards</i> e código de conduta da organização	102-16	Código de Ética e de Conduta do ML		
Mecanismos para preocupações ou conselhos sobre ética	102-17	Relatório de execução do PPRCIC		
Governance				
Estrutura de Governação da Organização	102-18	Pág. 13, 16-18 RGS 2019		
Delegação de autoridade	102-19	As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA		
Grau de responsabilização da administração para os tópicos Ambientais, Económicos e Sociais	102-20	Pág. 3, 16		
Consulta aos <i>stakeholders</i> relativamente aos tópicos ambientais, económicos e sociais	102-21	Pág. 3, 4, 34-36		
Composição do mais alto órgão de governação e dos seus comités	102-22	Pág. 16; RGS 2019		
Presidente do Conselho de Administração	102-23	Pág. 16, 24; RGS 2019		
Seleção e nomeação do Presidente do Conselho de Administração (CA)	102-24	Pág. 13, 16; RGS 2019		
Conflitos de interesse	102-25	Pág. 27; RGS 2019		
Papel do Presidente do CA em estabelecer objetivos, valores e estratégias	102-26	RGS 2019		
Conhecimento coletivo do Presidente do CA	102-27	Pág. 16		
Avaliação do Presidente do CA	102-28	Pág. 4; RC 2019		
Identificar e gerir os impactos ambientais, económicos e sociais	102-29	Pág. 21-22, 26, 29, 41, 62, 145, 150, 162		
Efetividade dos processos de gestão de risco	102-30	Pág. 26-27, RGS 2019 ; Relatório de execução do PPRCIC		
Revisão dos tópicos ambientais, económicos e sociais	102-31	Reuniões de CA; RGS 2019		

Quadro 36 – Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Governance (continuação)				
Papel do Presidente do CA no relatório de sustentabilidade	102-32	Pág. 3		
Reporte dos principais problemas	102-33	Pág. 4		
Natureza e número dos principais problemas	102-34	Pág. 22, 27		
Políticas de remuneração	102-35	Pág. 13		
Processo para determinar a remuneração	102-36	Pág. 13		
Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração	102-37	Pág. 13		
Rácio de compensação anual	102-38	Pág. 13		
Aumento percentual no rácio da remuneração total anual	102-39	Pág. 13		
Envolvimento dos <i>stakeholders</i>				
Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	102-40	Pág. 3		
Acordos de negociação coletiva	102-41	Pág. 151		
Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	102-42	Pág. 3		
Abordagem ao envolvimento dos <i>stakeholders</i>	102-43	Pág. 4		
Principais tópicos e preocupações levantadas	102-44	Pág. 58		
Práticas de reporte				
Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	102-45	Pág. 3		
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág. 3		
Lista de temas materiais	102-47	Pág. 163		
Reformulações das informações	102-48	Pág. 42		
Alterações no Relatório	102-49	Pág. 3		
Período do relatório	102-50	Pág. 3		
Data do relatório mais recente	102-51	Relatório e Contas 2018		
Ciclo de emissão de relatórios	102-52	Anual		
Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	102-53	www.metrolisboa.pt relacoes.publicas@metrolisboa.pt		
Formulação de relatórios de acordo com os GRI Standards	102-54	Pág. 3		
Índice GRI	102-55	Pág. 157		
Auditoria externa	102-56	Pág. 3		
Desempenho económico				
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág. 144		5; 9
Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	201-2	Pág. 144		13
Planos de benefícios da organização e outros planos de reforma	201-3	Pág. 144		
Recebimento de assistência financeira proveniente do governo	201-4	Pág. 144		
Presença no mercado				
Rácio entre o nível médio de salário por género e face ao salário mínimo praticado no local	202-1	Pág. 145		
Percentagem de "Senior Managers" contratados no local	202-2	Pág. 145		
Impacto Económicos Diretos				
Investimentos em infraestruturas e serviços fornecidos	203-1	Pág. 145		5; 9
Impactos económicos indiretos significativos	203-2	Pág. 62		
Práticas de compra				
Proporção da despesa junto dos fornecedores locais	204-1	Pág. 145		
Anticorrupção				
Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	205-1	Pág. 27		16
Comunicação e formação acerca de políticas e procedimentos anticorrupção	205-2	Pág. 27		
Incidentes confirmados e ações tomadas	205-3	Pág. 145		16

Quadro 37 – Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Concorrência desleal				
Comportamentos anti concorrenciais	206-1	Pág. 145		
Materiais				
Materiais utilizados, por peso ou volume	301-1	Pág. 146		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág. 146		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág. 146		
Energia				
Energia consumida na organização	302-1	Pág. 146		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág. 146		13
Intensidade energética	302-3	Pág. 62		13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág. 146		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág. 63		13
Água				
Captação de água por fonte	303-1	Pág. 146		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág. 147		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág. 147		
Biodiversidade				
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág. 147		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág. 147		
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág. 147		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág. 147		
Emissões				
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág. 148		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág. 148		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág. 148		13
Intensidade de emissões GEE	305-4	Pág. 148		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág. 148		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág. 148		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág. 148		13
Efluentes e Resíduos				
Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino	306-1	Pág. 146		13
Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	306-2	Pág. 149		13
Número total e volume de derramamentos significativos	306-3	Pág. 149		13
Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	306-4	Pág. 149		
Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	306-5	Pág. 149		
Conformidade				
Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág. 149		
Avaliação Ambiental de Fornecedores				
Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais	308-1	Pág. 149		
Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecimento e ações tomadas	308-2	Pág. 150		

Quadro 38 – Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Emprego				
Novos empregados contratados e rotatividade	401-1	Pág. 150		5
Benefícios fornecidos aos empregados em regime full-time que não são fornecidos aos restantes empregados	401-2	Pág. 150		
Licença parental	401-3	Pág. 150		5
Relações Laborais				
Períodos mínimos de avisos relativos a mudanças nas operações	402-1	Pág. 151		
Saúde e Segurança no Trabalho				
Representação dos trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde	403-1	Pág. 151		
Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho	403-2	Pág. 56, 57, 151		
Trabalhadores com elevada incidência ou risco de doenças ocupacionais	403-3	Pág. 151		
Temas de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	403-4	Pág. 56, 151		
Formação e Educação				
Horas médias de formação por ano e por trabalhador	404-1	Pág. 152		5
Programas de melhoria das competências dos funcionários e programas de apoio à transição	404-2	Pág. 152		
Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	404-3	Pág. 152		5
Diversidade e igualdade de oportunidades				
Diversidade dos órgãos sociais e dos trabalhadores	405-1	Pág. 152		5
Rácio entre o salário base e a remuneração de mulheres face aos homens	405-2	Pág. 55		5
Não Discriminação				
Incidentes de discriminação e ações tomadas	406-1	Pág. 153		5
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva				
Operações e os fornecedores em que os direitos dos trabalhadores auferem de liberdade de associação ou negociação coletiva podem estar em risco	407-1	Pág. 154		
Trabalho Infantil				
Operações e fornecedores que têm risco de incidentes relacionados com trabalho infantil	408-1	Pág. 154		
Trabalho Forçado e Análogo ao Escravo				
Operações e fornecedores que têm risco de incidentes relacionados com trabalho forçado	409-1	Pág. 154		
Práticas de Segurança				
Pessoal de segurança com formação em políticas e/ou procedimentos em direitos humanos	410-1	Pág. 154		
Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais				
Incidentes de violações dos direitos dos povos indígenas	411-1	Pág. 154		
Avaliação dos Direitos Humanos				
Operações sujeitas a revisões de acordo com os direitos humanos ou avaliações dos seus impactos	412-1	Pág. 154		
Formação em políticas e procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág. 154		
Investimento significativo em acordos e contratos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que sejam rastreados em matérias de direitos humanos	412-3	Pág. 154		

Quadro 39 – Tabela Resumo GRI (V)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Comunidades Locais				
Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	413-1	Pág. 155		
Operações com impactos negativos (atuais e potenciais) significativos nas comunidades locais	413-2	Pág. 155		
Avaliação Social dos Fornecedores				
Novos fornecedores que foram selecionados mediante critérios sociais	414-1	Pág. 155		5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	414-2	Pág. 155		5
Política Pública				
Contribuições políticas	415-1	Pág. 155		
Saúde e Segurança do Cliente				
Avaliação de impactes na saúde e segurança relativos a produtos e serviços	416-1	Pág. 155		
Incidentes de não conformidade relativamente a impactos de saúde e segurança dos produtos e serviços	416-2	Pág. 155		
Marketing e Rotulagem				
Requisitos de informação dos serviços e rotulagem para os produtos	417-1	Pág. 155		
Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág. 155		
Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing	417-3	Pág. 155		
Privacidade do Cliente				
Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade e perdas de dados do cliente	418-1	Pág. 156		
Conformidade Socioeconómica				
Incumprimento das leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág. 156		

ANÁLISE DE MATERIALIDADE E LIMITES DO RELATO

Segundo o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, *International Integrated Reporting Council*) podemos definir materialidade como sendo os assuntos ou os tópicos materiais que afetam (de forma significativa) a capacidade duma organização de gerar valor no curto, no médio e no longo prazo. Ainda de acordo com o IIRC, “um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma empresa, no contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, no médio e no longo prazo.”

O presente Relatório Consolidado visa comunicar às partes interessadas o caminho que o ML está a seguir com vista à sua sustentabilidade e de que forma está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal foram identificadas as partes interessadas (já apresentadas neste relatório, no capítulo “Natureza do Relatório”).

As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da Global Reporting Initiative (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do Grupo Metro;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;
- Análise do contexto externo onde a empresa se insere.

Com o intuito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam constituir riscos e oportunidades para o negócio, procedeu-se a uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2019 que teve em linha de conta quer o *Global Reporting Initiative*, quer os impactos económicos, ambientais e sociais que os mesmos têm na organização, assim como estes podem influenciar nas avaliações e nas decisões das partes interessadas. Para este passo levou-se em linha de conta as formas de auscultação às partes interessadas.

Quadro 40 – Priorização dos aspetos materiais



Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

Quadro 41 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia

Áreas estratégicas	Aspetos materiais
1. Qualidade do serviço	Satisfação dos clientes
	Serviço ao Cliente
2. Proteção ambiental	Eficiência energética
	Desempenho ambiental
3. Desenvolvimento das pessoas	Valorização as pessoas
	Diversidade e igualdade de oportunidades
4. Risco e transparência da governação	Gestão do Risco
	Corporate governance
	Ética, transparência e Compliance
5. Inovação e desenvolvimento do negócio	Sustentabilidade do Negócio
	Investigação e desenvolvimento
6. Relacionamento com as comunidades locais	Gestão de fornecedores
	Diálogo e envolvimento com as comunidades locais

viii. GLOSSÁRIO

Absentismo

Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente

É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho

É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking

Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Carruagens x km

Produto do número de circulações pelo número de carruagens de cada circulação e pelo percurso percorrido (serviço público).

Colaboradores

Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Compliance

Corresponde a uma atuação de acordo com determinadas regras ou diretrizes estabelecidas.

Desenvolvimento Sustentável

Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um “compromisso de solidariedade com as gerações do futuro”, no sentido de assegurar a transmissão do “património” capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de “boa governação”.

Eficácia

Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

Eficiência

Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Eficiência energética

Número de passageiros x km transportados por unidade energia consumida.

Emissões diretas

Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas

Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Entidade

Corresponde normalmente a uma Organização ou a uma operação, quer seja legalmente constituída ou não.

Estudo de Clima da Empresa

Questionário de Satisfação feito aos colaboradores da empresa, anualmente.

Fornecedores locais

Organização ou pessoa que fornece materiais, produtos e serviços localizados em Portugal.

Gases com efeito de estufa (GEE)

Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆).

Global Reporting Initiative (GRI)

Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental

Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Indicador

Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Índice de duração

Número médio de dias perdidos por acidente de trabalho

Índice de frequência

Número de acidentes com baixa ocorridos num ano, por cada milhão de horas x homem trabalhadas

Índice de gravidade

Número de dias úteis perdidos por ano, por cada mil horas x homem trabalhadas

Índice de incidência

Número de acidentes com baixa, por cada ano de trabalho e por cada mil trabalhadores

Lugares x km

Produto do número de carruagens x km pela capacidade média de cada carruagem.

Monitorização

Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001

Norma Internacional da “International Organization for Standardization” sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001

Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Óbito

A morte de um trabalhador ocorrida no período coberto pelo relatório atual, decorrente de uma lesão ou doença relacionada ao trabalho sofrida ou contraída na condição de empregado da organização.

Ocorrências por milhão de passageiros transportados

Número de ocorrências de criminalidade envolvendo passageiros por cada milhão de passageiros transportados.

Organização

Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas

Normalmente designadas por *stakeholders*, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km

Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Passageiros transportados

Número de passageiros transportados, em modo metro, incluindo os passageiros fraudulentos.

Passageiros das validações

Número de passageiros transportados, em modo metro, possuidor de título válido, não inclui os passageiros fraudulentos.

Reciclagem

Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações

Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, correio, correio eletrónico ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos

Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço

Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

Sistema de gestão

Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade

Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade

Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Taxa de absentismo

Percentagem obtida pelo quociente da divisão de horas de ausência pelo potencial de trabalho.

Taxa de rotatividade

É o movimento de entrada e saída de funcionários em uma empresa, demonstrado por meio de uma taxa de rotatividade.

Tramitação

Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização

Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).

ix. SIGLAS E ACRÓNIMOS

Siglas / Acrónimos	Significado
A.C.E.	Agrupamento Complementar de Empresas
ACFE	A ssociation of C ertified F raud E xaminers
AE	Acordo de Empresa
AESE	A ssociação de E studos S uperiores de E mpresa
ALAMYS	A ssociação L atino- A mericana de M etrôs e S ubterrâneos
AML	Á rea M etropolitana de L isboa
ANPC	A utoridade N acional de P roteção C ivil
APL	A dministração do P orto de L isboa, S.A.
APPC	A ssociação P ortuguesa de P rojetistas e C onsultores
AVAC	A quecimento, V entilação e A r C ondicionado
BCSD	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (B usiness C ouncil for S ustainable D evelopment)
BST	B anco S antander T otta, S.A.
CA	C onselho de A dministração
CARRIS	Companhia Carris de Ferro de Lisboa
CASA	C entro de A poio ao S em- A brigo
CBTC	C ommunications- B ased T rain C ontrol
CC	C onselho C onsultivo
CCP	C ódigo dos C ontratos P úblicos
CEEP	Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral
CF	C onselho F iscal
CGD	C aixa G eral de D epósitos, S.A.
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CITV	C ircuito I nterno de T elevisão (Sistema de videovigilância)
Ckm	Carruagens x km
CML	Camãra Municipal de Lisboa
CMVMC	C usto das M ercadorias V endidas e das M atérias C onsumidas
CNCS	Centro Nacional de Cibersegurança
CO ₂	Dióxido de carbono
CO ₂ e	Dióxido de carbono equivalente
CoMET	Community of Metros
COP24	24ª Conferência sobre Alterações Climáticas das Nações Unidas realizada em Katowice, na Polónia
CP	C omboios de P ortugal, E.P.E.
CSC	C ódigo das S ociedades C ommerciais
CT	Comissão Técnica Portuguesa de Normalização
CT 148	Transportes, Logística e Serviços
CVM	C ódigo dos V alores M obiliários
DAE	Desfibrilhação Automática Externa
DC	D espacho C onjunto
DGRDN	D ireção- G eral de R ecursos de D efesa N acional
DGTF	D ireção- G eral do T esouro e F inanças
DPO	Encarregado de Proteção de Dados (D ata P rotection O fficer)
DR	Diário da Republica
DSTP	Divisão de Segurança aos Transportes Públicos da PSP
DUP	D eclaração de U tilidade P ública
E.P.	E mpresa P ública
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
EN 13816	Transportes – Logística e Serviços – Transporte público de passageiros. Definição da qualidade de serviço, objectivos e medições.
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FASL	Fundação António Silva Leal
g	Gramas
GEE	Gases com efeito de estufa
GRI	Global Reporting Initiative

Siglas / Acrónimos	Significado
Grupo CoMET	The C ommunity of M etros
GWh	Giga-Watt hora
h	horas
I.P.	Instituto P úblico
ICNF	Instituição da C onservação da N atureza e das F lorestas
IDI	Investigação, D esenvolvimento e I novação
IIRC	I nternacional I ntegrated R eporting C ouncil (Conselho Internacional para o Relato Integrado)
ILD	Infraestruturas de L onga D uração
IP	Infraestruturas de Portugal
IP Património	Empresa do Grupo IP responsável pela gestão do património imobiliário
IPSS	Instituição P articular de S olidariedade S ocial
ISC 2019	Índice de S atisfação do C liente de 2019
ISEG	Instituto S uperior de E conomia e G estão
ISO 14001	Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 45001	Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 5001	Sistema de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 9001	Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos
IUCN	I nternational U nion for C onservation of N ature (União Internacional para a Conservação da Natureza)
IVA	Imposto sobre o V alor A crecentado
kg	Quilograma
km	Quilómetro
km ²	Quilómetro quadrado
kWh	Quilowatt hora
l	Litro
LKO	Lugares x km
LNEC	Laboratório N acional de E ngenharia C ivil
LOE 2020	L ei do O rçamento de E stado para 2020
m	Metro
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
m ³	Metro cúbico
MAVT	M áquina A utomática de V enda de T ítulos
MBA	M aster B usiness A dministration
MKBF	M ean K ilometer B etween F ailure (Quilometragem média entre falhas)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.; METRO
ML90, ML95, ML97 e ML99	As quatro séries de Material Circulante
MOP	M ultimédia O utdoors P ortugal - Publicidade, S.A.
MTBF	M ean T ime B etween F ailures (Período <i>Médio entre Falhas</i>)
MWh	Megawatt hora
NC	Não contabilizado
NO ₂	Óxidos de azoto
NOVA	The N ova Group of Metros
NO _x	Óxidos de nitrogénio
NP	Norma Portuguesa
NP 4475	Transporte Público de passageiros - Rede de Metro - Caraterísticas e fornecimento do serviço
ODS	O bjetivo de D esenvolvimento S ustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OTLIS	O peradores de T ransportes da R egião de L isboa, A.C.E.
p.p.	p onto p ercentual
PADE	P rograma de A lta D ireção de E mpresas
PART	P rograma de A poio à R edução T arifária
PESTAL	Análise de contexto nas vertentes P olítica, E conómica, S ocial, T ecnológica, A mbiental e L egal
PFP	P lataforma F erroviária P ortuguesa
PIB	P roduto I nterno B ruto
PIDDAC	P rograma de I vestimento e D espesas de D esenvolvimento da A dministração C entral

Siglas / Acrónimos	Significado
Pkm	Passageiros x km
PKT	Passageiros x km Transportados
PLAGO	Sistema de Pl aneamento e G estão de O perações
PMMAC	Pl ano M etropolitano de A daptação às A lterações C limáticas
PMO	Par que de M aterial e O ficinas
PMO I	PMO de Sete Rios
PMO II	PMO de Calvanas
PMO III	PMO de Carnide
PMP	P razo M édio de P agamento
POSEUR	P rograma O peracional S ustentabilidade e E ficiência no U so de R ecursos
PPRIC	Pl ano de P revenção de R iscos de C orrupção e I nfrações C onexas
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	P assageiros T ransportados
RATP	R égie A utonomie des T ransports P ariens (Empresa pública autónoma dos Transportes Parisienses)
RCM	R esolução do C onselho de M inistros
ROC	Revisor Oficial de Contas
s	Segundo
S / N / N.A.	Sim / Não / Não aplicável
S.A.	Sociedade Anónima
SADI	S istema A utomático de D eteção de I ncêndio
SAP	Sistema integrado de Gestão Empresarial (<i>Systems Applications and Products in Data Processing</i>) (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados)
SAP BW/4HANA	Plataforma SAP
SaphetyGov	Plataforma eletrónica de Contratação Pública
SE	S ecretária de E stado
SEAMB	Secretária de Estado do Ambiente
SEE	Setor Empresarial do Estado
SETF	Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SO ₂	Dióxido de enxofre
SOFLUSA	Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
SO _x	Óxido de enxofre
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SSIT	S istema de S upervisão de I nstalações T écnicas
SWOT	Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (<i>S</i> trengths, <i>W</i> eaknesses, <i>O</i> pportunities and <i>T</i> hreats)
t	Tonelada
Transtejo	Transportes Tejo, S.A.
TST	Transportes Sul do Tejo
UE	União Europeia
UITP	U nião I nternacional dos T ransportes P úblicos
Unid:	Unidades
URL	Localizador uniforme de recursos (U niform R esource L ocator)
V.Abs.	Valor absoluto
Var.	Variação
WBCSD	W orld B usiness C ouncil for S ustainable D evelopment
WTA	W orld T ravel A wards